

tempoe presença

publicação mensal do CEDI
número 186
setembro de 1983

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso
protesto contra a intervenção
militar na Nicarágua



FALAM OS TRABALHADORES

IGREJA PRESBITERIANA DA GÁVEA

Rio, 16 de setembro de 1983

Prezado Carlos Cunha,

Compri e distribuí alguns exemplares do livro traduzido e adaptado pelo Rubem Alves: *Celebração da Vida*.

E uma professora muito minha amiga, que leu e gostou do livro, n'ele se inspirou e escreveu estes versos. É possível que tenha algum proveito em termos de divulgação.

Ela é filha de pastor (já falecido), e membro de nossa igreja aqui na Gávea.

Abraços,
Elias Medeiros

AÇÃO DE GRAÇAS

Inspirado no livro "Celebração da Vida"
I. F. Gadelha

Precisamos de Ti Senhor!
Nossas horas são sombrias e incertos são os nossos dias,
o fruto do nosso trabalho se dilui na ganância
dos que vendem um pão amargo, ruim e roubado no peso.

A nossa casa está nas sombras
cortaram a luz que não pudemos pagar,
e ninguém ouviu nossas razões...
à mercê dos malfetores, suplicamos-Te
proteja-nos Senhor!

A nossa casa está vazia
entraram com violência e levaram tudo
até o berço onde um inocente dormia,
e nos ameaçaram que voltarão para nos expulsar
gritaram, alardearam forças que não conhecemos,
e menosprezaram as nossas razões...
ouve-nos Senhor!

A nossa despensa está esgotada
não há alimento algum
o último comemos ontem, numa ceia simbólica
lembrando aquela que um dia Tu fizeste com teus amigos,
repartimos o pão e sentimo-nos melhor: menos humanos e mais divinos
aproximamo-nos de Ti e então fez-se o milagre!
na identificação da nossa pobreza,
o mistério da eucaristia a nós revelado.

São Paulo, 06 de setembro de 1983.
Caro Aluizio,

Tive necessidade de escrever-te depois de ler teu artigo na publicação mensal do CEDI número 184, julho de 1983 — *Tempo e Presença*. Uma necessidade que vem de algum lugar inexplicável e traz em si uma força também sem códigos, formas nem tempo. São poucas as pessoas que leio ultimamente e consigo captar essa lucidez, clareza ao descrever nosso tempo, momento. Vejo-te demasiado humano e gosto disso e às vezes até me surpreendo, desacomodei-me em ver seres humanos. Cresci no tempo da ditadura e quando a abertura veio sorrateira bater à minha janela foi por demais violento, não conseguia acreditar que fizeram isso com uma geração inteira, não passávamos, e nem tenho claro ainda se não passamos, de pequenas peças de um tabuleiro sendo manipulados para todos os lados e sem conseguir analisar ou compreender um palmo à frente de si. Nos ensinaram a adorar nossos umbigos e com isso esquecemos que nada faremos enquanto continuarmos em busca dessa mediocridade que nos é vendida através de todos os meios de comunicação, e que há muito mais horizontes além dessa máquina em que nos colocaram e nos tornou tão ociosos.

Não sei bem por que te escrevo, talvez para que não desistas, vejo tantos ficando à beira do caminho por não saberem que existem

outros que compactuam desse mesmo sentimento, necessidade, existir. Ao mesmo tempo há um certo silêncio institucionalizado que ainda não conseguiu ser quebrado que traz em si medo, dúvidas, receios. Ou ainda, porque sinto que tenho muito a acrescentar a tudo que dissesse e escreveste, como sei também que muito mais pessoas também o teriam, mas, como eu, cresceram nesse silêncio criminoso e ainda não encontraram como cortar as amarras com as quais conviveram por tanto tempo. Mas, podes acreditar, nós continuamos tentando e quando conseguirmos talvez essa nova maneira de expressão traga em si algo que ninguém imaginou realizar, pois foi construída em um tempo em que ninguém ousou sonhar e nós sonhamos.

Carinhosamente,

Suell

Itanhaém, 02 de agosto de 1983

Estimado Senhor Wolfgang Leo Maar!

Tendo lido na revista *Presença* (nº 182 de maio/1983) um artigo de sua autoria, sobre o partido dos Verdes, "Die Grüne", da República da Alemanha Ocidental. Venho dar as minhas felicitações ao Senhor pelo admirável artigo. Também fico muito agradecido por o senhor ter mencionado o PT, Partido dos Trabalhadores, uma vez que nós do PT, temos tido muito pouco espaço na imprensa.

Sendo eu, da minha parte, profundo defensor da ecologia, e tudo o que diz respeito a ela, gostaria de entrar em contato com organismos internacionais, para assim aumentar a força dos ecologistas. Neste sentido tenho pensado no partido dos Verdes, porém, não o posso fazer por não ter o endereço dos mesmos.

Ficaria, eu assim, muito agradecido se fosse possível ao Senhor indicações ou o endereço dos "Verdes", como também de outros organismos internacionais, defensores da ecologia.

Unidos nesta causa que é justa, deixo o meu abraço.

Pedro Dérzio Zilles

Prezado

Fico feliz em saber que consegui expressar com clareza as minhas considerações sobre o Partido Verde e a sua importância política na atual conjuntura, inclusive o Brasil, ... O endereço do Partido Verde na Alemanha é:
Die Grünen
Im Deutschen Bundestag
— Bundeshaus
5300 — Bonn 1
República Federal da Alemanha (acredito que a correspondência pode ser feita em português, já que deve haver um serviço de tradução no Congresso alemão)

Wolfgang Leo Maar

publicação mensal do CEDI
número 186
setembro de 1983

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício P. de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

Composição
Prensa
Rua Cte. Vergueiro da Cruz, 26
Tel. 280-8507

Fotolito e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 — Rio de Janeiro — RJ

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Editor Geral
Elter Dias Maciel

Editores
Carlos Cunha
Luís Roncari

Copy Desk
Carlos Cunha

Revisão
Márcia Pimentel

Programação Visual
Anita Slade
Martha Braga

Produção Gráfica
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura
Vanderlei da Silva Gianoti

São vários os artigos e reportagens publicados pela Imprensa no sentido ora da condenação da Teologia da Libertação, ora no apoio entusiástico do livro de Boaventura Kloppenburg.

Chega a impressionar o zelo demonstrado pelos jornais com a ortodoxia da fé. O reverso da medalha tem que ser buscado cuidadosamente em periódicos menores ou eventualmente em A FOLHA DE SÃO PAULO. Até aí tudo bem. É a perspectiva em que se colocam os jornais. O que preocupa é a maneira tendenciosa com que o fazem. Não deixa de ser curiosa a preocupação de setores seculares com a "salvaguarda da fé".

O que parece óbvio é a investida dos setores conservadores da sociedade na defesa de parcelas conservadoras de uma instituição, que tem procurado sua revitalização através do serviço à pobreza e à condenação da miséria. Os argumentos são os mesmos e surrados: a luta contra o perigo marxista contidos no bojo de todas as condenações.

Não há um exame mais minucioso e equilibrado dos componentes da proposta e nem da diversidade de composição das comunidades eclesiais de base. E, surpreendentemente, esquecem-se de

mentonar a reafirmação da crença cristã frente às tentativas de padronização dos compromissos políticos, venham de onde vierem. Não há menção às novas descobertas provenientes de uma participação ativa na formulação das respostas às questões deste século. Gente simples tentando formular aquilo que chama de sua reação ao chamado divino.

Este primarismo de condenação, aliado a esta unilateralidade de publicações, está realmente prejudicando a leitura adequada do que se passa tanto nas CEBs como na elaboração de uma teologia de confronto com a conjuntura atual.

Convém recordar que o autor de um dos últimos ataques, Dom Agnelo Rossi, foi também o autor da condenação dos protestantes quando estes apenas se instalavam no país. Parece que é o mesmo espírito, a mesma disposição. A verdade está na defesa da instituição e não primordialmente na defesa do homem. E não é por problemas de idade (afinal o Alan batalhou com segurança até nossos dias, com tolerância e respeito às diversas manifestações de crença), mas pela distorção que consiste em reservar a poucos o dom da verdade e da fé.

4	BATE FORTE O CORAÇÃO DA CUT José Ricardo Ramalho
10	HISTÓRIAS DE AGOSTO Cláudio Nascimento
12	FALA, MARGARIDA! Regina R. Novaes
16	O MELHOR DE ALCEU FOI ELE MESMO Régis de Moraes
18	LIBERDADE E VERDADE: F. Benjamin Souza Netto
22	CARTA DE ALCEU

23	TRANSUBSTANCIAÇÃO Rubem Alves
24	A POLÍTICA DOS GESTO POÉTICOS Luiz Roncari
25	A LUTA PELA MORADIA MARCA UM TENTO Wilson Joaquim Alves
27	ABÓBORAS E SEMENTES Programa CEDI/CEBs
29	JOC E O TERCEIRO CONGRESSO NACIONAL DE JOVENS TRABALHADORES João Carlos Oliveri

32	Bíblia Hoje VENCI E CONTINUO VENCENDO Carlos Cunha
34	Entrevista José Carlos Morales OS POVOS INDÍGENAS E OS ESTADOS NACIONAIS
	Encarte NICARÁGUA E EL SALVADOR UM RELATÓRIO DAS IGREJAS SUECAS

BATE FORTE O CORAÇÃO DA CUT

José Ricardo Ramalho

Em São Bernardo, bate forte a emoção e o entusiasmo de milhares de trabalhadores de todo o Brasil. Com auditório improvisado no antigo Estúdio Vera Cruz lotado, foi criada a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, no plenário final do 1º CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) realizado nos dias 24, 25 e 26 de agosto passado.

Mais de cinco mil delegados estiveram presentes neste evento significativo do sindicalismo brasileiro, que realiza uma aspiração reprimida desde 64, quando foi decretada a extinção da Comando Geral dos Trabalhadores, a CGT. Mas este expressivo comparecimento ao 1º CONCLAT tem também outras implicações diante da complexa situação a que chegou o movimento sindical no Brasil hoje. Isto porque, de uma idéia inicial de realizar um CONCLAT

com todas as forças sindicais do País e suas mais variadas tendências políticas, visando criar uma CUT mais unitária e consensual, caminhou-se para a medição de forças e a proposta de vários CONCLATs e várias Centrais de Trabalhadores. Neste sentido, esta corrente do movimento sindical, que se tem caracterizado por uma atuação destacada no combate à presente estrutura sindical e que vem marcada pelas presenças de Lula, Olívio Dutra, Jair Meneguelli, Jacó Bittar, sindicalistas ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e também de forças criadas pelo intenso trabalho da Igreja Católica principalmente nas áreas rurais, saiu na frente e criou um fato de inegável representatividade.

Diante da exigüidade de tempo para a organização do 1º CONCLAT, foi surpreendente a presença de representantes de quase oitocentos sindicatos (vide box), muitos vindos dos lugares mais distantes do País. Também foi impressionante a competência com que agiram os organizadores, no sentido de providenciar com eficiente infra-estrutura, locais de reunião, material impresso, e alimentação para uma multidão que superou inclusive as expectativas mais otimistas.

Mas, acima de tudo, o que impressionou foi a animação com que as pessoas encararam o Congresso. Trabalhadores de diversas origens profissionais, urbanos e rurais, manifestaram abertamente a sua alegria por estarem ali, apesar do cansaço natural de dias intensos de debate e de noites inteiras consumidas em contatos com outros trabalhadores. Foi sempre possível encontrar gente cantando, gritando refrões, ou participando das diversas atividades.

A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE

Este Congresso ficou marcado também pelo enorme número dos chamados delegados de base. E aqui é bom fazer logo a diferenciação entre o delegado dirigente e o dele-



gado de base. Na verdade, por trás dessa diferenciação aparentemente simples, está uma importante questão política presente nas concepções hoje vigentes no movimento sindical. Para o 1º CONCLAT foi legítima a escolha de delegados, através de assembleias sindicais, convocadas pelos sindicalizados interessados, independente até da determinação dos dirigentes sindicais. Assim foi possível a presença de representantes de sindicatos, tanto de diretorias que não quiseram vir ao CONCLAT por motivos políticos explícitos, quanto daqueles que não aderiram por medo de um confronto com o governo federal. Sobre este ponto recaem já algumas críticas ao Congresso, da parte especialmente daqueles que não participaram, mas detêm um importante domínio da estrutura sindical, através de sindicatos importantes como o dos metalúrgicos de SP e RJ, federações e confederações, sobretudo de trabalhadores rurais. Estes estão a contestar os números de dirigentes presentes, atribuindo-lhes o enorme poder de ser o sindicato na sua concepção mais legítima.

Para os trabalhadores presentes no CONCLAT esta questão parecia resolvida de outra forma. Segundo eles, o sindicato não pode ser somente sua estrutura física e jurídica, mas sobretudo o corpo de trabalhadores que está disposto a lutar sem tréguas pela defesa dos interesses da categoria. Portanto, mesmo reconhecendo ser importante permanecer dentro, para modificar a estrutura sindical, consideraram legítima a representação sindical por um setor mais combativo, com domínio ou não da máquina sindical.

Neste contexto há que se considerar o destacado papel desempenhado pelos setores da Igreja Católica mais envolvidos com a luta dos trabalhadores, o que, aliás, não é de hoje. Há tempos a Igreja Católica tem se manifestado por um sindicalismo que, na sua concepção, seria mais combativo e certamente esta Igreja foi uma das responsáveis por essa reviravolta no movimento sindical após 1978. Por esses motivos sentia-se forte a presença da Igreja, através dos

trabalhadores rurais ligados à CPT, dos operários oriundos da pastoral operária, ou mesmo na Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), dirigida por Jacó Bittar e com apoio financeiro de sindicatos europeus.

Também o Partido dos Trabalhadores apareceu de forma exponencial neste CONCLAT. Além da direção nacional estar presente, Lula, seu presidente, chegou como delegado eleito por um sindicato, o que teve um enorme significado simbólico. O PT sentiu-se à vontade, primeiro por estar tudo começando de novo ali em São Bernardo, depois porque, apesar do PT ser um partido ainda pequeno, em termos nacionais, suas posições quanto à questão sindical aparecem como um forte apelo de resistência à atual política econômica, que asfixia o trabalhador, e a toda a legislação que cerceia o livre direito do trabalhador a se organizar e reivindicar sem ser preso e destituído de suas funções sindicais. É inegável a força do PT neste terreno e seus dirigentes atuavam com naturalidade naquele ambiente criado no CONCLAT.

Por outro lado, ficou patente que os trabalhadores rurais são parte integrante e fundamental neste processo de consolidação de uma Central Sindical. Eles são, muito provavelmente, o fiel da balança para o sucesso de um processo de luta mais unificado em todo país. E embora os trabalhadores rurais estivessem largamente representados no Congresso, sentia-se em alguns grupos a ausência da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), nas discussões sobre o campo. Ainda não se sabe ao certo se a ausência da CONTAG foi um erro de avaliação, expressão de uma opção divergente com relação a determinada linha de atuação sindical. A verdade é que sua participação traria uma maior clareza no tratamento de questões relativas à área rural e também um isolamento produtivo daqueles sindicalistas mais preocupados em

Objetivos e princípios da CUT

(Extraídos dos Estatutos aprovados na plenária final do 1º CONCLAT)

UMA SOCIEDADE SEM EXPLORAÇÃO E DEMOCRÁTICA

A CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado.

CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Para cumprir seu objetivo de central sindical unitária classista, a CUT se regerá pela mais ampla de-

mocracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opinião em complemento a uma férrea unidade de ação.

UNIDADE DE CLASSE

A CUT defende a unidade da classe trabalhadora e objetiva representá-la a nível nacional, com respeito absoluto pelas convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas. A CUT tem como tarefa avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais (exploradores e explorados), lutando por sua independência econômica, política e organizativa.

UNIDADE DE AÇÃO

A CUT orienta sua atuação no sentido de fortalecer a luta e a organi-

zação de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Um plano de ação unitário será o eixo da CUT: um plano geral de lutas a longo prazo e um plano de lutas dentro de cada conjuntura, tirado nos Congressos.

LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

A CUT luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho. A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora. O sindicato pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas.

UNIDADE COM OS MOVIMENTOS POPULARES

A CUT estará sempre unida aos movimentos populares da cidade e do campo em cima das lutas concretas. As formas de unificação dessas lutas e as formas de solidariedade devem ser buscadas dentro do processo dessas lutas. A CUT cerrará fileiras com todos os movimentos populares e democráticos nas iniciativas destinadas a conquistar as liberdades democráticas e a favorecer os interesses da classe trabalhadora, em particular, e do povo explorado de um modo geral.

INDEPENDÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

A CUT terá como tarefa garantir a independência da classe trabalhadora com relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos. Esta independência deve ser preservada tanto a nível nacional como a nível internacional.

manter-se em seus cargos, sem desagradar ao governo ou aos patrões.

ENFRENTANDO AS DIVERGÊNCIAS

No plenário final, concretizou-se o grande objetivo do 1º CONCLAT: criar a CUT e indicar sua diretoria. A impressão que dava era de que todos haviam esperado dois dias para gritar e festejar a CUT e mais nada. Na verdade, vários aspectos importantes debatidos nas comissões acabaram sendo aprovados sem qualquer discussão ou reflexão mais crítica.

Se o que estava em jogo era fundamentalmente a criação da CUT, surgiram no entanto, neste processo, divergências que apenas na aparência, eram superficiais. No plenário marcou-se uma oposição entre os que queriam a criação da CUT já sob um comando organizado em forma de diretoria, com presidente, vice, etc., e os que defendiam o comando constituído por um colegiado, que só posteriormente se desdobraria numa diretoria propriamente dita. A divergência apontava, na verdade, para a existência entre os congressistas de duas posições em relação ao trato com os que haviam ficado fora do 1º CONCLAT. A idéia da diretoria, defendida majoritariamente pelas lideranças rurais presentes em figuras tais como José Novaes, da Bahia, e Avelino Ganzer, do Pará, agrupamento reconhecido como ligado à ANAMPOS, que inclusive apresentou Jacó Bittar como candidato à presidência, representava a posição mais intransigente com as correntes sindicais ausentes, muito clara nas dificuldades que adviriam de se abrirem negociações, já tendo definidos cargos anteriormente.

Os que defendiam a proposta de colegiado, que se expressaram principalmente através de Olívio Dutra e Jair Meneguelli, viam ali uma possibilidade de entendimento com os

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A CUT será solidária com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária. A CUT será solidária nas lutas pela emancipação da classe trabalhadora, pela emancipação dos povos e pelo fim das guerras imperialistas. A CUT manterá relações com todas as Centrais Sindicais conservando sua autonomia e independência.

A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA CUT

Todos os setores da classe trabalhadora devem estar representados na CUT levando-se em consideração o seu peso no conjunto produtivo, sua importância estratégica e sua capacidade de luta já demonstrada. Toda a representação deve ser escolhida dentro de um processo democrático.

ORGANIZAÇÃO POR LOCAL DE TRABALHO

A CUT desenvolverá todo o empenho para a conquista da organização por local de trabalho. A criação, consolidação e o fortalecimento desses organismos de base devem ser desenvolvidos de forma livre e independente pelos trabalhadores em todos os seus locais de trabalho, tanto na cidade como no campo.

CUT: ÓRGÃO MÁXIMO

A CUT, através de seus representantes eleitos de forma livre e direta, será o órgão máximo que chamará todos os trabalhadores à luta pela concretização destes princípios aqui expostos. Nos marcos dos presentes estatutos e dos programas de ação deliberados por seus Congressos, a CUT objetiva, enfim, dirigir, orientar e coordenar a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, de empresas públicas e privadas, ativos e inativos, em defesa de seus direitos e reivindicações de caráter político, econômico, social e trabalhista.



1

ausentes, já que, segundo os estatutos aprovados para a CUT, esta primeira direção tem um mandato provisório de um ano, exatamente com o intuito de organizar este movimento reunindo o maior número possível de forças para as lutas principais de enfrentamento com o governo e sua política econômica e social. A formação de um colegiado provisório abriria margem para um diálogo mais fácil.

Na hora da votação o plenário se dividiu. Metade gritava “um”, e a outra metade gritava “dois” (proposta um — diretoria; proposta dois — colegiado). Ficou impossível distinguir uma proposta vencedora. Partiu-se então para os entendimentos entre as lideranças enquanto o plenário se manifestava ruidosamente por uma ou outra proposta. No final, um acordo. Concordou-se com o colegiado, mas designando-se um coordenador e um secretário geral, respectivamente Jair Meneguelli (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo) e Paulo Renato Paim (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, no RS), e mais Jacó Bittar (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, SP), João Paulo Pires de Vasconcelos (secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, MG), Abdias José dos Santos (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, RJ). Formou-se o colegiado, mas nele não havia trabalhadores rurais. Novo impasse: protestos, vaia. Novos entendimentos. São convidados José Novaes (do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra da Choça, BA) e Avelino Ganzer (do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, PA). Esse grupo passou então a compor a executiva de uma coordenação provisória de oitenta e três membros sindicalistas de todo o Brasil, com mandato de um ano, quando serão realizadas eleições diretas para a escolha definitiva da diretoria da CUT.

Apesar da falta de tempo para discutir amplamente o Plano de Lutas (vide box), o plenário aprovou importantes deliberações que deverão já ser alvo de trabalho da coordenação atual. Entre as principais resoluções, a realização de uma greve geral até o dia 25 de outubro próximo, caso não sejam atendidas algumas reivindicações como o rompimento dos acordos com o FMI, a estabilidade no emprego, a revogação das cassações de líderes sindicais e a revogação do decreto-lei 2.045. Muitos sindicalistas presentes argumentam ser esta uma boa oportunidade de se chegar a entendimentos com as correntes sindicais ausentes, já que se espera que a CUT seja construída e reconhecida nas lutas concretas da classe trabalhadora e não através de uma cúpula que não tenha canais de legitimação de seu trabalho por ser deslocada da realidade do trabalhador.



2

A presença de expressiva delegação estrangeira, com vinte e oito representantes de sindicatos e confederações de trabalhadores de nove países, principalmente da Europa, deu frutos diretos. A CUT, logo após ser criada, recebeu o reconhecimento da CFDT, poderosa central sindical francesa. Aliás, os recursos para a realização do 1º CONCLAT vieram principalmente dessas fontes.

Em termos partidários, além do PT, havia representantes do PDT e do PMDB, que prestaram seu apoio e participaram ativamente, aqueles que eram delegados, das discussões e resoluções. Alguns foram eleitos para compor a coordenação provisória da CUT, numa manifestação de esperança e abertura para com os sindicalistas que ficaram excluídos de todo esse processo.

Na verdade, estas correntes que pretendem realizar um outro congresso em novembro, se defrontam hoje com dilemas colocados em São Bernardo. Primeiro, porque terão que dar uma demonstração de força levando um número também expressivo de trabalhadores para o Congresso de novembro. Segundo, porque terão que se defrontar a todo instante com o assédio e o boicote velado dos sindicalistas pelegos, já arrumados em seus cargos quase vitalícios. Já se ouve falar até de mais uma Central Sindical, comandada pelo velho pelego Ari Campista. Terceiro, porque precisam dar uma demonstração de flexibilidade, negociando uma posição de inferioridade, já que a CUT foi formada e já estabeleceu seu Plano de Lutas.

O movimento sindical brasileiro vive momentos de impasse e indefinição. Hoje já não se pode afirmar com tanta certeza a necessidade intransigente de um movimento unitário, mesmo entre os sindicalistas mais combativos. Por isso não se pode afirmar nada com muita segurança sobre o futuro neste campo de atuação. No entanto, não podemos deixar de lembrar as palavras de Lula, quase no final do CONCLAT, com respeito a Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada brutalmente há pouco tempo. Dizia Lula que Margarida devia ficar na lembrança de todos como um exemplo de destemor na defesa de sua classe e que esperava ver sair dali uma enorme legião de Margaridas a espalhar coragem e determinação na luta dos trabalhadores deste País.

José Ricardo Ramalho é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, assessor do CEDI e esteve presente no 1º CONCLAT.

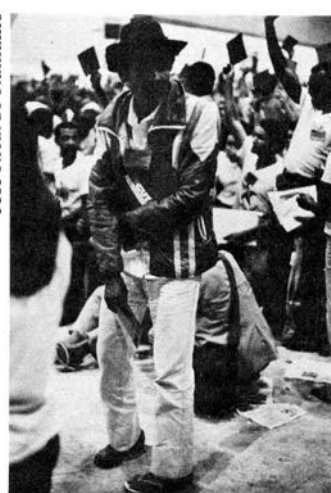


3



4

1, 2 Nos intervalos das plenárias o pessoal se reunia para discutir com seus companheiros as resoluções e as posições a tomar.



5

3, 4 Hora do almoço

5 Vieram trabalhadores de todo o Brasil

Algumas propostas aprovadas no 1º CONCLAT

LUTA CONTRA O DESEMPREGO

— Instituição do salário-desemprego, *extensivo aos trabalhadores rurais*.

— Que seja instituída uma contribuição a ser paga exclusivamente pelos empregadores e pela União ao Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social para o custeio do salário-desemprego.

— Que o valor do salário-desemprego seja igual a 70% do último salário recebido pelo trabalhador demitido, desde que não seja menor do que o salário mínimo.

— Que o salário-desemprego seja mensal e pago aos desempregados durante todo o período em que dure o desemprego involuntário, e que este tempo não seja descontado no tempo de serviço a ser computado para efeito de aposentadoria.

— Que o pagamento do salário-desemprego seja iniciado ao final do primeiro mês de desemprego.

— Que, na medida em que o desemprego involuntário ultrapasse seis meses, ele seja automaticamente reajustado pelo índice de aumento do custo de vida do período calculado pelo DIEESE.

— Que tenham direito imediatamente ao salário-desemprego todos os trabalhadores que comprovem ter tido vínculo empregatício por período igual ou maior de doze meses mesmo que de forma descontínua, inclusive trabalhadores rurais que não têm vínculo empregatício.

— Que o agente pagador do salário-desemprego e gestor do Fundo de Salário-desemprego, formado por estas contribuições seja uma divisão especial do INPS a ser criada para esta função.



Muitos fizeram longas viagens... e se alojaram no próprio Estúdio Vera Cruz.

I CONCLAT/83

QUADRO GERAL DAS ENTIDADES, DOS DELEGADOS E DO TOTAL DE TRABALHADORES REPRESENTADOS

Tipo de Entidade	Nº de Entidades	Nº de Delegados	Nº de Trabalhadores Representados
Sindicatos urbanos	355	2.262	6.573.207
Sindicatos rurais	310	1.658	3.144.438
Associações pré-sindicais	134	588	1.453.391
Associações Funcionários			
Públicos	99	483	1.021.813
Federações	5	35	— (*)
Entidades Nacionais	8	28	— (*)
Confederações	1	5	— (*)
TOTAIS	912	5.059	12.192.849

Observação: O número de trabalhadores representados pelas Federações, Entidades Nacionais e Confederações já foi computado nos itens anteriores, para evitar duplicação.

QUADRO GERAL DOS CONVIDADOS PARTICIPANTES

Tipo de Entidade	Nº de Entidades	Nº de Participantes
Centrais Sindicais	12	25
Sindicatos rurais e urbanos	55	133
Centros de Pesquisa, Estudos e Documentação	61	135
Autoridades	15	15
TOTAIS	143	308

— Que esta divisão seja fiscalizada pelos sindicatos.

— Que o SINE (Sistema Nacional de Emprego) seja ampliado e transformado em Agência de emprego oficial na qual todos os desempregados devem se inscrever a partir do 1º dia de desemprego, para fazerem jus a seu salário-desemprego e para se candidatarem a um novo emprego.

— Que esta Agência de emprego oficial seja fiscalizada pelos sindicatos.

— Proibição do serviço temporário, efetivando os atuais trabalhadores nesta situação.

— Que os trabalhadores e seus dependentes tenham direito a utilizar os serviços do SINPAS enquanto estiverem desempregados.

A GREVE GERAL CONTRA O DECRETO-LEI Nº 2.045

(ou qualquer outro que venha a reduzir os salários)

— A Direção eleita neste Congresso deverá encaminhar ao Governo Federal a reivindicação pela retirada

do Decreto-Lei 2.045 (que já está em vigor), contra a intervenção nos sindicatos, pelo rompimento dos acordos com o FMI e pela reforma agrária, estabelecendo um prazo para que o governo responda *proposta para votação*: sendo este no máximo até 14/10/83.

— Durante esse período (entre entrega e o fim do prazo) deve ser feita ampla agitação contra o Decreto-Lei 2.045, contra a intervenção nos sindicatos, pelo rompimento dos acordos com o FMI e pela reforma agrária, através de pichações, panfletos, cartazes e outros meios, nos locais de trabalho, nas ruas, etc. Ao mesmo tempo devem ser promovidas reuniões e assembleias, nos sindicatos, nos bairros e em locais de trabalho para preparar e respaldar a mobilização.

— Terminado o prazo, e, não tendo sido atendida a reivindicação, a Direção eleita neste Congresso marcará a data da greve geral tomando como referência o limite máximo do dia 25/10/83 (decorrido o prazo de tramitação do Decreto-Lei no Congresso Nacional).

Junto à comunicação da data, a Direção deverá definir todas as orientações para a greve geral através de boletim divulgado massivamente, matéria paga em jornal de circulação nacional, etc. Com base nessas orientações, deverá ser estruturado o apoio à greve geral nos bairros, a arrecadação de fundos, etc.

— A Direção deverá fazer gestões junto aos dirigentes sindicais ausentes deste Congresso, visando ampla unidade de ação na luta contra o Decreto-Lei 2.045, contra a intervenção nos sindicatos, pelo rompimento dos acordos com o FMI e pela reforma agrária e na preparação da greve geral.

— Deverá procurar-se o apoio de outros setores da sociedade tanto no âmbito nacional como em cada Estado num trabalho combinado entre a Direção Nacional e as Inter-sindicais Estaduais.

— Um trabalho especial deverá ser voltado para o Congresso Nacional, buscando comprometer os deputados federais.

— A Direção deverá acompanhar e analisar profundamente a situação a nível nacional, estadual e regional para deflagrar a greve, bem como para transmitir orientações de comando quanto à continuidade e duração da greve.

— Todo delegado do CONCLAT é responsável por encaminhar imediatamente esta Resolução à sua categoria e ao movimento sindical como um todo.

LUTA PELA ESTABILIDADE NO EMPREGO

— Que todo trabalhador empregado seja considerado estável, desde o primeiro dia de trabalho, só podendo ser demitido por justa causa.

— E, como justa causa sejam consideradas tão-somente, aquelas causas ocorridas no local de trabalho e que se constituam em delito penal.

— Que seja reconhecido o direito de organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, seu direito de formar comissões e, mesmo no caso da inexistência desta, de

**QUADRO GERAL DE ENTIDADES, DE DELEGADOS E
Nº TOTAL DE TRABALHADORES REPRESENTADOS POR ESTADO**

Estado	Nº de Entidades	Nº de Delegados	Nº de Trabalhadores Representados
R. G. do Sul	99	419	1.234.149
S. Catarina	64	186	285.026
Paraná	41	174	266.033
São Paulo	135	996	3.321.238
Rio de Janeiro	52	382	1.897.644
Minas Gerais	83	390	632.487
Bahia	83	573	789.784
Mato Grosso do Sul	1	3	4.000
Mato Grosso	6	22	67.580
Goiás	54	292	365.453
Distrito Federal	26	182	375.767
Espírito Santo	27	185	282.140
Sergipe	7	20	19.106
Alagoas	8	32	34.000
Pernambuco	24	114	370.425
Paraíba	23	94	183.519
R.G. do Norte	26	114	204.931
Ceará	33	176	439.780
Piauí	26	173	238.650
Maranhão	36	211	484.530
Pará	34	222	528.910
Amazonas	8	29	90.017
Amapá	1	11	8.000
Acre	11	28	39.400
Rondônia	4	31	31.000
TOTAIS	912	5.059	12.192.849

Observação: Todos os dados foram colhidos nas fichas de inscrição de cada delegação.

recorrer à greve para impedir de-
missões arbitrárias.

— Que o FGTS se constitua, inde-
pendentemente de opção, em fundo
financeiro a ser gerido pelo traba-
lhador.

— Estabilidade às mulheres grávi-
das; pela criação de creches nos lo-
cais de trabalho; contra qualquer
discriminação social e econômica
às mulheres.

LUTA CONTRA O ARROCHO SALARIAL

— Pela retirada, do Congresso, do
Decreto nº 2.045, e, caso não seja
retirado, pela sua rejeição no Con-
gresso.

— Pelo fim do expurgo do INPC.

— Salário mínimo real e unificado
conforme cálculos do DIEESE.

— Reajuste salarial trimestral que
corrija integralmente a perda, devi-
do ao aumento do custo de vida.

— Revogação do pacote que extin-
giu a produtividade.

— Reajuste automático de salários
a partir de 10% da inflação.

— Revogação do pacote da Previ-
dência (antigo Decreto-Lei 1910).

LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

— Reforma Agrária radical, am-
pla, massiva, imediata e sob o con-
trole dos trabalhadores rurais, a
partir da demarcação do uso coleti-
vo da terra.

— Ocupação imediata das terras
dos grileiros, das terras do Estado,
dos latifúndios improdutivos ou
não, e coletivização das grandes
empresas capitalistas nacionais e
internacionais.

— Extinção imediata do GETAT,
GEBAM e do Ministério Especial
para Assuntos Fundiários, INCRA,
IBDF e de órgãos similares existen-
tes nos Estados. (...)

— Fim das perseguições e apura-
ção imediata dos assassinatos de
trabalhadores rurais e represen-
tantes do movimento sindical e puni-
ção dos responsáveis. Indenização
às famílias dos assassinados. (...)



José Ricardo Ramalho



José Ricardo Ramalho



José Ricardo Ramalho

1 O 1º Conclat reuniu mais de
cinco mil trabalhadores.

2 Jair Meneguelli: escolhido o
coordenador geral da CUT.

3 A direção da CUT comemorando
sua vitória.



Henrique Pereira Jr.

Histórias de Agosto

(não muito a gosto dos autoritarismos)

Cláudio Nascimento

"Solidarnosc é e será, quer isto agrade ou não" (Walesa, 1981)

"Que ninguém duvide da capacidade de organização da classe trabalhadora" (Lula, 1981)

Agosto, mês do azar?! Nem sempre! Em agosto deste ano, foi realizado em São Bernardo do Campo, berço do novo sindicalismo brasileiro, o 1º CONCLAT, quando mais de cinco mil trabalhadores decidiram pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) pela base! rompendo com cerca de 50 anos de sindicalismo atrelado ao Estado.

Em seus Estatutos, lemos: "A CUT luta pela mudança da estrutura sindical corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e autonomia sindicais; luta pela transformação dos atuais sindicatos em organismos de classe e combativos, organizados a partir dos locais de trabalho. O sindicato será democrático e de massas", e ainda: "A CUT terá como tarefa garantir a independência do movimento sindical em relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos".

A luta solidária dos trabalhadores de todo o mundo é uma necessidade fundamental. Onde a classe operária é oprimida e explorada, a solidariedade é um imperativo da luta por sua emancipação enquanto classe.

Neste sentido, cremos que, nas lutas dos trabalhadores poloneses, os trabalhadores brasileiros podem encontrar elementos de identificação e de inspiração.

Em agosto de 80, os trabalhadores poloneses fundaram uma Central Sindical independente, conhecida como SOLIDARNOSC devido à greve de solidariedade dos operários de Gdansk com os demais trabalhadores em greve. Para alcançarem este objetivo, os trabalhadores poloneses lutaram cerca de trinta anos contra um sindicalismo "verticalista" e sob tutela do Partido-Estado.

A primeira das vinte e uma reivindicações do Comitê de Greve inter-fábricas de Gdansk foi a "Fundação dos sindicatos livres e independentes do Partido e dos empregadores", e o Boletim "Solidarnosc" — nº 12, de agosto 80 — afirmava: "A atividade dos sindicatos na Polônia Popular não tem respondido às aspirações e às esperanças dos trabalhadores. Estimamos que é oportuno criar sindicatos novos, autogeridos, que serão uma representação autêntica da classe trabalhadora".

Lula, em declaração na época, à Folha de São Paulo, comentava: "Em agosto de 80, mais de cento e cinquenta mil companheiros abandonaram o trabalho e elegeram um comitê de greve que elaborou uma lista de vinte e uma reivindicações. A mais importante é o direito de ter sindicatos independentes. As reivindicações dos poloneses são as nossas: liberdade sindical, direito de greve, participação nas decisões econômicas."

Após um ano e meio de intensa mobilização social e de importantes conquistas para a classe trabalhadora polonesa, uma junta intitulada de Conselho Militar de Salvação Nacional (WRON) decretou o "estado de emergência" na Polônia. Suspendendo o Solidarnosc, prendendo e inter-

nando seus dirigentes e militantes. Entretanto, os operários poloneses resistiram na clandestinidade. Em outubro de 82, o WRON dissolveu Solidarnosc. Uma nova lei sindical foi instaurada; muito próxima da lei que rege a vida sindical no Brasil. Vejamos: de início, a lei não fala da independência dos sindicatos em relação aos partidos políticos, nem do acúmulo de cargos nos sindicatos e no aparelho do partido; o registro dos novos sindicatos é realizado pelos tribunais que sofreram uma "limpeza" após a instauração do "Estado de Guerra"; até 31 de dezembro de 83, só um sindicato poderá atuar por fábrica, isto é, o velho princípio do corporativismo; um decreto do Conselho de Estado dá ao tribunal um poder discricionário quanto à escolha deste sindicato único; o tribunal se encarregará de que seja um sindicato sob as ordens do Partido; é proibida a existência de organizações inter-fábricas, intersindicais; a lei prevê o direito de greve, mas, a autorização deverá vir de uma instância superior; é proibida toda greve de caráter político e a greve é proibida em diversos setores sociais; uma fábrica só poderá entrar em greve geral após um processo jurídico que dura vários meses; a lei autoriza outras formas de protesto, desde que não prejudiquem "a ordem jurídica e as regras de coexistência social"; também prevê repressões anti-greve: se um sindicato violar a lei, poderá ser punido seja com uma multa de cinquenta mil zlotys a cada membro, seja com a suspensão de suas atividades e com sua dissolução; a lei defende os fura-greves e pune com um ano de prisão os grevistas.

Como se vê, trata-se de uma lei anti-sindical. Acrescente-se que, somente a partir de 84, os sindicatos poderão

agrupar-se por ramos profissionais e, a Confederação única e não unitária, só poderá ter existência legal em 85.

Após a dissolução de Solidarnosc, imediatamente os operários entraram em greve, durante três dias nos canteiros navais "LENINE" de Gdansk. A Comissão Provisória de Coordenação apelou aos boicotes dos "sindicatos de fachada" ou "sindicatos do WRON", como são conhecidos pelos ativistas sindicais.

Este boicote constitui uma das principais atividades das Comissões Clandestinas de Fábrica, tornando-se atualmente uma forma generalizada de combate ao regime militar polonês. Após cerca de 1 ano de existência, os sindicatos oficiais contam apenas com um milhão de membros (na maior parte membros do Partido e/ou aposentados, sem contar as pressões que são feitas sobre os trabalhadores para se filiarem). Lembramos que Solidar-

nosc tinha dez milhões de aderentes entre os doze milhões de trabalhadores do país. É também, através das Comissões Clandestinas de Fábrica que Solidarnosc arrecada seus fundos financeiros: cada militante cotiza um por cento do seu salário.

O que assegura a existência de Solidarnosc durante estes quase dois anos de resistência, apesar de todo o aparato repressivo do WRON, é o fato de estar implantando nos locais de trabalho (fábricas, usinas, cooperativas, universidades, etc.), de contar com o apoio da maioria da massa trabalhadora da cidade e do campo e da sociedade em seu conjunto, de estar organizado ao nível nacional com a Comissão Provisória de Coordenação, e, a nível regional, com as Comissões Executivas Regionais e as Inter-Fábricas.

Assim, como os trabalhadores poloneses com Solidarnosc, cremos que os

trabalhadores brasileiros estão no caminho certo ao fundarem a CUT, que vem responder às aspirações e às esperanças dos trabalhadores brasileiros por um sindicalismo autônomo, independente, de base, classista, democrático e de massas.

Como Solidarnosc, hoje atuando na clandestinidade, a CUT foi tida como ilegal pelo Ministro do Trabalho. Aqui e lá, são violados os direitos sindicais e constitucionais; aqui e lá, imperam regimes autoritários; aqui e lá, existe o "Estado de Emergência" em substituição ao AI-5 e ao "Estado de Guerra", respectivamente; aqui e lá, a questão social é uma questão policial; aqui, o "capitalismo periférico"; lá, o "socialismo real"; ambos dependentes. Aqui a CUT; lá Solidarnosc; SOLIDARNOSC VIVE! VIVA A CUT!

Cláudio Nascimento trabalha no Centro de Ação Comunitária (CEDAC)

Solidariedade e CUT: muitas semelhanças na luta dos trabalhadores brasileiros e poloneses.



Fala, Margarida!

Conheci Margarida Maria Alves, presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, há cerca de seis anos atrás. Nossos contatos eram freqüentes, pois, junto com outros colegas, professores e alunos, da Universidade Federal da Paraíba — Campus Campina Grande —, fazíamos assessoria a vários sindicatos da região. Alagoa Grande foi nosso ponto de partida, foi ali junto com Margarida que conseguimos concretizar nossas idéias vagas e descobrir como poderíamos “colaborar com o movimento”, como gostava ela de dizer. Teríamos, portanto, muito que lembrar e refletir sobre o que observamos, conversamos e aprendemos das palavras e das atitudes de Margarida. Teríamos, por outro lado, muitos motivos, de ordem afetiva e política, para lamentar seu cruel assassinato na tarde de 12 de agosto, quando pistoleiros não identificados dispararam vários tiros de espingarda calibre 12 que a desfiguraram. Porém, nesta oportunidade, prefiro apenas deixar Margarida falar. Reproduzir aqui trechos de uma gravação que fizemos em fevereiro deste ano, não é apenas uma forma de lhe prestar uma homenagem póstuma, mas é antes uma possibilidade de propagar idéias e experiências que os mandantes do crime parecem acreditar que tenham morrido junto com Margarida. A linguagem é dela, os subtítulos e as perguntas não.

DE SUA VISÃO SOBRE A HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE.

Eu me lembro que em 1962, quando o sindicato foi fundado, se falava muito nas Ligas Camponesas. Já se via as Ligas falando destas coisas de jornada de trabalho, que o trabalhador trabalhava dez horas, onze, doze horas. Nisto nasceu as Ligas Camponesas. Porque a gente sabia que as Ligas estavam falando a verdade. Mas, o padre naquela época não dava apoio às Ligas Camponesas. Eu quase que ficava com as Ligas Camponesas. Mas como eu era muito religiosa, eu gostava muito da Igreja naquela época, aí não

fiquei com as Ligas. Mas, sempre achando que as Ligas tinha razão. Então a Igreja naquela época não apoiou as Ligas — como eu já disse — aí tratou de fundar os sindicatos. Dizendo — o que na realidade era isto mesmo — que os sindicatos era desejo do Papa João XXIII. Aí a gente ficou... O padre chamou Casemiro — que ainda não era casado comigo — convidou Casemiro para ser o presidente. Aí teve proprietário que disse: “Padre, o senhor vai fundar sindicato?” Aí ele disse: “E vai deixar as Ligas tomar conta?” Aí fundaram sindicato. Aí foi o tempo e lá vai, lá vai. E as Ligas sempre ganhando terreno, né, ganhando trabalhador. Ganhando mesmo, porque a pregação dela era em cima da verdade, queriam terra pro trabalhador! Aí, resultado: veio a Revolução de 64. Foi um pega fogo, foi nego preso, morto e perseguido. Até Casemiro foi perseguido, mesmo sendo do sindicato do padre. Acho que porque Casemiro sempre puxava pro pequeno e também porque o presidente das Ligas sempre ia lá, o presidente da Liga queria sempre juntar, misturar Liga e Sindicatos. Mas deixa que Casemiro não queria. Mas, mesmo assim ainda foi chamado pelo 15 RI, não chegou a ficar preso, não, mas foi muito ameaçado.

A Igreja foi pioneira na fundação dos sindicatos. Mas, quando houve a Revolução de 1964, aí o padre... Aí Casemiro ficou só, justamente isso que Casemiro alega a consequência dele ter chegado até a Colônia, doente dos nervos porque ele ficou sozinho. A Igreja tirou o pezinho de banda, como se diz. “Fica aí, agora, Casemiro, que não tem mais problema”. A Igreja ficou do lado do latifundiário, entendeu? Aí ficou Casemiro sozinho enfrentando, enfrentando. Sozinho é maneira de dizer, né? Tinha uns trabalhador e um advogado. Sozinho, porque sem o apoio da Igreja que orientava o Casemiro. Depois da Revolução ele deixou o sindicato, chegou até a tomar a Casa paroquial. Chegou aqui, até um ponto de querer acabar mesmo com o sindicato. Botou um trabalhador pra fora da terra dela, no tempo de Casemiro. Aí Casemiro disse: “Não, senhor, o senhor vai indenizar”. Aí ele disse: “Quer dizer



Margarida: um símbolo na luta dos trabalhadores rurais brasileiros

que eu criei cobra pra morder meus pés, né?” Casemiro disse: “É, sim senhor, sindicato é isto, o senhor tem que indenizar o trabalhador, senão ele não sai.” Ele respondeu: “Mas, ele se arranca”. Aí Casemiro disse: “Sem indenização ele não se arranca”. Aí ele (o padre) ainda foi ao promotor e o promotor disse: “Arrancar ele não arranca, não, o senhor tem que indenizar, padre!” Aí nisto ficou, o trabalhador ainda tá lá. Aquele padre já saiu, já morreu. Nosso Senhor já levou, e o trabalhador ainda tá lá, sabe, na terra. Então, a Igreja retirou o apoio total do sindicato depois que as Ligas desapareceram. A Igreja aqui provou, mais uma vez, que realmente foi criado este sindicato para as Ligas Camponesas não tomar conta. Agora dizer a “Igreja” é maneira de dizer, né? Certos padres.

Se tinha trabalhadores que pertenciam às Ligas e ao Sindicato? Tinha, muitos pertenciam às Ligas e ao Sindicato. Agora, eu mesma só pertencia ao Sindicato. Mas eu gostava de ir às reuniões das Ligas. Eu gostava muito. Eu aprendi muita coisa com as Ligas. Na verdade acho que o trabalhador acreditava mais nas Ligas. Porque tem este problema, o trabalhador sempre, toda vida, acreditou sempre em doutor (hoje eu acho que é isto que tá botando o trabalhador pra trás: acreditar demais em doutor). Mas se acreditava muito. Então nas reuniões das Ligas tinha muito doutor, nas do Sindicato não. O Sindicato tinha advogado, mas ele não participava das reuniões. Nas Ligas era este povo todo, advogados de Campina Grande. Eu também gostava muito de ver eles falar.

As Ligas, eu tive uma pena danada, porque eu gostava das Ligas. Você vê que onde as Ligas se movimentaram, o povo parece que tem mais coragem. Em Pernambuco você vê que os trabalhadores de Pernambuco, os sindicatos, eles são mais corajosos. Porque você vê se os trabalhadores de Pernambuco pegar um presidente de sindicato que não quer nada, ele faz na marra... Porque o trabalhador já está conscientizado. Também lá teve aquele tempo do Miguel Arraes que era governador do Estado. E Miguel Arraes,

não tenha dúvida, que ele fez alguma coisa pelo campo-nês (...).

Aqui depois da Revolução teve muita perseguição. Mas eu acho que o trabalhador deve muito às Ligas Camponesas. Então é isto aí, meninos, a Liga ajudou muito, mas também atrapalhou. O medo ficou. Ela deixou uma semente muito boa, mas também deixou uma semente má. Mas, realmente, é isto, né? Ninguém faz tudo. Porque ela não foi vitoriosa e deixou a semente do medo. O trabalhador rural tem medo ainda de passar por aquelas fases que já passou. Gente que foi no couro, gente que foi morto, gente que foi preso, gente que ficou atacado da cabeça...

DA TRAJETÓRIA DE UMA LÍDER SINDICAL

Daí por diante o sindicato, acho, que se preocupou muito com assistência médica, dentista, FUNRURAL, etc... Em 1967 eu fiquei como tesoureira, em 1972 como secretária. Em 1973 veio a eleição, surgiram candidaturas: a do antigo presidente — candidato nato, como se diz — e aí uma turma pediu para eu me candidatar. Aí eu fui eleita com 251 votos, com maioria absoluta. Depois a gente passou aqui, fizemos certos melhoramentos, fomos reconhecidos. Daí eu continuei e derrotamos a outra chapa, com 640 votos. Aí houve outra eleição, que é de três em três anos, aí não apareceu outra. E eu tou por aqui me arrastando, já. Já estou com vontade de entregar a bola.

— E o fato da senhora ser a única mulher presidente de sindicato como era?

Eu sentia que os direitos da gente são iguais, ninguém é mais do que ninguém. E se eu tava aqui era porque certamente tinha vontade de trabalhar. Porque eu tinha coragem de lutar. Não tinha medo e achava que este negócio de homem e mulher, isto é besteira. A mulher pode ser até presidente de sindicato, pode ser.

— E o fato da senhora ser casada com seu Cassemiro influenciou?

Acho que sim. De qualquer maneira ele já tinha raiz. Ele era muito consciente, era fundador do sindicato. Mas eu, o povo já me conhecia muito. Acho que entrei na luta e não decepcionei ninguém. (...) Sempre enfrento estas lutas, tenho arriscado a própria vida. Não tenho medo de morrer, porque a gente tem uma vida só pra viver, entende?

DE SUA CONCEPÇÃO SOBRE A LUTA PELO ACESSO À TERRA

Aqui é um município de cana, agora não é só cana, não, sabe? Porque a gente tem a zona da caatinga que planta algodão. Temos a usina que é cana. Ali já é abacaxi. O milho e o feijão já é na caatinga. Assim por diante. Além do problema da cana, o problema aqui é o foro. Foro alto. É uma dificuldade. E o outro problema é a terra, terra que já não existe pro trabalhador. Quer dizer, porque o povo trabalhador, depois de 64, passou quase todo pra rua. Porque quando veio a revolução aí os proprietários — eu sempre gosto de dizer isso nas pregações que eu falo — aí os aproveitadores da Revolução botou o povo todo pra rua. Eu mesma fui despejada. No caso do meu proprietário — hoje ele é até meu amigo, tudo bem, não tenho nada contra ele. Nem contra ninguém, mas ele também botou a gente pra fora. E ele dizia que eu era comunista, né? Por isso não queria a gente lá na terra, né? Aí eu saí. Quer dizer que saiu muita gente, foi um despejo mesmo, era à vontade. Gente saindo do meio rural pra vir morar na cidade. Então, depois de 64, o povo ainda podia botar roçado, mesmo morando na rua. Mas, agora, vem o problema: estão diminuindo o roçado, querem só plantar cana e capim, estão acabando com a terra... Tá diminuindo cada vez mais. Aí o povo vai pro Sul, vai para o Rio, para São Paulo, vai pra Brasília... Lá quebra a cara. (...) Encontra desemprego. Isto é uma tristeza, né? Sair daqui pro Sul atrás de serviço e chegar lá não encontrar nada!

Sobre naquela época, para combater as Ligas, a Igreja pregava assim (ela devia era pregar como prega hoje): “Vocês acha que tá certo a pessoa ter uma casa e os outros invadir?” Ora, digo eu, casa é uma coisa e terra é outra.

Porque a terra Deus deixou pra todo mundo e a casa o homem que construiu, né? Quer dizer, se o senhor tem uma casa é porque o senhor construiu a casa. Quem foi que construiu a terra? Ninguém construiu a terra. A terra foi uma coisa que Deus deixou pra todo mundo. Pra todo mundo viver nela. Não pode comparar uma casa com a terra. A terra é de Deus. (As Ligas é que dizia certo.) Depois é que os homens foram criando ambição e foram cercando as terras. Porque as terras não foram vendida no começo, não. E, inclusive, eu não me lembro a data, mas a lei de terra não é tão antiga, não! O direito de propriedade, de compra de terra veio depois... A terra é pra trabalhar nela. Aqui no Sindicato a gente sempre orienta pra ficar na terra e plantar.



Margarida sempre dedicou sua vida à defesa dos trabalhadores

Manifesto aos trabalhadores e à população em geral

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, vem denunciar aos trabalhadores e à opinião pública em geral, que o cruel e desumano assassinato da Presidente do STR de Alagoa Grande, MARGARIDA MARIA ALVES, demonstra o desespero dos usineiros e proprietários que sempre viveram às custas da fome e do sofrimento dos trabalhadores rurais e que querem, através do terror e do assassinato, sufocar a disposição de luta dos trabalhadores.

A violência e o assassinato têm sido usados pelos patrões há muito tempo para sufocar a luta dos trabalhadores. Aqui na Paraíba tivemos o assassinato dos líderes Pedro Teixeira e Nego Fuba. Atualmente tivemos 32 assassinatos de líderes sindicais no Brasil.

Punir os responsáveis pela morte de MARGARIDA é dar um passo importante para barrar esses crimes contra trabalhadores rurais.

Companheiros, reafirmamos que MARGARIDA morreu por ter lutado pelo cumprimento dos legítimos direitos dos trabalhadores rurais:

Carteira assinada para os trabalhadores canavieiros; salário mínimo; jornada de 8 horas de trabalho; pagamento de horas extras; repouso semanal remunerado; férias; 13º salário; 2 hectares de terra para roça do trabalhador.

Reivindicações essas defendidas na Campanha Trabalhista pela Comis-

são Canavieira, pela FETAG-PB e pela CONTAG.

Companheiros, para nós, trabalhadores rurais, MARGARIDA continua viva por que continuamos firmes na luta pelos ideais em que ela acreditava e defendia. Este crime não amedrontará trabalhadores rurais, nem haverá de sufocar a nossa luta, pois sabemos que da terra regada pelo sangue de MARGARIDA surgirão muitas outras Margaridas para continuar o seu combate ao lado dos explorados e oprimidos.

A CAMPANHA TRABALHISTA CONTINUA

EXIGIMOS PUNIÇÃO DOS CULPADOS
TODOS À MANIFESTAÇÃO DO DIA 19 EM ALAGOA GRANDE

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, 17 de agosto de 1983

José Horário da Silva, Presidente

Assinam este Manifesto os seguintes Sindicatos: São Sebastião do Umbuzeiro, Cajazeiras, Alhandra, Araras, Itapororó, João Pessoa, Pilões, Teixeira, Caldas Brandão, Carau, Guarabira, Natuba, Juripiranga, Duas Estradas, Espírito Santo, Campina Grande, Pedras de Fogo, Pitimbu, Serra Redonda, Juarez Távora, Piancó, Caicara, Mari, Belém, Tacima, Alagoinha, Luceina. Assinam ainda: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DA PARAIBA e CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.



DE SUA ATUAÇÃO COMO PRESIDENTE DE SINDICATO

Sabe, ainda sobre a Igreja, depois de muitos anos, nem me lembro qual ano, ela viu que tava errada — não confessa se não quiser — porque eu já disse isto a muitos padres. A Igreja deve confessar seu erro. Então, quando ela viu que estava errada, ela começou a desmanchar tudo aquilo que tinha dito. (...) E ficou apoiando o sindicato. Agora, não é a Igreja ao todo, não! E alguns padres e bispos que apóia o movimento sindical, não tenho nenhuma dúvida disso.

Agora nos nossos sindicato há, eu não quero dizer pelego, mas eu nem sei como dizer, sabe? Existe certos companheiros, presidente de sindicato, que não quer nada com a coisa. A gente sente isso. Mas, não pode acusar porque a gente nem sabe porque ele é assim, né? Se é falta de uma orientação, se é falta de... Porque talvez ele tenha entrado pro sindicato assim sem nem saber o que era, foi assim empurrado também, né? Aí não sabe realmente defender o trabalhador. Pelo menos em 74, quando eu assumi eu achei muita coisa errada (e que hoje continua errada muita coisa!). Mas pelo menos fui tentando. Aí, eu fiz logo um ofício para o Ministério do Trabalho denunciando as irregularidades, as injustiças, como era as empresas. Eu fiz o ofício, o Ministério do Trabalho mandou pedir que eu mandasse o nome das empresas. Eu, sabe, eu não tinha experiência, mas mesmo assim eu via que tava errado toda esta coisa. Aí fui pedir orientação e me responderam que eu não tava nem doida de mandar o nome destas empresas sem que não tivesse declaração dos trabalhadores. Ah! Eu queria que isto fosse hoje! Entendem? Porque o sindicato representa a categoria, então, pode mandar a lista! Não precisava o trabalhador declarar. Aí, eu, feito bobalhona, né, acreditei e deixei passar. Aí, quando foi depois, descobri! Aí eu comecei a ler as leis trabalhistas, etc... Aí eu digo: não, quem me orientou tava errado. Não tem isso. Não é obrigado o trabalhador fazer isso. Não é preciso o

trabalhador declarar. Eu digo: eu mesma vou enfrentar! Aí, denunciei de novo. Aí, justamente foi quando vieram aqui as fiscalizações, né? (...) O Ministério do Trabalho veio fiscalizar e através destas fiscalizações foi que os trabalhadores começaram ter um pouquinho de coragem. A fiscalização ajudou muito. A primeira denúncia na região de cana da Paraíba partiu de Alagoa Grande. (...) Aí o Ministério do Trabalho fiscalizou as empresas. Multou. Teve delas aí multada até duzentos mil. Então, por causa disso, também, eles estão sentindo a necessidade, como é que se diz, de legalizar os trabalhadores, porque receberam também a “imprensa” do Ministério do Trabalho.

Agora, referente ao problema da cana, a gente tomou um impulso este ano em Alagoa Grande. O primeiro ano foi pago mais de três milhões de cruzeiros só de décimo terceiro salário e férias... Gente (patrão) que nunca tinha vindo no sindicato, gente que só faltava... não fechava a porta do sindicato porque não podia, veio aqui e pagou, aqui no sindicato, mais de trezentos conto mil cruzeiros. E teve outras que pagaram por lá. Mesmo assim, dando quanto eles queriam, foi um passo, porque pagou. Agora os que pagaram aqui pagaram tudo certo.

Então a gente foi um dos primeiros sindicatos a batalhar sobre o problema de luta pela carteira assinada, pelo décimo terceiro. Depois outros vêm chegando. Porque se quando a gente começou tivesse começado junto, agente não tinha sido tão perseguido e a luta da gente tinha sido mais vitoriosa. Porque, já pensou, a gente se sentir sozinho? Aí a gente começou ser ameaçado, perseguido. Achavam que era somente a gente que tava fazendo agitação. A gente não tava fazendo nada disso. A gente tava apenas querendo cumprir com o nosso dever. A gente tava querendo mostrar para o trabalhador aquilo que é direito, o direito que ele tem. Não é o trabalhador ficar pensando que sindicato é dentista, que sindicato é um médico. A gente quis mostrar ao trabalhador isso, tirar esta máscara dele, porque tem muitos que pensa ainda que o sindicato é isso. Aí, por causa disso, é que os proprietários daqui não engolem a gente... Dizem que “é só Alagoa Grande que faz essa Revolução com a gente”. Agora que outros sindicatos estão lutando também, a gente tá sentindo que a perseguição contra a gente já diminuiu.

Agora, na Campanha Salarial (*), todo domingo a gente tá dando reunião aqui pra preparar o pessoal. Mas a gente precisa, tem mesmo que ir na base. Hoje mesmo à noite vamos ter uma reunião aqui... Eu acredito que a gente vá chegar lá. Eu acho que a Paraíba este ano, ela vai fazer alguma coisa. Eu acho que vai...

(*) Campanha trabalhista movida por 32 sindicatos de trabalhadores rurais, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura e pela CONTAG, cujas principais reivindicações são: Assinatura da Carteira de Trabalho, pagamento de décimo terceiro salário, férias anuais, destinação de duas horas para produção de alimentos, jornada de trabalho de oito horas.

O MELHOR DE ALCEU FOI ELE MESMO

Régis de Moraes

Revejo o poeta da conversação. “Há o botânico e há o beija-flor”, disse-me Dr. Alceu, “pois enquanto o primeiro quer conhecer especificidades das flores, o beija-flor quer é amar todo o jardim, apetitosa e superficialmente, poeticamente”. E o mestre garantiu-me que vivera vida de beija-flor, frisando com força: “e não me arrependo!” Revejo o poeta da conversação em suas preocupações com o tempo agora vivido pelo nosso País, quando voltam-me em revoadas pelo cérebro as seguintes palavras suas: “Dizia Pascal que o silêncio dos espaços infinitos metia-lhe medo. Pois confesso que o silêncio dos espaços não me intimida. Sou um adorador do silêncio e nele encontro a voz de Deus. Todavia, devo também confessar: o que me intimida, apavora-me mesmo, é o silêncio das massas quando desrespeitadas”.

Em sua velhice, observou Leão Tolstói que “a obra mais importante de um homem é a sua vida”. Neste sentido, temos hoje uma obra-prima para aprofundar e conhecer melhor: a vida de Alceu Amoroso Lima. Tanto mais esta verdade se afirma ao ouvirmos uma outra obra-prima, Sobral Pinto, dizer ante as câmaras de TV no velório de Tristão: “Uma pessoa como Alceu é um presente de Deus a uma nação”. Sim, a obra mais importante de Amoroso Lima foi ele mesmo. Diferente de Tolstói que morreu cobrando de si uma perfeição moral inatingível, Tristão morreu com um olhar de compreensão e piedade lançado sobre a fragilidade humana. E chegou mes-

mo a dizer, em suas *Memórias improvisadas*, que: “Só vale alguma coisa quem pensa sinceramente não valer nada. Como o publicano das Escrituras” (p. 90).

Revejo o poeta da conversação. E ele afirma que, dentre todas as sabedorias, a maior é a sabedoria do coração. Sensibilidade e inteligência, agilidade no comover-se e no dominar intelectualmente um assunto, estas as características mais evidentes do mestre carioca. No entanto, se foi dono de luminosa inteligência, com mais verdade andariamos dizendo que ele foi dono de uma ultra-sensibilidade. O menino da casa azul, à beira do rio Carioca, que cresceu no melhor dos ambientes humanos e com todo conforto, um dia prometeu a si mesmo que, quando adulto, desmentiria o lugar-comum da “infância feliz”. Que estranho! Uma infância cercada de recursos e suave clima familiar produziu um ser que se sentiu infeliz. É que um mundo de coisas grandes e feitas para a gente grande começa por estorvar a infância. E vêm reprimendas dos adultos. Ao manifestar sensibilidade, a voz enérgica que diz: “Não quero filho manteiga!” Ao ímpeto de saborear a noite da chácara, a advertência: “Menino, não vá lá fora de noite por causa do sereno”. Tudo isto é da natureza intrínseca da infância e não se educa só com beijos. Só que a criança não vê assim, e se deprime, infelicitase. Denunciando o mito da “infância feliz”, garantiu Dr. Alceu, aos 80 anos: “O tamanho das ofensas se mede pela nossa sensibilidade e não pelo seu peso intrínseco”.

Mas o menino sensível fez-se um jovem estudante, que recebeu formação à francesa. No princípio deste século, pouco mais do que um adolescente, já estava ele ouvindo as lições de Henri Bergson. Mas o jovem mostrou-se suficientemente lúcido para não permitir que tudo se resumisse numa francofilia alienante. Diz Tristão: "Jamais perdi minhas raízes brasileiras, marcadas desde cedo, como já disse, pela presença de Afonso Arinos e pela leitura de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Tinha, isto sim, um sentido universalista da cultura, dentro da melhor tradição brasileira, toda ela voltada para a Europa, para o mundo".

Feito crítico de Literatura, aconteceu como sempre: sobre a competência da sua crítica, impressionava o país a integridade do crítico. Tornando-se, após longa discussão consigo mesmo, católico militante, fez-se na figura laica mais importante que o catolicismo brasileiro teve neste século. Elegância intelectual, humor vítreo e saboroso de carioca, paixão pelas suas causas e obstinada integridade para com todos — eis um ensaio de perfil do Tristão de Athayde. Como escreveria mais tarde Luciana Stegagno Picchio: "Sulla scena culturale brasiliana Alceu Amoroso Lima è soprattutto una presenza" (*La letteratura brasiliana*, p. 656). Sempre esta coisa forte da "presença", como mostra de que a obra mais importante de Tristão foi sua própria vida.

Até hoje comovo-me ao lembrar a primeira crônica que o mestre publicou em seguida de consumada a revolução militar de 1964. Num clima de terror, o velho professor atirou o poder de sua análise apaixonadamente antimilitarista contra as bocas escuras dos canhões. Anos mais tarde elogiado por isto, dissê, minimizando o próprio gesto: "Nunca me aconteceu nada, nunca fui preso porque sou *velho*". E Sobral Pinto comentou que essa era "mais uma do Alceu", porque ele (Sobral) tinha sido preso e arrastado aos 80 e tantos anos. Como se vê, sempre o homem Alceu esteve ultrapassando a sua obra.

Revejo o poeta da conversação. Com ele estive apenas três vezes: 1967, 1975 e em maio deste 1983. Revejo-o na memória e o construo na imaginação. Alceu na sala de aula, tão empolgado com a sua Literatura que os alunos brincavam de ter medo que o mestre despencasse da sacada que dava para o mar. Alceu conversando poesia, ou (o que melhor fazia) acariciando o silêncio. Alceu em sua vasta história de homem público e afirmando que sua vida familiar, de tão densamente amorosa, era uma vida sem história. "O amor não conta histórias", dizia. Alceu aos quase noventa anos diante de mim numa tarde de chuvas tristonhas.

E eu, lamentavelmente desastrado (conquanto sempre sincero), disse-lhe, até para desafogo do meu coração, que pela primeira vez o sentia visivelmente mutilado de esposa. Foi quando um silêncio mais longo esteve entre nós, até que o mestre disse, olhando-

me com suavidade: "Estamos muito próximos. Vejo que o senhor me compreendeu". Alceu poeta "repentista", querendo explicar-me brevemente a coisa imensa da sua conversão e dizendo: "Como se antes eu olhasse uma catedral pelo lado de fora. Seus vitrais, apenas estruturas confusas de metal e vidro. Depois entrasse na catedral, para ver a luz do sol atravessando os vitrais numa pujança de beleza e sentido".

Em junho, a voz do mestre ao telefone na plenitude do seu senso de humor, quando disse que queria dedicarlhe um meu livro de poemas: "Não tem um dedicadinho mais novo? Afinal, sou um nonagenário." Depois o elegante agradecimento, e desligamos. Não iria mais ouvir a sua voz. Minha pessoal cota quanto ao privilégio de estar com Dr. Alceu esgotara-se. E não penso que a vida foi usurária comigo nisto.

Depois de ensinar gerações, de dar voz às massas amordaçadas, depois de mostrar como é possível ser burguês sem ser imbecil, depois de artesanalmente fazer a obra-prima da sua vida, Alceu mostrou-se inteiro no sorriso bonito de Madre Maria Teresa (sua filha) que disse: "Ele está em paz".

Regis de Moraes é professor de filosofia na PUC de Campinas, poeta, está fazendo uma tese sobre a filosofia da educação de Alceu Amoroso Lima.

LIBERDADE E VERDADE: UMA RELAÇÃO

F. Benjamin de Souza Neto

A missão do intérprete é sempre árdua. Se o autor e o discurso distam no tempo e na cultura, há margem para maior "objetividade", mas problemas semânticos, sintáticos, lógicos e históricos oneram a leitura. Ao contrário, uma excessiva proximidade pode originar equívocos no discernimento tanto da identidade quanto da diferença e acarretar grave detrimento à verdade. A leitura de Alceu Amoroso Lima se inscreve no segundo caso: todos os que compartilharam o "século", cujos limites percorreu por inteiro, se não no cômputo dos anos, certamente na exatidão do prognóstico, correm o risco de serem vitimados pelas seqüelas, negativas ou positivas, do envolvimento que tiveram, não tanto com ele quanto com o século, o "seu século" que tão profundamente viveu. Difícilmente haverá quem, em sua consciência, possa negar-lhe a grandeza. Mas, completo o seu trânsito, resta, acima de tudo, o seu Pensamento, mesmo porque as instituições a que deu origem, ou de cuja origem participou bem, podem navegar à deriva e nada mais dizer do roteiro que lhes traçou. Ora, este pensamento jamais fez acepção de temas ou problemas: abriu-se a todo o imenso crepitar de seu tempo e procurou visualizá-lo sempre na relativizante escala da História. As presentes linhas pretendem constituir uma contribuição à leitura de sua obra, tanto quanto pretendem ser um pequeno Memorial de sua Pessoa. Com isto, satisfeita, talvez a Razão supere a comoção do envolvimento e encaminhe à Verdade do Discurso.

O PRINCÍPIO DE UMA CENTRALIZAÇÃO MÍNIMA

O Pensamento de Alceu foi conduzido por uma opção cujo vigor apenas se nutriu com a sucessão dos anos: a sua profissão de fé no Cristo segundo a Confissão da Igreja de Roma. Isto é universalmente conhecido. O que nem sempre se conhece ou considera é que, em momento algum, essa profissão de fé subsistiu por força da pura virtualidade de seu ato inicial. Ao contrário, ela percorreu a caminhada da Igreja no seio da qual se faz palavra, vereda após vereda. E uma consideração mais atenta dos momentos e estações percorridos em sua via leva a um reconhecimento decisivo para a interpretação de conjunto de sua obra, ambição máxima a que estas linhas podem aspirar. Não foi

Este artigo sobre Alceu de Amoroso Lima pretende ser uma contribuição à leitura de sua obra, tanto quanto um pequeno Memorial de sua Pessoa. Com isto, satisfeita, talvez a Razão supere a comoção do envolvimento e encaminhe à Verdade do Discurso.

propriamente Alceu quem repisou as pegadas da Igreja: em seu ser "na Igreja", ele se antecipou, e muito, aos passos desta, quer seja ela visualizada enquanto comunidade, quer o seja em sua hierarquia. Basta evocar, como exemplo colhido quase a esmo, o seu projeto de articulação da Ação Católica a partir do militante, do leigo, e segundo o princípio de uma centralização mínima, projeto este anterior a 1940. Esta idéia e este ideal jamais tomou forma ou constituiu uma realidade concreta plena na Ação Católica como um todo e pouco mais do que se esboçou, vinte anos depois, na experiência final da JUC, final inclusive porque assinalou o seu fim.

VIVER PLENAMENTE O PRESENTE E O POSSÍVEL

Estas primeiras observações sobre o pensamento de Tristão de Athayde merecem, entretanto, um importante complemento: se este foi o de um precursor, soube, porém, sê-lo em perfeita sincronia com a dialética da Igreja assumida como um todo, isto é, soube formar uma unidade coesa com uma ação unificada e comunitária à qual conferiu, por sua maior amplitude, uma visão mais precisa do fim como perfeição. Em outras palavras, foi ele capaz de discernir no tempo o momento e a oportunidade e viver plenamente o presente e o possível, não só a despeito de seu caráter precursor, mas por causa deste e em razão da lógica que lhe era inerente. E isto se fez, em grande escala, porque o seu compromisso com a Igreja soube firmar-se com discernimento dos valores, mas sem preconceitos, tomando a forma de vínculos efetivos com as instituições que a tornavam eficaz e os movimentos sob cuja forma vivia. Por esta razão, compreender a sua obra quer dizer necessariamente visualizá-la neste contexto concreto, ao mesmo tempo complexo institucional e movimento vital.

Compreender como a obra e o pensamento de Alceu se inseriram e tiveram o seu lugar na Igreja representa em um primeiro momento fazer a sua história: o que, então, me divisa, é a sucessão de suas relações com tudo o que houve de mais vivo e de mais decisivo na história da própria Igreja. E, de imediato, ocorrem à memória o Centro D.

Vital, a “Ordem”, a Liga Eleitoral Católica, a Ação Católica e a Universidade, mas sobretudo ocorre a obra sempre atenta e sempre presente do polígrafo, obra que o fez atuante independentemente das posições de poder que veio a assumir nestes vários “modos” que assumiu a sua militância. Sem dúvida, a sua participação em todas estas formas de ação eclesial foi capital e decisiva. Para além de sua contribuição prática a todas elas, isto é, do empréstimo permanente de sua eficácia e de sua liderança, foi ele, sem intermitência, o seu teórico mais presente e, por vezes mais importante e mais lúcido, particularmente no que concerne à Ação Católica, que ficou sempre aquém do esplêndido projeto que lhe propôs. Mas ele foi além destas vinculações e destas formas de compromisso: desenvolvendo sempre mais e com lucidez sempre maior a sua visão da Igreja, articulou-se com todas ou quase todas as suas formas vitais, ao menos sob a forma de uma teoria capaz da praxis. Desde as instituições remanescentes do passado até as recentes Comunidades de Base, nada lhe foi estranho, de tudo foi testemunha. Ora, ser testemunha é missão eclesial por excelência!

AS SUAS RELAÇÕES COM AS GRANDES ORDENS RELIGIOSAS

Neste evoluir permanente de seu ser na Igreja, captou ele segmentos e movimentos constituintes de sua tradição e o fez com um discernimento de valores que dificilmente se encontrará em qualquer outro líder cristão. Isto se manifesta nas relações que travou com as grandes Ordens Religiosas. Citam-se aqui, porque mais conhecidos, os casos dos Jesuítas, Dominicanos e Beneditinos. Com estas três ordens travou ele relações que primam por uma admirável adequação ao espírito de cada uma delas. No que concerne aos Jesuítas, é conhecida a sua relação com o Pe. Leonel Franca, um vínculo contemporâneo de sua conversão: à primeira vista, pode parecer um vínculo meramente pessoal, unindo-o à Companhia de forma meramente accidental. Mas isto é apenas aparência. Em verdade, o Jesuíta personifica a Companhia, é o seu nexos principal com a Igreja que a circunscreve e, via de regra, tem o seu caráter distintivo na especialização do seu ministério, esta uma exigência de sua cidadania de “Ordem Moderna”. Ora, voltar-se para a modernidade para, a partir de sua crítica, vislumbrar e divisar a “Idade Nova” é típico da obra e do pensamento de Alceu: não se trata de servir ao ideal da Modernidade, mas de servir-lhe um ideal. E isto é o que a Companhia de Jesus tem de melhor e faz melhor. Já com os Dominicanos a relação travada se processa a um nível intelectual. Passa, sem dúvida, pela mediação da pessoa de cada teólogo ou filósofo, mas põe-se efetivamente sob a forma objetiva de uma sabedoria da qual o pensamento de Sto. Tomás de Aquino lhe aparece como a Via Régia. Enfim, entre os Beneditinos captou ele, através do “testemunho” como postura eclesial fundamental, o movimento interior do Espírito no Tempo, tal este se desvela na Liturgia. Isto é atestado por um grande número de artigos, verdadeiras meditações sobre os “Mistérios do Culto”.

Estes três vínculos, que não foram certamente exclusivos e únicos, são visíveis a olho nu nos primeiros anos de seu itinerário, mas são sucessivamente assumidos e reassumidos no que há de mais profundo em sua Obra. Em verdade, eles correspondem às três conversões operadas pelo Cristianismo: a Conversão do Coração, da opção pessoal de fé, à qual a Liturgia e o Monaquismo dão a forma de efetividade; a Conversão da Inteligência, operada, principalmente, pelo testemunho prestado por Sto. Tomás sobre a verdade da Filosofia; e a Conversão da Ação como resposta aos desafios da modernidade. Todas elas se articularam em sua vida e em sua obra, articulando o seu pensamento e a sua ação. Dos três movimentos a que correspondem, advieram-lhe os marcos de seu pensamento e o movimento de sua vida. Herdeiro quase involuntário do ideal da “Ordem”, ele o transforma em profundidade e isto não parece estranho à visão de ordem muito mais profunda que, principalmente, podia divisar na Companhia de Jesus. Enquanto isto, a vivência da Liturgia fazia-o captar a vida cristã como Movimento “do” e “no” Espírito, fazendo-o pensar a Ordem como a este inerente e definindo-a, não por constantes espirituais, mas pela lei da demanda de uma perfeição superior, da qual a evolução seria um acaso, e pela lei do movimento ascensional que chamou de Lei da Capilaridade. Esta visão, enfim, foi beneficiada e determinada por uma relação intelectual profunda com a Filosofia de Santo Tomás de Aquino, que lhe forneceu tanto a sua Lógica quanto os princípios metafísicos de seu pensamento e a sua Cosmologia Fundamental, em relação à qual experimentou uma admirável liberdade abrindo-se ao evolucionismo de Teilhard de Chardin.

“NADA MAIS CONTRÁRIO À UNIDADE QUE A UNIFORMIDADE”

Foi, portanto, com base em uma relação orgânica total, plena, com a Igreja que o pensamento de Alceu Amoroso Lima deu origem a tudo o que hoje se identifica como a “sua obra”. Desta organicidade, a Filosofia Tomista, tal a interpretou, constituiu o fundamento teórico. Ora, como ele não se pôs jamais a expor sistematicamente, em forma escolástica, as suas teses, mas tão somente deixou-as transparecer em seus escritos, a interpretação destes exige que se chegue a um conhecimento suficiente, ao menos, das orientações gerais que encontrou nesta Filosofia. Ele próprio fornece, a respeito, uma pista segura quando faz expressa referência a Maritain como seu “Mestre”. Por profissão um “paleotomista” ou, muito simplesmente, um “tomista”, Maritain não foi um simples expositor de uma filosofia já feita, mas um arauto de uma filosofia viva e, portanto, capaz do presente, capaz do real desde a Metafísica à Política e, nesse sentido, capaz do novo e do novo nem mesmo pressentido por Tomás de Aquino. Visualizada assim, a Filosofia Perene, como se pretendeu que fosse, não era simples interpretação, mas inferência e demonstração. Isto Maritain legou a Alceu e a liberdade implicada por esta postura só cresceu no seio de sua obra.

Ora, o que foi, em rigor de termos, o Tomismo ensinado por Maritain e Alceu? Pode-se dizer, foi um Realis-

mo Metódico ou, se isto parecer melhor, um Realismo Crítico a sobrelevar o saber comum. Foi como tal que ele se erigiu em uma Filosofia da Diferença e, portanto, da Distinção como Método capaz de salvar a identidade do Diferente, elevando-se ao mesmo tempo a uma Unidade assegurada por um Princípio transcendente. Esta postura, que se pode chamar metafísica em estrito sentido, constitui a chave mestra de sua leitura. O real, isto é, o Ente é captado por nossa sensibilidade como efetivamente múltiplo e esta multiplicidade encontra na Filosofia a sua fundamentação conceitual, sendo mediada pela idéia de Criação que, apreendida da Teologia, recebe uma demonstração filosófica. Este caráter fundamental a opõe a todo o pensamento ou Filosofia Imanentista e a todo o Monismo, cujo paradigma maior é, via de regra, divisado na Filosofia de Hegel. Esta visão, Alceu a expressa, em 1947, sob forma lapidar: "Nada mais contrário à unidade que a uniformidade" (A Vida Sobrenatural e o Mundo Moderno, p. 69). Já antes (em "Para a Cristianização da Idade Nova, 1938, p. 21), escrevera: "Nossa Filosofia da Vida, para alcançar realmente esta plenitude (isto é, a que propõe o Catolicismo) a que aspira nossa sede de realização integral da potência humana, deve ser ao mesmo tempo uma Filosofia do ser, da expansão do ser e do dever ser".

UMA FORMA APERFEIÇOADA DA SOCIAL DEMOCRACIA

Esta última citação permite que se tome o pulso do seu pensamento e que se o situe no horizonte da terceira Conversão a que, acima se fez referência. Na mesma obra, logo após a passagem citada, esta se desdobra nos seguintes termos: "A Essência, a Comunicação e o Ideal são três considerações que nunca podem abandonar uma Vida plenamente vivida". Isto permite a Alceu propor-se a coexistência da ação e da contemplação e sua síntese na Vida Apostólica. Esta visão sintética do diferente em sua distinção e unidade vai ter um papel decisivo no que há de mais explícito em seu pensamento posterior: a sua proposta social ou, como hoje se preferiria dizer, o seu projeto teológico político. De ponta a ponta, seu pensamento rejeita o Sistema Capitalista e Burguês e o Coletivismo Marxista, visto como uma espécie de Monismo Social que suprime as diferenças e bloqueia a ascensão do diferente, ao menos nas formas práticas e instituídas que assumiu. O Sistema Ideal, mas realizável, que, em seu pensamento mais recente, bem poderia ser uma forma aperfeiçoada da Social-Democracia, seria aquele que, salva a unidade e tornada efetiva a Justiça, proporcionasse ao diferente o pleno desenvolvimento de sua diferença.

A Lei fundamental deste Sistema parece-lhe clara, como o expressa no recente "Diálogo" com Lourenço Dantas Mota (p. 53): "Eu era um liberal inconsciente e Jackson um antiliberal consciente. Eu via a defesa da liberdade como um instrumento capital para o encontro da verdade, enquanto Jackson via a defesa da autoridade, como o elemento para o reencontro com a verdade". A liberdade e o coração, como o afirma mais adiante, foram uma diretriz

O ECUMENISMO

Tristão de Athayde

Quando lemos o que, a cada momento, nos diz João XXIII sobre o Concílio Ecumênico —, desde a inspiração inicial, na Igreja de S. Paulo Fora dos Muros, brusca como uma revelação paulina no Caminho de Damasco —, compreendemos que não se trata de uma reunião puramente formal, para repetir o que já está no catecismo ou nos compêndios teológicos. Nem de uma assembléia diplomática, para traçar roteiros puramente históricos, por mais importantes que sejam. Muito menos de uma tentativa de formar uma frente espiritual anticomunista, como tantos esperam e desejam.

O Concílio é a expressão concreta de um movimento muito mais profundo e substancialmente ligado à própria natureza do catolicismo: o *espírito de universalidade*. É isto o verdadeiro ecumenismo. Como diz o Pe. Congar, O.P., um dos *consultores* oficiais do Concílio, no seu livro *Aspects de l'œcuménisme*: — "O ecumenismo não é uma atividade diplomática ou universitária. É uma atividade essencialmente cristã, como o apostolado ou a missão. Nele se lançam as almas na medida de atitudes feitas de fé, de amor, de oração, de serviço mútuo. Trata-se de realizar um capítulo da história da salvação e não um capítulo da história profana. A oração representa, aqui, a primeira e mais preciosa das condições. Tem por efeito, antes de tudo, purificar-nos o coração. O trabalho ecumênico não é um malabarismo intelectual, feito de competência e habilidade. Exige uma conversão profunda do coração, do ser humano e de toda sua atividade cristã." (p. 24)

Coloca-se, assim, o ecumenismo em sua autêntica posição, ao mesmo tempo transcendental e histórica. É por ser um movimento transcendental, como diz o grande teólogo dominicano, na mesma linha daquela *sapientia cordis* das Escrituras e da tradição agostinhopascaliana, que o ecumenismo possui realmente um extraordinário significado histórico.

A verdadeira unidade é feita de variedades que se harmonizam. O Papa dizia há pouco, falando como sempre do Concílio, que a palavra mais adequada para traduzir o seu espírito era **unidade**. Unidade, po-

demos acrescentar, que se estende em círculos concêntricos: unidade entre fiéis dentro da Igreja Católica; destes com todos os Cristãos em geral; dos cristãos com os homens de todos os credos; e destes, enfim, com os que hoje professam a mais dogmática das religiões, a mais difícil e hostil ao trabalho ecumênico — o ateísmo. Essa unidade ecumênica terá de ser um trabalho lento e penoso, mas nem por isso inatingível. Difícil, porque baseado na variedade e no respeito ao que essa variedade possui de legítimo, nos termos daquelas patéticas palavras finais desse outro grande dominicano, o Pe. Maydiou, O.P., de que guardo tão saudosa e calorosa recordação. Escrevia ele em seu testamento espiritual: "jamais, como hoje em dia, foi tão necessário lutar para manter o direito ao desacordo (le droit de désaccord). Uma sociedade onde não houvesse lugar para o desacordo, seria a mais terrível das prisões. Hoje só existe a escolha entre a cidade acolhedora dos desacordos e o campo de concentração." Palavras como estas certamente escandalizarão aquele sacerdote franquista que há pouco, a propósito da reunião dos espanhóis antifranquistas na Suíça, perguntava a um amigo meu: "Para que a oposição?...". É provável, aliás, que esse mesmo sacerdote apoie vivamente a constituição de um Governo cubano no exílio...

A discórdia é infecunda porque, até etimologicamente, separa os **corações**. Mas o desacordo é fecundo porque aproxima através do respeito à justa variedade dos homens e das nações. O Cardeal Montini observava há pouco que a nossa época se caracteriza "pelo pluralismo ideológico na vida pública". O ecumenismo nos ensina, a esse respeito, duas verdades fundamentais: nem permitir que esse pluralismo se transforme em isolacionismos agressivos, atrás de cortinas de bombas; nem por outro lado admitir que nos leve, como diz ainda o grande Cardeal de Milão, à tentação do conformismo sistemático e da colaboração incondicional, transformando a oportunidade em oportunismo.

A unidade na variedade, eis o roteiro do ecumenismo.

que preservou, desenvolveu e pacientemente infundiu nos movimentos de Igreja que liderou. Respondendo a uma interpelação a respeito de sua mudança de posição face ao Integralismo, ele nos mostra o quanto a liberdade lhe valeu a verdade: "Meu filho, eu também fui ateu e me converti depois. Eu era simpático ao integralismo e agora percebi que ele é no fundo ateu, apesar desta invocação de Deus, Pátria e Família, ou Tradição, Família e Propriedade, como sendo valores absolutos. Eu mudei e confesso que mudei: tive simpatia pelo integralismo, mas hoje o considero uma comédia, como essa comédia de democracia em que vivemos" (p. 56). Como ocorreu com o integralismo, ocorreu com tudo o que um discernimento melhor revelou ser falso, parcial ou mesmo constituir uma limitação sem ganhos à liberdade do homem e, portanto, um bloqueio à sua ascensão para a verdade.

É MISTER QUE O POLÍTICO E A PRÓPRIA RAZÃO SEJAM SUBMETIDOS AO SOCIAL

Este modo de se postar face ao real, concebido como diferente, alcança a sua forma mais decisiva na visão de Homem que fundamenta a sua Teoria do Social. Também no homem há lugar para a distinção, porque também ele é sujeito à diferença: assim porque indivíduo, é ele sujeito de direitos face ao Social, mas, enquanto pessoa, ele o é de deveres e é necessário chegar à síntese que torne efetiva a justiça. Isto urge tanto mais quanto o século ainda em curso se afigura sempre mais como o século da ascensão das massas. Ora, nesta ascensão, é mister que se dê lugar à diferença e, portanto, que se amplie a liberdade equacionando devidamente o reconhecimento dos direitos do indivíduo e da responsabilidade social da pessoa, da liberdade e da justiça. É mister que o Político e, portanto, a própria Razão de Estado seja submetido ao Social tanto quanto o Econômico. No ato de formular, ainda uma vez e, quiçá, a última, esta sua proposta, deixa ele claro o seu horizonte teológico e a sua visão alcança a unidade que sempre procurou: em uma sociedade estruturada a partir destes princípios, a justiça se erigiria em salvaguarda da liberdade e esta, movendo o homem em direção à verdade, cumpriria a lei de sobrelevação do Homem, lei que lhe aparece como a aspiração suprema inscrita em sua própria essência. Ora, esta sobrelevação tem por limite tão somente o Absoluto, Deus, e, por esta razão, o movimento em que consiste realiza a liberdade sob a sua forma mais perfeita, simplesmente porque, infinito, Deus é por sua essência o seu próprio Ser e, como Fim, não limita, mas sobreleva para além de toda a finitude.

TUDO O QUE "É MENOS", TUDO O QUE FALTA É SINAL DE IMPERFEIÇÃO

Certamente, uma Filosofia da diferença pode prestar-se, se coloca nesta todo o fundamento do real, à legitimação de toda a desigualdade e, através da desigualdade social, à tolerância com a opressão. Isto não ocorre com o pensamento de Alceu: neste, a dialética da diferença tem por

fim, por *telos*, a plenitude no ser e só por esta pode ser justificada. Por isso, a carência do necessário não se limita, para ela, à falta do simples e estritamente vital, mas de todo o indispensável ao cumprimento de um projeto de plenitude. Ora, a Metafísica que Alceu pressupõe e, quando necessário, expõe em algum de seus princípios, pensa a diferença no todo de um destino solidário não só em seu fim, mas também em sua história. Por isso, nela, tudo o que "é menos", tudo o que falta é sinal de imperfeição, é privação "do que é chamado a ser" e engaja a responsabilidade social para a sua superação. Donde a sua crítica se estender do totalitarismo à pretensão dos que querem reconhecer em uma sociedade fundada na idéia e no valor do "status", como o foi a Medieval, a Sociedade Ideal. Sem negar-lhe o valor que lhe coube, é para além dela, tanto quanto para além do Individualismo Burguês do Capitalismo e de qualquer Coletivismo que situa o Projeto da "Idade Nova".

Eis o que, em uma primeira abordagem de conjunto, foi possível dizer da obra e do pensamento de Alceu Amoroso Lima. Uma Exposição em pormenor certamente traria precisões essenciais, quando não retificação de fórmulas imprecisas ou incorretas. Sem dúvida, faltou também a estas linhas uma apreciação de sua atividade como Crítico Literário: embora se deva reconhecer sua importância neste mister, foi aqui necessário circunscrever a abordagem à triade "Teologia, Filosofia, Praxis", no sentido de se captar o centro de consistência de sua obra. Só uma leitura mais extensa seria capaz de captar adequadamente a precisa relação entre o Discurso que privilegia a Forma e o que intenciona a Essência e o Ser. Em verdade, trata-se de um desafio que se inscreve em outro mais amplo, do que visa discernir o preciso nexa a estabelecer entre a Forma e o seu Objeto.

É chegado o momento de concluir, não como quem encerra, mas como quem deixa em aberto para que o pensamento vivo continue a destilar a sua verdade. Sim, porque todo o pensamento que se eleva a alguma verdade, permanece vivo na razão direta desta sua elevação. Um pensamento vivo, eis o legado de Alceu: um pensamento capaz de superar-se ainda, tanto quanto foi capaz de superar-se sempre, desde que se deixe livre a força do Espírito que o nutre. É da força deste Espírito que deriva a importância do seu legado: para quem é incapaz de a captar, Alceu veio e se foi, passou simplesmente. Ao contrário, para quem for capaz de a captar, ele permanece vivo, porque todo o pensamento tem, em sua verdade, o atributo de ser dado em Comunhão.

Carta de Alceu a sua filha Maria Thereza de Amoroso Lima, atual abadessa do convento de Santa Maria de São Paulo.

Petrópolis, 22/5/72

... Dirão que estou ficando saudosista. E, no fundo, é bem verdade. Será isso realmente o começo da velhice tradicional ou convencional, aquela que nos torna "laudatores temporis acti"? Sei lá. Começo a gostar mais de reler que ler. Cada vez menos sinto necessidade de escrever. Pelo contrário, aumenta o temor do vazio e do "déjà dit". E não me abalançaria hoje a nenhum compromisso de longo alcance. Agora mesmo um padre professor do Seminário de Braga me pede alguma coisa sobre Maritain. Recebi deste uma separata do "Cântico dos Cânticos" com uma dedicatória carinhosa do "vieux Jacques". Com o meu elogio a Teilhard, Maritain esfriou comigo. Nem sei como não rompeu. Basta dizer que numa 2.^a edição do "Pour une philosophie morale" digo "de l'Éducation", cuja primeira era dedicada só a mim, acrescentou, na dedicatória, outros, creio que a "mocidade", em geral. Fui verificar. A 1.^a edição é de 1959 e tem só "a Alceu Amoroso Lima". A 2.^a, dez anos depois, em 1969 ("nouvelle édition revue et complétée") diz: "A Alceu Amoroso Lima, aux jeunes et aux vieux amis" "d'un viel ermite auquel il déplairait de plaire et qui ne sait se taire" (sic).

Essa frase acrescentada dez anos depois, é sintomática. Ele certamente (?) (como não sei) leu minhas crônicas sobre o "Paysan de la Garonne" com minhas restrições. Ou então, tiveram o cuidado de mandar dizer que eu abandonei o velho mestre e estava agora metido com os teilhardistas e os progressistas etc. e tal. Daí a nova dedicatória tão expressiva. Agora, três anos e meio mais tarde (ele não me mandou a 2.^a edição...), diante do meu artigo na "New Scholasticism", enterneceu-se e me mandou o "Cantique des Cantiques", com a dedicatória

carinhosa do "vieux Jacques". Esses altos e baixos são bem sintomáticos da NOSSA evolução. Digo NOSSA porque penso que ele também mudou, num sentido mais fechado, no sentido da ortodoxia católica. Ao passo que eu mudei no sentido do ecumenismo e do pluralismo. Ele e eu — que pretensão! — no entanto, voltando às nossas origens: ele, a do protestantismo rígido da Mãe, e portanto de um anti-liberalismo e de um puritanismo que explicam a sua sedução pelo violento Léon Bloy, através do qual ingressou no catolicismo em 1900. Ao passo que eu (que pretensão!...) também estou sendo fiel à infância e sobretudo à adolescência e à mocidade, todas elas dominadas pelo liberalismo, tanto de Mamãe e de Papai como de meu Padrinho (sem fê) e de Kopke, precursor da educação livre e secularizada, e tudo isso confirmado pelo ambiente laico do Ginásio e da Faculdade de Direito e no meio de uma geração TOTALMENTE desviada de qualquer inquietação religiosa. Até que... veio o Eddy e sobretudo, com caráter decisivo e incisivo a agressividade do Jackson e last... a leitura de Chesterton e do próprio Maritain, que eram liberais, abertos, reconciliadores da religião católica com a Revolução Francesa e o socialismo (em termos), de modo que tudo isso junto é que venceu o meu agnosticismo e a minha indiferença religiosa. Mas... não arrancou de mim aquele fundo de abertura de espírito, de pluralismo, de "comprehensiveness", como dizem os anglicanos, que fizeram com que a rigidez de um Bloy ou mesmo de um Bernanos, tanto quanto a violência autoritária ou reacionária de um Jackson NÃO PERMANECESSEM EM MIM COMO RAIZ, ou como transformadores de meu eu natural, que era o de minha adolescência e mocidade: aberto a todos os ventos do espírito, e entrando para a Igreja não como para um Porto Seguro ou uma

Fortaleza, mas pelo contrário como uma partida para o mar alto, digo, para a maior aventura do mar alto: a descoberta do sobrenatural, da existência de Deus, da imortalidade da alma, de tudo o que era um enriquecimento, uma abertura, uma soma, um território a mais, e nunca uma gaiola, uma caserna ou um permanente.

De modo que hoje estou mais longe do Maritain que ajudou a me levar à Igreja, mas, como ele, continuo fiel ao moço que fui em 1920 e ao adolescente de 1910, apenas com asas mais abertas para entrar em um novo mundo, o mundo da Fé e da Mensagem de Cristo, que alarga e não diminuiu a minha DISPONIBILIDADE da juventude.

Tudo isso por quê??? Por que esse desvio??? Maritain... Teilhard... Mounier... Chesterton... Jackson... Cada um me acenando com Mundos-Novos e alimentando essa sede de totalidade, de intelectualidade (Humanismo integral), que não permite que eu me satisfaça comigo mesmo e muito menos que não me sinta cada vez mais vazio, inútil, esgotado, mas... sempre procurando ser fiel a mim mesmo, sem renegar nenhum dos meus eus — nem o Alceu (da infância, da adolescência, da mocidade) nem o Tristão da maturidade e da velhice...

TRAN SUBS TANÇI AÇÃO

Morri de vergonha. Minha desatenção era imperdoável. Me convidaram para uma festa, e eu acreditei que era só festa mesmo, ocasião para que os amigos se encontrassem. Foi só à porta de entrada que percebi a “gaffe”: todos vinham munidos de embrulhos enfiados em papel de luxo. Presentes para alguém que aniversaria... Eu, de mãos vazias. Como se estivesse nu. Saí correndo, procurando uma floricultura. Umas flores poderiam disfarçar a minha nudez. Inutilmente. Já era tarde. Já estavam fechadas. Voltei, mãos abanando, e entrei despido, em meio aos outros convidados, vestidos a rigor. Lá fui eu, vermelho, abraçar a aniversariante. E lhe ofereci a única coisa de que dispunha: um buquê de palavras, desculpas e votos de felicidades...

Somente um indelicado faria o que eu fiz, por distração. Presentes são sinais visíveis de uma graça invisível, sacramentos de amor. O preço é prova de a/preço, quanto mais caro o presente, tanto mais cara a pessoa. Quem se atreveria a oferecer apenas as palavras, que não custam nada?

Houve tempo, entretanto, em que as coisas eram diferentes. As palavras eram mais cobiçadas que as coisas, pois sabia-se que elas eram objetos mágicos, taças carregadas de poder, encantações que podiam fazer o desejo se realizar. E era por isto que os filhos, antes de pedir qualquer outra coisa, pediam que os seus pais lhes dessem, como presente supremo, palavras belas e boas, carregadas de bons desejos.

— A sua bênção, meu pai...

Bênção, bendição, bem-dicção, bem-dizer, benzer...

Lembro-me do choro amargo de Esaú, ao descobrir que as palavras do seu pai, que lhe pertenciam, já haviam sido dadas ao seu irmão. Se fosse entre nós, não haveria problema algum, porque repetiríamos as mesmas palavras, até mesmo com alguns adjetivos a mais. É, poderíamos repetir as mesmas palavras à vontade, e dizer quantas outras quiséssemos, porque acreditamos que palavras não passam de palavras, entidades ocas e vazias, semelhantes ao sopro da brisa... Tudo continua do mesmo jeito depois que elas são ditas. Nem as pedras e nem as estrelas se comovem com as rimas dos poetas... Mas Esaú chorou porque o seu pai lhe disse coisa estranha:

— *As palavras que dei ao seu irmão, não posso mais repeti-las para você. Eu não as possuo mais. Agora, estão num outro corpo, que não é o meu. Você entende? Palavras são parte da própria carne, e quando elas são dadas, vai com elas um pedaço do corpo da gente. E é este pedaço do meu coração, lugar dos meus desejos, que já não possuo mais. Posso lhe dar outras palavras, algumas que guardei comigo, diferentes, mas não aquelas...*

Naquele tempo as crianças compreendiam. Não pediam presentes. Pediam palavras. E o pai respondia:

— *Minhas palavras são pobres demais. Não sei o nome do meu desejo mais profundo. Tenho medo de dizer as palavras erradas. Por isto eu lhe dou não as minhas palavras. Meu desejo é outro: ‘Que Deus o abençoe’’. Que seja ele que diga as palavras mágicas que o farão sorrir...*

Era assim: a palavra se falava e o mundo ficava diferente. Metafísica que não compreendemos. Diziam os teólogos medievais que quando as palavras do desejo eram pronunciadas, uma estranha alteração acontecia no pão e no vinho do sacramento eucarístico. Eles deixavam de ser o que eram e passavam a ser, de verdade, a carne e o sangue de Jesus. Claro que nós, protestantes, modernos, sabemos que não é assim. Superstição. Palavras não servem como presente, palavras não mudam nada. Palavras são seres cerebrais, para serem pensadas... Não fazem diferença: pão continua pão, vinho continua vinho... Mas naqueles tempos eles achavam que o mundo

era algo maravilhoso, que acontecia quando as palavras se misturavam com as coisas. Não, mundo não era coisa pronta, acabada, lá fora, que o olho via e a palavra descrevia. Descrição, esta palavra pobre, flácida, murcha, impotente, que só aparece depois de tudo acabado, este dizer sem força que vai repetindo: “Assim são as coisas...” Pra eles não era nada assim, e o mundo era coisa por fazer, semelhante a um bolo, e a gente mistura uma porção de coisas, farinha, ovos, leite, manteiga, e desta mistura surge uma massa, e da massa aparece o bolo. Mundo, bolo mágico que aparece também de uma massa, em que se misturam as coisas que a natureza dá com as coisas que dá a boca. A natureza dá uma pedra; a gente lhe junta a palavra “altar”. E ela fica uma outra coisa. Já não é o que era antes. Agora, ela faz pensar em coisas sagradas. Transubstanciou. A natureza dá uma nuvem. A palavra diz que ela se parece com um navio, navegando nas funduras do céu. A natureza dá uma criança. A gente vai colocando nomes sobre ela, nomes bons e nomes maus, nomes belos e nomes feios. E aquela carne vira gente. Transubstanciou também. Esta estória, já contei vezes sem conta. Mais uma, porque é muito bem. De verdade. Aconteceu com meu sogro, filho de pastor adventista, alemão, mundo cercado pelos inter-ditos. Proibido comer carne de porco, e molho pardo, e chouriço, a bebida alcoólica, e outras coisas. A estes inter-ditos sociais, bons costumes, elê juntou inter-ditos particulares, neuroses. Não comia miolo de jeito algum. Meio vegetariano, foi um dia jantar a convite, em casa estranha. Couve-flor empanada, prato principal, bom para a vista, bom para o corpo, bom para o pensamento: tudo perfeito. Um pouco

mais agora, um pouco mais depois, corpo feliz. “— Minha senhora, divina esta couve flor...” “— Couve-flor? Que couve flor? É miolo empanado...” E o corpo saltou, entranhas estranhas em revolução, corrida ao banheiro, purificação, vômito... Curioso. Como? Mudou alguma coisa? A química, a física da coisa... Não, tudo era igual antes como depois. Mas, não era gostoso antes? Por que o vômito? Acontece que, antes, a dádiva da natureza estava misturada com a palavra “couve-flor”, e depois a mesma coisa da natureza se misturou com “miolo”. Tudo ficou diferente. Transubstanciou-se. A cabeça pode negar. Mas o corpo sabe melhor. Reconheceu o milagre, constatou a diferença, e vomitou...

Assim é o mundo humano, feito com esta mistura mágica de coisas e palavras. Nós também: somos as palavras que foram misturadas em nossa carne, e por isto somos muitas coisas ao mesmo tempo. Tudo depende do feiticeiro que pronuncia as palavras... Às vezes as palavras são belas, e ficamos belos também. Às vezes elas são horríveis, e é como se estivéssemos possuídos por demônios.

“No princípio era a palavra...” É aí que começam todas as transubstanciações: lobos em cordeiros, espadas em arados, canhões em vasos de flor, estêreis em grávidas, mortos em vivos...

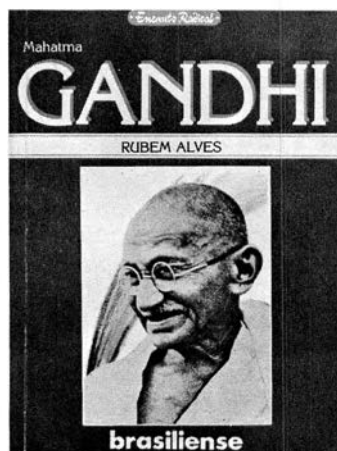
Tudo depende da palavra, se ela é encantada, carregada de desejo. Quem sabe aprenderemos a dar, como nossa maior dádiva, o nosso bem-dizer...

A Política dos Gestos Poéticos

Luiz Roncari

Rubem Alves,
Editora Brasiliense, 1983,
120 págs.

* Gandhi morto, a caminho para a outra, rememora, passa em revista, faz um balanço... E para isso, pede emprestado o corpo do Rubem Alves, ou melhor, seu discurso; mas qual a diferença entre um e outro? Como separar a fala do corpo, a idéia da cabeça, o gesto da palavra? Assim, o Rubem deixa Gandhi falar através de si e se aproveita para discorrer em nome do outro. É um discurso que lembra o de Machado, sem a ironia diluidora das certezas, por isso menos literário. E fala mansa, silenciosa, fluente, sem dramaticidade. É a fala de quem já se acredita num determinado estágio da sabedoria e não sofre mais a tensão das vozes contrárias. Mas Gandhi teria tanta certeza de si mesmo? A ausência de perplexidade, espanto, dá uma serenidade interior a Gandhi (o livro é um discurso interior) talvez mais condizente com sua imagem externa, projetada. Mas também quem disse que ele vivesse a nossa mesma dicotomia entre interno/externo, e para



ele um não fosse mais que o desdobrar do outro? E o Rubem não quis imitar ou representar Gandhi, quis simplesmente imaginar: Gandhi morto como contaria sua vida? Que última lição gostaria de transmitir? Desse modo releu Gandhi

com os seus próprios últimos olhos, em busca da última lição. No processo, deixou confundir tanto seu discurso com o de Gandhi, que já não sabemos mais quem fala: se diz de si através do outro ou se apenas empresta ao outro a sua voz.

A narrativa pós-morte lembra também o *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, mas com a diferença, que este rememora sua vida em forma de romance, para que os homens pensem a si mesmos. Tem vidas que são espelhos, outras, exemplos. Gandhi não perderia a oportunidade da última lição, foi mais ou menos isso que o Rubem pensou e para isso emprestou seu corpo/discurso. A partir daí não seria mais válido fazer a distinção entre Gandhi e Rubem Alves, já que um passou a ser a voz e o corpo do outro. O Rubem, falando para nosso imaginário como se fosse Gandhi, é a parte da ilusão, e o último, falando pelo corpo do autor, é a parte da desilusão, porque ilusão é acreditar

que Gandhi tenha morrido. O pressuposto do Rubem é que está vivo, daí preferir partir de sua morte, o momento em que começa uma nova vida, quer dizer, sua verdadeira vida, e a olhada para trás é a pergunta sobre a essencialidade: o que o faz ficar como memória viva dos homens?

O belo livro de Rubem é isso, uma olhada para trás na hora da morte/vida. E num momento desses, a seleção e a ordem do que se rememora são feitas fundamentalmente pelo corpo, supondo-se insuportável a alienação nessa hora. É um livro de escritor, e como todo escritor, não resiste à boa impostura, uma camisa onde se meter, um corpo alheio a partir do qual falar de si mesmo. Rubem Alves escolheu o de Gandhi e não de outro, é dessa primeira escolha que começamos a entender o autor, depois Gandhi e, só depois, a lição transmitida a partir do ponto de encontro dos dois corpos. E é gratificante.

A LUTA PELA MORADIA MARCA UM TENTO

O acampamento em frente ao prédio da COHAB, em São Paulo, chega ao fim e com a escritura do terreno nas mãos dos reivindicantes

Wilson Joaquim Alves

“Eu já vi muita coisa triste e bonita em São Paulo, onde estou há dezessete anos como bispo, mas nunca uma mais bonita do que esta que vocês fizeram aqui. A união de todos, que lutaram com toda coragem, perseverança, sem violência, até chegar esta noite”. Comentou D. Paulo Evaristo Arns, na noite do culto de comemoração da vitória e entrega da escritura do terreno aos futuros moradores.

Em outubro de 82, o Movimento pela Conquista de Moradia da Vila Remo e Cidade Dutra entregou ao então prefeito de São Paulo, Salim Curiati, um documento contendo suas propostas por uma moradia digna. O prefeito encaminhou a comissão do Movimento à FABES (Secretaria da Família e do Bem-Estar Social), sem que esta, porém, desse resposta alguma. Em abril de 83, representantes do Movimento procuraram o novo prefeito, Altino Lima, que transferiu para a COHAB o encaminhamento das reivindicações.

Nessa época, um grupo de moradores do Parque Grajaú ocupou uma área da Prefeitura nessa região. Entretanto, a própria Prefeitura junto com a vizinhança do bairro sustou a ocupação. Em abril de 83, numa assembléia de mais de quatrocentas pessoas, a secretária da FABES, Marta Terezinha Godinho, o presidente da COHAB, Raymundo Paschoal, o administrador regional de Santo Amaro, Manoel Guerreiro, e o secretário da habitação, Arnaldo Madeira, comprometeram-se com a compra de uma gleba próxima à área ocupada, para a implantação de um conjunto habitacional.

Numa assembléia de moradores, em 22 de abril de 83, o presidente da COHAB anunciou a compra de uma gleba de aproximadamente 162.000 m² na estrada do Bororé e prometeu também a remuneração dos mutirões de construção das casas e dos técnicos da comunidade. No entanto, depois de quatro meses, nada tinha de fato se efetivado, a não ser a instalação de uma máquina de blocos na área, porém sem funcionar.

Durante esse período, a população dividiu-se em grupos de quarenta para discutirem, com o apoio de técnicos, a formação de uma cooperativa, os critérios de seleção de moradores, as diretrizes técnicas do projeto urbanístico, as condições de financiamento e o processo de construção das casas.

Até 28 de junho, a COHAB não havia cumprido nenhum dos compromissos que havia assumido, quando os moradores fizeram uma nova reunião, ocasião em que o presidente da COHAB afirmou que a área estava comprada. Ficou acertado para 10 de julho o dia em que os técnicos da COHAB indicariam através de mapas a área para os moradores, porém não apareceram.

Cansados das promessas e do não cumprimento, uma comissão de moradores foi até a COHAB, no dia 25 de julho. Depois de doze horas de espera, ficaram sabendo que a área prometida não poderia ser comprada. Foi quando decidiram acampar em frente ao prédio da COHAB até que suas reivindicações fossem atendidas, o que se realizou nove dias depois, em 4 de agosto.

Reivindicações apresentadas em carta aberta à população, por ocasião do acampamento.

NOSSAS REIVINDICAÇÕES SÃO:

- LIBERAÇÃO (AUTORIZAÇÃO) DA ÁREA DO GRAJAÚ PARA INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE MORADIA;
- LIBERAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA PARA CONSTRUÇÃO;
- CONTRATAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DA COMUNIDADE;
- PRAZO PARA LIBERAÇÃO DA ÁREA DE VILA REMO;
- QUEREMOS SABER TAMBÉM: É de competência da COHAB o problema de moradia nas FAVELAS?
Queremos esclarecimentos públicos da COHAB, é por esses motivos é que estamos acampados aqui na praça.
Só sairemos daqui quando os compromissos já assumidos pela COHAB forem autorizados para sua concretização em forma de trabalho.
Nós fizemos uma proposta de construção de moradia popular que não interessa à COHAB mas interessa a nós trabalhadores que lutamos pela conquista de moradia digna e pela posse da terra.
- ACAMPAMOS CONTRA A MENTIRA.
- SAIREMOS COM O COMPROMISSO DA VERDADE.

MOVIMENTO POR CONQUISTA DE MORADIA DA CIDADE DUTRA E VILA REMO
A Comissão



1



2

1. Uma das mulheres preparando o almoço dos acampados

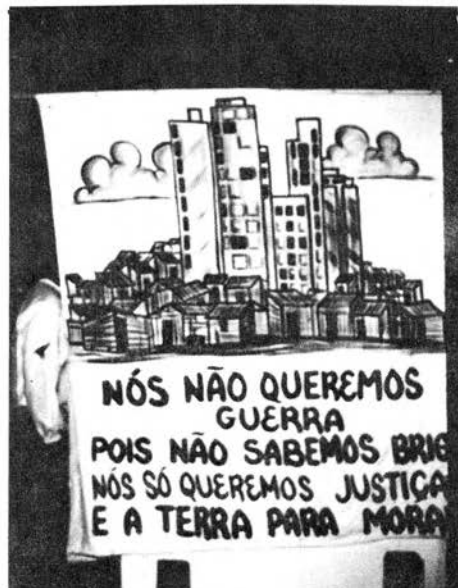
2. Vista parcial do acampamento e membros do movimento numa das manhãs frias de São Paulo



3

3. Representante do movimento discutindo com técnicos da COHAB, SEH, AB e FABES, sobre aspectos técnicos referentes à concretização do projeto de construção das casas

4. Painel que enfatiza a determinação da luta e seu caráter pacífico



4

5. Assembléia dos moradores no acampamento

6. 4 de agosto: durante o culto realizado no acampamento, D. Paulo Evaristo Arns levanta a escritura do terreno comprado pela COHAB para o povo ver

7. Moradores comemoram a vitória de 4 de agosto



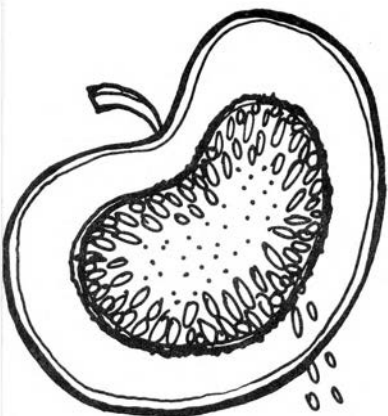
5



6

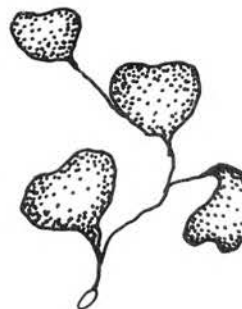


7



Abóboras e sementes

Programa CEDI/CEBs



VOLTANDO DE CANINDÉ

“Lista da abóbora”: é o cabeçalho da primeira correspondência recebida depois de Canindé pelos representantes das CEBs de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que tinham participado do Quinto Inter-Eclesial. A lista da abóbora contém quarenta e um nomes e endereços. E traz à memória um dos inúmeros pequenos acontecimentos, à margem do grande acontecimento de Canindé: coisas que ficam na memória do povo, mesmo não sendo escritas. Pequenas partes da grande trama através da qual vem se tecendo, neste Brasil, a “rede” das CEBs, que traz em si o desenho (projeto) da “sociedade nova” e, em filigrana, a esperança (presença) do Reino de Deus.

O ônibus vinha rodando, na volta de Canindé, pelas estradas do Maranhão, em busca da Belém-Brasília. A romaria do pessoal de Goiás e dos Matos Grossos terminaria em Goiânia, três dias depois do fim do encontro. De lá, cada um voltaria para suas comunidades, trazendo a Boa Nova, a carga de ânimo para continuar na luta: “Povo unido, semente de uma nova sociedade”. Mas, no ônibus, o encontro continuava, no estilo de romaria: nos cantos, nos papos, nas paradas de oração, na fraternidade. Pedro Casaldaliga junto, pastor-profeta, já sonhando com o próximo Inter-Eclesial: “Povo do Cristo Libertador, Esperança da América Latina”.

Um pneu que fura, uma parada à beira da estrada, um lugarejo de umas dezenas de casas, a descoberta de ter errado o caminho, quase chegando ao Pará. Hospitalidade do povo simples: água, fruta, banho, cafezinho. Conversas. Pedro, Bispo de chinelos, é apresentado aos donos da casa: um casal de animadores de comunidade. Coincidência?, Cantos em comum, trocas de experiências: o que foi Canindé, o que é a vida da comunidade no povoado de Cajueiro (município de ?), norte do Maranhão. Já anoitecendo, com a última luz do dia, uma grande roda de oração: quarenta romeiros, talvez outros tantos moradores do Cajueiro. Falam os “pastores”: o João, um jovem catequista daquela comunidade, e o Pedro, Bispo da Igreja que está no mundo inteiro. Novas formas de ser Igreja, novas formas de ser pastor. Na despedida, o presente simples, já carregado de amizade: uma abóbora, uma grande moranga. Pedro promete que será sorteada e que o ganhador escreverá para os membros da comunidade do Cajueiro.

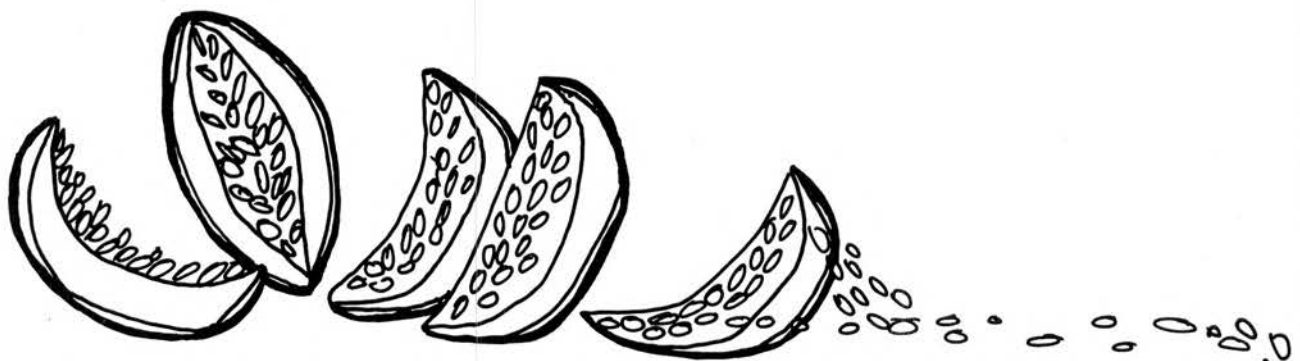
Voltando ao ônibus, vai se construindo o rito da abóbora. Quem ganhar deverá comê-la junto com sua comunidade. Contando a experiência de Canindé, contando da pequena comunidade encontrada à beira da estrada, evocando milhares de outras comunidades anônimas, desconhecidas, que também rezam, estudam a Bíblia, vivem a fraternidade e preparam, cada uma a seu modo e em seu lugar, a “nova sociedade”. Deverá depois plantar as sementes. Quando novas abóboras nascerem daquelas sementes, deverá enviar sementes a todos os participantes da romaria. E também ao pessoal do Cajueiro. E todos por sua vez plantarão sementes; e colherão abóboras; e comerão com suas comunidades. E espalharão a boa notícia. Outras sementes (milho, feijão) já estão nos bolsos e nas bolsas dos romeiros: as sementes “jogadas” na primeira celebração de Canindé, sinais, “sacramento”, do tema do encontro. Muitas destas sementes, passados alguns meses, já estão plantadas, crescendo, frutificando por aí. É a notícia de Canindé nas falas do povo, multiplicada, interpretada, ampliada.

Manhã seguinte, domingo. Parada no primeiro povoado de Goiás. Missa na capelinha, onde o padre passa a cada dois meses. Uma centena de moradores participam: comunidade que já conheceu lutas e sofrimentos. Sobre o altar, a abóbora, “sinal”, ponto de partida para de novo contar a história de Canindé. Promessa de mandar para eles também as sementes. Sorteio da abóbora: irá para a periferia de Rondonópolis, na comunidade do Baltazar. Como terá sido a celebração em que eles comeram a abóbora? Como será que vai, neste momento, a vida da comunidade do Cajueiro? e de todo o pessoal de Mato Grosso (Norte e Sul) e de Goiás? e de todos os irmãos e irmãs que foram para Canindé? O que está mudando mesmo, na Igreja e na sociedade? Onde as sementes já estão brotando em nova vida?

ALGUMAS REFLEXÕES À MARGEM

Interrogações que passam pela cabeça, toda vez que se fala em Comunidades Eclesiais de Base. O que é mesmo uma CEB? Qual o peso das CEBs no Brasil, em termos eclesiais e em termos políticos? Qual foi mesmo a importância de Canindé?

O que é CEB? Tantas definições já foram dadas, e as dúvidas continuam. De um lado, no afã de estar em dia



com a CNBB; rotula-se de CEB tudo quanto é grupo de Igreja: cursilhistas, casais, círculos bíblicos... (teve até duas boas senhoras que num encontro estadual — '78 — apresentaram-se como membros de uma "CEB de classe A"). De outro lado, tem gente que continua dizendo: "Faz anos que nos reunimos, mas não somos AINDA uma CEB". Como o pessoal de Mato Grosso do Sul, achando que CEB é só o que dá notícia no jornal "O São Paulo". CEB é semente: pequenininha; variada; pode ser de abóbora, mas também de feijão, de milho... do que pode alimentar a vida. Semente de feijão não precisa se afligir por não dar abóbora. Mas tem que ser semente. Dar vida. Pedrinha ou lasquinha de madeira podem ser bem parecidas com feijão ou semente de abóbora. Mas não vão dar nada. "Pelos seus frutos os conhecereis". Frutos de vida nova. Algo que muda na Igreja e na sociedade, lá onde há CEBs (mesmo sem sigla, nem nome). Nova forma de ser Igreja, semente de nova sociedade. A partir dos pequenos, da base, dos pobres.

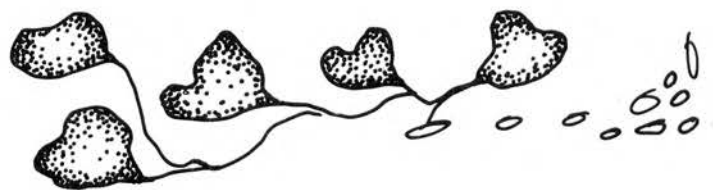
Qual é o peso das CEBs no Brasil? Como saber, se há grupos que se dizem CEBs e não são e grupos que são e não sabem ser? Grupos pequenos em alguns lugares já se chamam CEBs, em outros CEB é o conjunto organizado de vários grupos do mesmo bairro numa vila mais articulada. No puro chute, vão se dando números: 80.000, 100.000 no Brasil. O peso das CEBs na Igreja não se estabelece pelo número: a vida e a profecia não se medem por quilos. O fato é que estas novas formas de ser Igreja, a partir dos pobres, estão aos poucos criando uma "nova forma de a Igreja ser". A intuição é mais uma vez do Pedro Casaldáliga, durante um papo naquele ônibus, voltando de Canindé. Nova maneira de a Igreja estar presente no mundo, de anunciar o Reino, de servir à humanidade. É a Igreja toda que vai mudando. Idêntica a si mesma, animada pelo mesmo Espírito do dia de Pentecostes, fiel ao mesmo Cristo Ressuscitado. Mas diferente: diferente da Igreja judaizante dos primeiríssimos tempos, moldada ainda pela sinagoga; diferente da Igreja dos mártires, em diálogo-oposição com a cultura abrangente do mundo grego-romano. Diferente das Igrejas das cristandades, aliadas dos poderes deste mundo: da cristandade constantiniana, feudal, tridentina, colonial. Nova forma de a Igreja ser para o mundo da progressiva emergência dos oprimidos, na perspectiva de uma nova sociedade onde não haja mais opressão.

Qual é então o peso "político" das CEBs? sua contribuição no processo de transformação da sociedade brasileira? Participar das CEBs não é dar votos para um determinado partido (quantas ilusões, há um ano atrás). E Inter-Eclesial não é CONCLAT ou coisa parecida. A dimensão é outra. Brasil afora (sertão, periferia, favela) as CEBs contribuem

para reconstruir o tecido de uma sociedade arruinada por séculos de escravidão, de exploração, de migrações forçadas, e agora pelo avanço avassalador do capitalismo, sempre "selvagem". Ajudam os pobres a se redescobrirem "gente", irmãos, fortes de sua união. A superarem o isolamento de seu barraco, de seu bairro, de seu povoado. A se colocarem perante um projeto que supera as pequenas dimensões de seu cotidiano, a pensarem realmente numa nova sociedade. Muitos talvez entrem também nas associações, nos sindicatos, na militância política, a usarem todas as "ferramentas" para ir construindo um mundo com novo projeto. A CEB, mais que ferramenta, é o próprio tecido da nova sociedade que se vai construindo. "O Reino de Deus já está entre vós". Na Igreja e na Sociedade, a dimensão das CEBs é de tipo "sacramental".

O que foi Canindé? Outro Pedro, sociólogo, (Ribeiro de Oliveira), dizia no encontro: "Não consigo pensar politicamente o Inter-Eclesial". Seu valor maior está em ser uma grande celebração, um conjunto de sacramentos. Celebração da dor e da esperança do povo. Sacramento de uma sociedade esperada e já presente no sinal. Semente. Abóbora. Comida. Fraternidade. Esperança. Ânimo. Força. "O Espírito Santo descera sobre vós, e sereis minhas testemunhas..." Até Cajueiro, Goiânia, Rondonópolis, Três Lagoas, São Paulo... até aos confins da terra. Por isto, relatório diz pouco. Menos ainda, reflexão teórica em cima de relatório. Precisa também: serve para os "agentes". Para passar algo mais para o povo, o encontro deveria ter sido filmado. Mas o papo do povo que volta é outra coisa: é "evangelho", bom anúncio. Talvez destaque mais a história da abóbora do que o trabalho em grupos em que se falou de reforma agrária. Assim mesmo, contribui para a mudança da sociedade: desperta o desejo, aponta a direção, alimenta a coragem.

O que não impede pensar também politicamente. Trabalhar em articulação. Aprofundar com instrumental de análise o estudo da realidade. Planejar os passos para chegar à transformação. A vida é abrangente. Não vale a colocação: política *ou* profecia; militância *ou* celebração; gestos revolucionários *ou* gestos sacramentais; ação eficaz *ou* ação simbólica. Precisa-se de engenheiros e de poetas, de organizadores e de místicos. Tronco *ou* raiz? Na semente estão contidos os dois. E de nada valem, se não servirem para dar fruto: a sociedade nova, o mundo de irmãos. Agora, o Reino de Deus já está entre nós. Na semente.



JOC

e o Terceiro Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores

João Carlos Oliveri

O Terceiro Congresso da Juventude Operária Católica tinha sido marcado para julho de 1964, quando a repressão política desencadeada pelo golpe de 31 de março interrompeu o processo de preparação e o inviabilizou. Somente agora, quase 20 anos depois, é que se teve condições políticas para a sua realização: um importante espaço para a juventude trabalhadora expressar suas aspirações, discutir seus valores, realidades de trabalho, e procurar novas respostas políticas adequadas às soluções de seus problemas.

A convocação oficial do Congresso pelo Conselho Mundial da JOC foi em janeiro de 82, após três anos de intenso trabalho de articulação e consultas. A primeira etapa incluiu a realização de uma pesquisa entre sete mil jovens trabalhadores, que serviu como material básico de discussão e escolha dos temas. A partir daí, foram realizados cento e vinte e dois pequenos congressos em bairros de trinta e oito cidades de onze Estados do País. Participaram diretamente cerca de cinco mil jovens que elegeram seiscentos e vinte e dois representantes para o

Congresso Nacional, realizado na PUC de São Paulo, nos dias 22, 23 e 24 de setembro deste ano.

Por uma certa ironia, um dia antes, a Comissão Pró-CUT havia convocado uma greve nacional, que paralisou setores expressivos de trabalhadores de São Paulo. Isso gerou uma onda de boatos, dada a repressão violenta aos grevistas, parecendo ameaçar novamente a realização do Congresso. Foi nesse clima que se deu sua abertura, com a participação do Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, D. Angélico, o sindicalista João Paulo Pires de Vasconcelos, um representante da JOC nacional e continental, e com o plenário lotado de delegados dos jovens trabalhadores.

O tema geral para discussão no Terceiro Congresso foi: "Conquistando Trabalho e Justiça", que se subdividia nos seguintes itens: Salário; Trabalho; Sindicato; Condições de Vida; Educação; Participação; Política; Saúde; Afetividade; Meios de Comunicação de Massa; Migração; Discriminação; Violência; Marginalização; Cultura; e

em dois itens especiais: Trabalhador rural e Menor. As resoluções finais, na forma de teses que possivelmente se transformarão numa publicação, estão sintetizadas no *Manifesto* aprovado na plenária de encerramento, que contou com a participação de D. Luciano, como representante da CNBB, D. Cláudio Hummes e um representante da Comissão Nacional Pró-CUT.

A JOC, como inúmeros movimentos, entidades e instituições da sociedade civil, viveu um processo de repressão e desorganização política. Este Congresso convocado por ela representou um passo significativo na reconstrução de um movimento de formação e organização da Juventude Trabalhadora. As teses e o aprendizado do processo deixaram uma contribuição, cuja importância dependerá da capacidade de retorno e socialização das discussões entre os milhares de jovens que participaram direta ou indiretamente da experiência. Visando contribuir com este esforço, divulgamos na íntegra o texto final do *Manifesto* tirado no Congresso.

João Carlos Oliveri é agente pastoral, membro do Programa Novas Formas de Ser Igreja do CEDI e assessor do IAJES/Andradina.

MANIFESTO

QUEM SOMOS A JUVENTUDE TRABALHADORA DO BRASIL:

Somos mais de 22 milhões de Jovens de 14 a 29 anos, que trabalham em fábricas, no comércio, na construção civil, em prestações de serviços, no meio rural, nos sub-empregos... que estamos desempregados, que vivemos nos bairros e que dependemos de salário para sobreviver e manter a família.

Como Juventude Trabalhadora, somos parte integrante da classe trabalhadora. Vivemos as mesmas condições de

vida, trabalho e aspirações como classe, mas apresentamos muitas características e problemas específicos como jovens.

Nascemos e crescemos em condições desumanas de sobrevivência. Estamos obrigados a incorporar prematuramente o mercado de trabalho, sem condições também para a formação a que temos direito nesta etapa da vida.

Temos muitos valores como jovens trabalhadores, porém somos neles sufocados, porque somos entregues a to-

do tipo de exploração, principalmente através do trabalho. Mas, se conscientes, unidos e organizados no conjunto da classe trabalhadora, somos a maior força de transformação da sociedade.

ESTA É A NOSSA REALIDADE:

Em nosso Congresso pudemos analisar um grande número de problemas que enfrentamos como jovens trabalhadores. Um resumo do conjunto destes problemas é o seguinte:

Começamos a trabalhar normalmente entre 10 e 14 anos, sem termos chance de escolher livremente trabalhar, pois as condições financeiras de nossas famílias, nos obrigam a procurar qualquer tipo de emprego.

Um dos nossos grandes problemas é o primeiro emprego, pois as empresas

geralmente exigem trabalhadores com prática comprovada em carteira profissional.

Além disso, o desemprego é constante no sistema em que vivemos e é ainda maior nesta época, atingindo milhões em nosso país, como comprovam até mesmo dados do governo. Cerca de 60% dos desempregados são jovens de 14 a 25 anos, segundo os dados do IBGE.

A automatização crescente das atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviço; a especialização exigida para ingressar no mercado de trabalho; a não estabilidade no emprego; e a rotatividade planejada de mão-de-obra são mecanismos que nos arrancam o direito ao trabalho e assegura às empresas uma permanente reserva de mão-de-obra barata.



1



2

Por isso, muitos dos trabalhadores desempregados, principalmente jovens, para sobrevivermos, lançamos mão do subemprego, que não nos possibilita ganhar sequer o necessário para a alimentação.

Os empregos que conseguimos não respondem às nossas aspirações e necessidades, como ocorre com todos os trabalhadores. Somos explorados como meio de produzir lucros às empresas que nos submetem a péssimas condições de trabalho.

Trabalhamos em ritmo acelerado em ambientes insalubres, quase sempre sem segurança e sem fiscalizações das CIPAs; por isso, constantemente acidentamo-nos e adquirimos doenças profissionais. Nossa jornada de trabalho é muito longa e constantemente prolonga-se em horas extras além do permitido por lei.

Como não temos o direito de participar nas decisões sobre a política salarial, os patrões e o governo estão arrojando cada vez mais nossos salários, que não permitem satisfazer as mínimas necessidades nossas e de nossa família. Os reajustes salariais não estão acompanhando a inflação. Em algumas regiões mais pobres do País, o salário mínimo é mais baixo, sendo que o custo de vida é o mesmo ou até mais alto que nas outras regiões.

Além disso, nós, como jovens trabalhadores, sofremos uma discriminação

salarial em relação aos trabalhadores adultos, recebendo menos e produzindo o mesmo em iguais funções.

E nós, menores trabalhadores, sofremos ainda mais, pois somos utilizados para trabalhar como adultos sem termos condições e sem ganharmos como eles, sem sequer termos as garantias exigidas por lei.

De modo não muito diferente, nós, mulheres trabalhadoras, principalmente jovens, também somos submetidas a estes regimes de trabalho e salário, sendo exigido de nós, principalmente nas lojas e escritórios, aparência física que agrada a fregueses e satisfaça patrões. Quanto às empregadas domésticas, são poucos os nossos direitos garantidos por lei e nem sequer estes são respeitados; além do que, por não sermos consideradas pela CLT como categoria profissional, não temos direito de formar sindicatos, o mesmo ocorrendo com os funcionários públicos.

Entre nós há uma categoria que apresenta uma realidade especial: os trabalhadores rurais, especialmente bóias-frias. Vivendo nas periferias das cidades, não temos salário fixo e vamos ao campo amontoados em transportes inseguros, enfrentar jornadas de trabalho pesado, ganhando baixo salário sem vínculo empregatício, tornando-nos totalmente inseguros e com poucas condições de nos organizarmos para defender os nossos direitos.

1 Mesa do encontro. Entre outros, João Paulo Pires de Vasconcelos (3º da esquerda para a direita), D. Paulo Evaristo Arns, D. Joel Ivo Catapan, Padre Habib e D. Angélico S. Bernardini (último).

2. Participantes do Congresso

Moramos em bairros sem a mínima infra-estrutura e serviços necessários. Grande parte de nós não tem casa própria, e devido à especulação imobiliária (alto preço de terrenos, casas e aluguéis), sujeitamo-nos muitos a morar em favelas, sob constantes ameaças de despejo.

As casas populares fornecidas pelo BNH, pagas com o dinheiro dos trabalhadores, não são suficientes, são pequenas e mal construídas, e os que ganham salários baixos não as conseguem.

Moramos em locais distantes do trabalho, da escola, e centros comerciais, principalmente nas grandes cidades. Além disso, faltam transportes, os poucos ônibus que existem estão sempre lotados, atrasam e são muito caros.

Nossa má alimentação, devido à falta de recursos e à consequente subnutrição, gera doenças físicas e mentais muitas vezes irreversíveis.

Os serviços de medicina preventiva são insuficientes, pois o governo investe somente em assistência médica muito mal prestada através do INAMPS. As doenças aumentam cada vez mais, por não serem atacadas as suas causas. Há falta de hospitais, de postos de saúde, de médicos e os remédios são caros. Mas muito mais do que isto, há falta de condições sociais e econômicas que nos garantam saúde.

Sofremos discriminação em vários sentidos: primeiro, somente por sermos jovens, os adultos já exigem nossa submissão e nos consideram muitas vezes irresponsáveis; os que têm estudo é que mandam nas empresas e, na sociedade, também nos submetem por sermos trabalhadores; os que somos deficientes somos tratados como pessoas sem valor, sujeitos a melosa compaixão. Principalmente os de raça negra somos tratados como inferiores, sem direito, em muitos casos, até a frequentarmos certos ambientes elitizados. Somos, muitas vezes, perseguidos pela polícia somente por nossa aparência.

Por isso tudo muitos de nós jovens trabalhadores nos frustramos, revoltando-nos com violência e buscamos fuga nos tóxicos que nos deformam física e mentalmente, provocando também conflito em nossas famílias.

Essa situação de exploração e marginalização a que estamos submetidos reforça a mentalidade competitiva e individualista que nos divide, criando muitos problemas de convivência. Desde crianças somos deformados em nossa afetividade, influenciando no modo como compreendemos e vivemos a sexualidade. Além disso, nosso cansaço, nossas angústias e falta de tempo e recursos para lazer, geram problemas de desintegração familiar e carências afetivas que se extravasam em vivermos a sexualidade dentro ou fora do namoro e do casamento, de forma irresponsável. Formamo-nos somente a partir de nossas experiências, das quais resultam valores, mas também muitas frustrações.

Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão que ocupam o tempo de diálogo e convivência em nossas famílias, não nos mostram a realidade da sociedade com fidelidade aos fatos. Eles manipulam nossos desejos e aspirações, distorcem nossos valores, deformam nossas personalidades, fazendo-nos consumistas e individualistas, enfim, controlam nossas atitudes.

A educação que recebemos não nos forma integralmente e não nos prepara para enfrentar a realidade. As condições de ensino nas escolas são péssimas. Nosso acesso à educação está cada vez mais difícil, principalmente por causa da privatização do ensino. As chances para entrarmos nas escolas públicas são ainda menores e para um trabalhador é praticamente impossível chegar a um curso superior.

Muitas vezes deixamos de estudar por causa do excesso de trabalho, horas extras, cansaço e fome, que nos tiram as condições de acompanhar o ritmo de ensino.

Grande parte das escolas profissionalizantes são particulares e não respondem ao número de jovens que querem ter um profissão. Buscamos este tipo de formação como condição de encontrar trabalho, mas além de não capacitar-nos suficientemente, um curso técnico deixa de lado outros aspectos necessários à nossa formação integral.

A estrutura, o conteúdo, o método e a pedagogia de ensino são impositivos e alienantes, inculcando-nos valores de individualismo, conformismo, passividade e obediência que reforçam a ideologia da classe dominante à qual estamos submetidos.

Esta ideologia nos mantém afastados de todo tipo de participação em todos os setores da sociedade, não participamos nem mesmo das decisões que envolvem diretamente nossas vidas.

Como trabalhadores, participamos ativamente através da produção e comercialização dos bens que se concentram nas mãos dos que são donos dos meios de produção. Contudo não nos é dado o direito de desfrutarmos destes bens e do capital produzido; não podemos opinar sobre o que é, para quem, como produzir e vender.

Dentro dos partidos políticos, a nossa participação é limitada; somos muito mais chamados a executar tarefas e engrossar fileiras em função de eleições e atividades massivas, sem que se importem com as nossas necessidades de formação política, a partir de nossa realidade, aspirações e valores como jovens da classe trabalhadora.

Temos poucas organizações que defendam realmente nossos interesses de classe trabalhadora, menos ainda organizações que levem em conta a importância de nossa participação e nossos interesses específicos de jovens trabalhadores.

Nossas organizações sindicais estão enquadradas em uma estrutura vertical atrelada ao Ministério do Trabalho, fazendo com que nossos dirigentes sindicais pelegos se voltem tão somente a interesses burocráticos e assistenciais e sejam conciliadores com os patrões nas lutas reivindicativas dos trabalhadores.

Todo este conjunto de problemas está dificultando a construção de uma organização de classe com poder político para conquistar uma sociedade onde todos tenham trabalho e justiça e onde possamos participar e contribuir com todos os valores de jovens da classe trabalhadora.

POR QUE VIVEMOS NESTA SITUAÇÃO?

A causa principal está no modelo econômico do País, que se caracteriza pelo controle das riquezas nacionais por uma minoria, a classe dominante:

1. É uma minoria que tem a propriedade sobre a terra e as empresas, assim como o controle da produção e sua distribuição.
2. A economia nacional não se orienta a responder às necessidades da classe trabalhadora, mas aos interesses dessa minoria que coloca o País em função do mercado internacional.
3. Abrindo-se as portas para a entrada das empresas multinacionais, estas vêm-se apoderando dos recursos naturais, sem pagar impostos durante muitos anos e exploram nossa mão-de-obra barata, já que nosso salário mínimo é mais baixo em relação ao país de origem destas empresas.
4. A inferioridade de nosso país nas relações internacionais, provoca uma elevada dívida externa e condiciona as decisões mais importantes a nível nacional às exigências dos centros financeiros mundiais, controlados principalmente pelos Estados Unidos.
5. Para garantir esse modelo econômico em nosso país, o regime político brasileiro impede a participação dos trabalhadores e do povo em geral, nas decisões a nível político, bloqueando todas as iniciativas de organização e mudança, especialmente as operárias.

NOSSAS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

Frente a esta situação de opressão a que estamos submetidos, nós, jovens trabalhadores, não estamos passivos, lutamos para transformá-la, por isso fazemos as seguintes reivindicações:

1. Pelo direito ao emprego e estabilidade para todos os trabalhadores; Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução do salário;
- Extinção das horas extras;
- Condições seguras de trabalho e criação de CIPAs eleitas pelos trabalhadores;
- Extensão dos direitos dos trabalhadores às empregadas domésticas.
2. Mudança na política salarial de forma a garantir:

Salário mínimo unificado a nível nacional;

- Aumento real dos salários;
- Instituição do salário desemprego;
- Restituição dos 10% além do INPC;
- Redução das diferenças salariais.
- 3. Infra-estrutura completa para todos os bairros e isenção de impostos de água e luz para os desempregados;
- Participação dos trabalhadores na política habitacional;
- Estatização do transporte coletivo;
- Passes de ônibus gratuitos para os desempregados;
- Assistência médica e gratuita para os desempregados;
- Redução e congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade;
- 4. Ensino público e gratuito;
- Ampliação e melhoria do sistema de escolas profissionalizantes gratuitas;
- Facilidade de horário de trabalho para o jovem trabalhador que estuda.
- 5. Mudança no atual modelo econômico e do regime político;
- Eleições diretas a todos os níveis,
- Reforma agrária com cumprimento do estatuto da terra e reconhecimento de posses de terra no campo e na cidade;
- Revogação da Lei de Segurança Nacional;
- liberdade de manifestação e direito de greve;
- Abertura de mais espaço para participação dos jovens trabalhadores nas decisões políticas.
- 6. Restruturação dos meios de comunicação de massa e real liberdade de imprensa.
- 7. Liberdade e autonomia sindical;
- Reformulação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho);
- Formação e reconhecimento das comissões de fábrica;
- Direito a formação de sindicatos dos funcionários públicos;
- Criação de departamentos juvenis nos sindicatos.

NOSSO COMPROMISSO:

Para continuarmos desenvolvendo o processo de formação, organização e reivindicação que realizamos neste CONGRESSO, assumimos os seguintes compromissos:

1. Continuaremos desenvolvendo um processo de formação, a partir da nossa realidade de classe, valores e problemas específicos, avançando na análise das causas, agindo juntos frente às más condições de vida e de trabalho, e planejando, e revisando constantemente nossas vidas e ações.
2. Continuaremos organizando grupos de trabalhadores, especialmente jovens, a partir do local de trabalho, da categoria e do bairro que atuem dentro do movimento popular e sindical, contribuindo principalmente para a construção de um sindicalismo novo, a partir da base, classista, massivo, autônomo e unificado.
3. Continuaremos criando oportunidades de encontros, unificando mais nossas ações, garantindo linhas comuns de orientação e respeitando as realidades de cada local.
4. Continuaremos avançando na luta pela conquista de espaços de participação organizada dos jovens trabalhadores em todos os setores, principalmente nos organismos de classe e na direção política da sociedade.
5. Continuaremos atuando em conjunto com todas as entidades que lutam por todos os oprimidos e marginalizados, apoiando suas ações e valorizando o nascimento e crescimento de grupos que tenham uma prática libertadora em meio a todos estes marginalizados.

Fazemos um chamado a todos os jovens trabalhadores, a todas as nossas organizações de classe e ao povo em geral, a discutir e difundir este manifesto, que é resultado do III Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores.

São Paulo, 24 de julho de 1983.

Observação: Além dos 622 Delegados, participaram como convidados deste congresso: duas comissões especiais sendo uma do meio rural, formada por quatorze jovens, e a outra de menores, formada por quatorze Jovens Trabalhadores Menores que apresentaram para o Plenário do Congresso a sua realidade de Vida e Trabalho.



VARAL DE LEMBRANÇAS Histórias da Rocinha

A história contada por quem presenciou e fez o crescimento desta gigantesca comunidade de trabalhadores. Em alguns momentos o sonho de algumas pessoas, em outros, a crua realidade.

Preço: Cr\$ 4.000,00

Pedidos para Agape Editora Ltda., através de cheque nominal ou vale postal.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro RJ



ACONTECEU Trabalhadores Rurais 1981

Cronologia de eventos que fizeram a vida dos trabalhadores rurais, no ano de 1981, feita através de levantamentos das notícias saídas na imprensa.
Preço: Cr\$ 1.500,00

Pedidos para Agape Editora Ltda., através de cheque nominal ou vale postal.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro RJ.

“venci e cont

A segunda vinda de Cristo, embora uma doutrina fundamental do cristianismo, tem servido para alimentar manifestações de euforia, um certo frenesi, nos arraiais pietistas. Isso se manifesta em duas tendências: uma que leva a interpretar expressões como “nas nuvens”, “grande poder”, “soar de trombetas”, ao pé da letra. Outra que aparece numa pregação que pergunta ou afirma: “são estes os últimos dias, são estes os sinais do fim”.

Faço aqui algumas considerações despretensiosas sem o intuito de bancar o mestre, antes para fornecer elementos de reflexão a quantos puderem ter a paciência de continuar lendo.

MENOS CURIOSIDADE; MAIS OBJETIVIDADE

1. As circunstâncias de segunda vinda (os adjuntos adverbiais de modo, tempo, lugar etc.) são absolutamente irrelevantes. Servem muitas vezes para afastar os crentes do verdadeiro foco da doutrina. Jesus mesmo descarta esse tipo de indagação: “Não vos compete conhecer tempos ou épocas que o Pai reservou para a sua exclusiva autoridade” (At 1.8).

2. Esta doutrina é importante para o dia-a-dia, não para o amanhã. O fato de um retorno glorioso não pode afastar-nos do outro fato mais importante de sua vinda a cada instante e de sua presença em cada momento. Este é o sentido de “parusia” que será visto adiante. Daí não ser válido *ter dinheiro* para ir correndo comprar azeite para as lamparinas, mas *ter azeite* nas lamparinas e mantê-las prontas para o cortejo.

3. Na parábola das virgens prudentes e loucas (Mt 25.1ss), as que Jesus rejeita são aquelas que ficavam querendo ouvir os ruídos da noite, para ver se já era o noivo. As que Jesus elogia são aquelas para as quais cada barulho,

cada sopro do vento, cada silêncio trazia em si toda a presença do noivo desejado. As prudentes podiam cochilar sem medo, porque a noite era do noivo e delas.

4. Há no presente sinais verdadeiros dos últimos tempos? Sim. Todos os sinais são simultaneamente sinais de primeiros e últimos tempos. Assim como cada momento da mãe que espera um filho é sempre *o momento*. Nunca houve na história humana um minuto sequer que não fosse a expectativa da volta ou chegada do Senhor. A humanidade vive as dores do parto a que se refere Paulo. Os tempos — especialmente após a encarnação — são sempre primeiros e últimos.

5. Paulo tinha motivos especiais para escrever sobre a segunda vinda de Cristo aos Tessalonicenses. Era uma igreja sob perigos. Mas deu naquilo que se viu. De repente alguns pensam que já é a hora. Acomodam-se, acomodam-se, fogem ao trabalho e — para não passarem fome — andam de casa em casa. Na segunda carta, Paulo os condena, declarando que “se alguém não quer trabalhar, também não coma” (2 Ts 3.10).

6. E o que estava por trás da acomodação de alguns tessalonicenses leviana era um raciocínio até certo ponto lógico: “Se Cristo já está para voltar e vai acabar com tudo, é desnecessário trabalhar e produzir”. O mesmo raciocínio fica subentendido nos apelos “piedosos e evangelísticos” às decisões por Cristo, em tantos sermões carregados até de ameaças veladas: “Converta-se agora que ele já vai voltar e, se voltar o que vai ser de você?” A belíssima doutrina da parusia fica, dessa forma, manipulada como instrumento de coação voltada para o proselitismo.

7. Parece que há uma turma “piedosa” que gosta de sonhar com uma segunda vinda espetacular, Cristo entre

as nuvens, trombetas, apoteose, triunfalismo. Cristo arrebatando os seus e deixando de lado os outros. Não se esconderá por trás disso um certo desejo de desforra, tipo aquele “Senhor, queres que mandemos descer fogo do céu para os consumir?” (Lc 9.54). Dessa forma o *maranatha* se torna um apelo egoísta e mesquinho: “Vem, Senhor Jesus, acaba com estes sujeitos, com estas dores, com todas estas desgraças que nós não temos coragem de enfrentar porque somos covardes e preguiçosos”.

8. Se olharmos também para os sinais que apontavam para a vinda do Messias, vamos reparar que o povo se fixou mais nos aspectos apoteóticos. E até mesmo a cruz que achamos era bonita, era fracasso. Da mesma forma os elementos que apontam a segunda vinda são gloriosos, porém difíceis. Não há dúvida, entretanto, de que, na primeira vinda de Cristo houve espetáculo e apoteose, mas vistos por poucos. O lugar em que Jesus nasceu não era catedral, nem palácio, era estrebaria mesmo. A apoteose estava *no fato*, não no lugar. Estarmos de cabeças para o ar (como na ascensão) é tão impróprio quanto estarmos a pesquisar fenômenos nos céus sem discernirmos os tempos daqui da terra.

JOÃO BATISTA; EXEMPLO DOS QUE AGUARDAM

O texto de Lucas (3.1-14) proporciona algumas considerações sobre a pessoa de João Batista que nos ajudam a entender uma atitude de espera.

9. A segunda vinda não é diferente da primeira. O próprio Lucas afirma que “assim virá do modo como o vistes subir” (At 1.9-11). E esse *modo*, de certa maneira, começa quando levantaram Jesus na cruz, já que o termo “levantar” também significa “glorificar”. Por outro lado o *modo* inclui um elemento significativo: “foi enco-

nuo vencendo”

berto” (At 1.9). Ora, o Jesus de Belém também estava *encoberto*. João Batista vai desvelá-lo quando proclama: “Eis o Cordeiro de Deus...” (Jo 1.29).

10. A esperança que o Batista traduz é lida a partir do passado (Is 40.3-5): “todo vale será aterrado e nivelados todos os montes e outeiros; os caminhos tortuosos serão retificados... e toda carne verá...” A proposta de Deus é clara: desfazer as irregularidades e diferenças. Por isso Jesus nasce em absoluta pobreza, para nivelar, por baixo. Os palácios (montes) perderam a graça. O Rei dos reis preferiu uma estrebaria. Nasce *encoberto* e é assim que vai voltar. No projeto de Deus não está o triunfalismo, antes a cruz. Ela é o triunfo.

11. Mas a proposta de Deus tem outro aspecto ainda: “toda carne o verá...” Não se trata de fatalismo, ou de castigo, é antes uma proposta de vida para os homens. Todos vão participar. Daí os *sinais* que Jesus produziu na sua primeira vinda e que precisavam ser continuados pelos discípulos. São os sinais que fazem o povo ver e sentir.

12. O Batista, reportando-se ao texto de Isaías, declara: “Preparai o caminho... endireitai as suas veredas”. Para sermos salvos nada podemos fazer (“pela graça sois salvos... não vem das obras” — Ef 2), mas para o advento do Rei e do Reino há que trabalhar. A segunda vinda não é uma desistência de Deus quanto à implantação do Reino (espécie de dilúvio), antes a insistência de Deus nessa implantação. Daí *parusia*.

13. João Batista afirma ainda que não adiante dizer: “Temos por pai Abraão...” Quer dizer que os cristãos não estão dispensados da luta e do esforço. Ou eles aceitam a missão do Reinou, ou “...destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão” (3.8).

14. Vejam-se ainda três grupos de pessoas que se dirigem ao Batista com a mesma pergunta: “Que devemos fazer?” Vejamos as respostas:

Multidões (povo, massa, gente). A resposta é para repartir vestuário, repartir alimento (lembra: “nivelados todos os montes”). Não é significativo que o Senhor queira vir para aqueles que estejam dispostos a partilhar? (“Tive fome... tive sede...” A sociedade desnivelada é o grande pecado anti-Reino.

Publicanos (pessoas que serviam ao poder). João diz para não cobrarem mais do que era devido. Cobravam mais e ficavam com a diferença. Isto lembra “os caminhos tortuosos...” É evidente aqui a condenação de todas as formas de exploração econômica.

Soldados (escolhidos para servir ao povo). É sintomática a resposta de João: “A ninguém maltrateis (o vocabulo original sugere “tortureis”), não deis denúncia falsa, contentai-vos com o vosso soldo”. Conde nação clara da prepotência, arrogância do abuso de poder e da corrupção. “Os caminhos tortuosos serão aplainados”.

15. O mundo sempre foi assim — dizem os pietistas — deixa como está. Então é melhor uma estorinha de multiplicação de pães, de tempestades acalmadas por uma espécie de passe de mágica. Dessa forma — querendo nós ver o que ainda vai ser — perdemos a visão do que está sendo, daquele que veio e que está vindo *encoberto*. Uns estão preparando banquetes para recebê-lo, ensaiando fanfarras e corais desde que nada se reparta, a exploração do outro possa prosseguir ajudada pela força que mantém a “ordem estabelecida”. Ao seu modo e no seu interesse, desejam que ele volte.

PARUSIA — ESTAR AO LADO

O termo para referir a segunda vinda é, no original, *parusia* e é preciso rever-lhe o verdadeiro conteúdo no contexto bíblico.

- Num velho papiro, uma senhora fala da necessidade de sua presença (*parusia*) nas suas propriedades para pôr em ordem diversas coisas.

- É no mesmo sentido que Paulo usa o termo na Carta aos Filipenses (2.12), quando aprecia a atitude obediente e fiel que se mantém na sua ausência como na presença” (*parusia*).

- Pedro (2 Pe 1.16) usa o termo em referência ao acontecimento da Transfiguração extraindo-lhe o conteúdo de poder e majestade.

- Quando a palavra se refere à segunda vinda, não sugere apenas um momento futuro, mas indica uma forte *linearidade* da presença do Senhor a partir do *momento* (Cf. 1 Co 15.23; 1 Ts 4.15; 5.23; 2 Ts 2.1; Tg 5.7,8; 2 Pe 3.4). Em alguns textos tal linearidade é proeminente (Mt 24.3,37; 1 Ts 3.13; 1 Jo 2.28).

À maneira de conclusão: *Parusia* é a idéia bíblica do permanente estado de alerta — o *Senhor ao lado*. Sugere uma ação linear bem definida para endireitar caminhos e veredas, e fazer toda carne *ver* a salvação do Senhor. Por isso não me posso furtar de concluir com um texto devocional: “No mundo — disse Jesus — passais por aflições; mas tende bom ânimo, eu venci o mundo” (Jo 16.33). É uma pena que este “venci” (em grego “*nikēka*”) não possa ter correspondente em nossa língua, porque o seu significado mais exato é: **VENCI E CONTINUO VENCENDO.**

Carlos Cunha é pastor presbiteriano, teólogo e musicista e um dos redatores da revista Tempo e Presença

Os Povos Indígenas e os Estados Nacionais

entrevista com
o presidente do
Conselho Mundial
dos Povos Indígenas

José Carlos Morales, presidente do *Conselho Mundial dos Povos Indígenas*, vindo ao Brasil para participar da reunião de Pastoral a nível latino-americano, organizada pelo CIMI em Brasília, foi entrevistado pela *Presença*.

Com 40 anos, pertencente ao povo Brunka, um dos vários grupos indígenas da Costa Rica, nasceu numa pequena aldeia, Boruka, nas costas do Pacífico Sul. Morales foi o primeiro indígena do país a fazer carreira universitária, formando-se como engenheiro agrônomo. Apesar disso, nunca rompeu os vínculos com seu povo, ao contrário, vivendo a ambigüidade do índio que adquire também a cultura ocidental, utiliza-se desta para defender com maior empenho a própria identidade. É o que podemos perceber nesta entrevista, onde discorre, entre outros temas, sobre as difíceis relações das diferentes nações indígenas com os Estados nacionais na América Latina. As suas observações demonstram como soube refratar em benefício dos indígenas o que aprendeu da cultura branca, tanto nas tomadas de posições diante dos diversos conflitos envolvendo esses povos, como nas avaliações e encaminhamentos dos casos concretos.

Participaram desta entrevista: Carlos Alberto Ricardo, Vincent Carelli, Alvaro Tukano e Ailton Krenak.

A BUSCA DA UNIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NO MUNDO

Presença: Diga mais ou menos como se organiza e funciona o Conselho.

O Conselho Mundial dos Povos Indígenas está constituído, atualmente, por cinco regiões. Não foi possível até agora ampliar a sua ação, por limitações financeiras e outros fatores. As regiões são: 1. Pacífico Sul, Austrália e as outras ilhas; 2. América do Norte com EE.UU. e Canadá; 3. América Central, do México ao Panamá; 4. América do Sul, da Colômbia à Argentina; e 5. a região dos Sames, ao norte dos Países Escandinavos, uma organização de luta que tem mais de cinquenta anos. Por outro lado, temos contatos com pessoas, a nível individual, na África, no oeste da Índia, com os Curdos no Irã, Paquistão e Iraque, e, ultimamente, com a China Continental, onde há cinquenta e seis minorias étnicas. Isto tudo a nível de contatos. Nossas ações concretas, em princípio, tentam conseguir uma organização regional, para que o Conselho funcione cada vez em melhor forma nas bases dos povos. Creio que neste sentido está bastante avançado o caso dos Sames; na América Central há uma organização bastante consolidada; na América do Sul está em processo já no seu quarto ano e tenho constatado que algumas organizações nacionais são conscientes da necessidade da existência desta organização. Agora, vem outra etapa, que é basicamente a das comunidades, a das bases, mas isto corresponde a cada organização nacional: elas devem estruturar essas relações com a finalidade principal de cumprir um dos objetivos, que é a *busca da unidade dos povos indígenas no mundo*.

Outro dos propósitos de nossa organização é o de combater o racismo, que tem sido uma das políticas mais fortes vividas em grande parte do mundo, para com os povos indígenas: o racismo imposto pelas culturas dominantes principalmente. Também abolir todo tipo de genocídio, etnocídio, que está acontecendo ou possa acontecer, porque todo mundo sabe que há genocídio sistematizado e até oficializado, em muitas partes do mundo, como na Guatemala, por exemplo. Em outros países se estabelecem revoluções, mas, no fundo, o que procuram é uma outra espécie de genocídio.

Outra grande tarefa que temos de realizar é a de conseguir estabelecer um convênio sobre os direitos dos povos indígenas a nível do mundo e isto está sendo realizado na ONU, já que ela reconhece o Conselho Mundial. Dentro do Conselho Econômico e Social, temos categoria de organização consultora, o que nos permite ir abrindo portas, a nível de um foro mundial, como é a ONU, onde estão os principais inimigos, que são os representantes de governos. Como vocês sabem, há muitos países mais progressistas, mais abertos, que combatem todo tipo de genocídio e racismo no mundo, o que permite, a nível da ONU, uma abertura, principalmente porque os países que têm povos indígenas sustentaram fortemente a tese de que são problemas que devem ser discutidos e resolvidos em casa ou seja, no próprio país.

Você poderia falar um pouco de sua trajetória pessoal até se envolver com o Conselho, etc. Um pouco da sua origem.

Eu sou da tribo Brunka, da Costa Rica, um povo índio de três mil habitantes. No nosso país somos seis tribos diferentes, cada uma com sua língua, seus costumes, seus ritos, com vinte mil pessoas. Somos um por cento da população total do país, uma minoria. Trabalhei nas lutas provavelmente desde que nasci, mas de maneira sistemática desde mais ou menos 1956, trabalhando primeiro a nível da comunidade, depois contactando outros grupos dentro do país, até chegar a conformar uma organização nacional que se chama "Associação Indígena da Costa Rica". Esta organização engloba todos os grupos indígenas do país e estamos trabalhando em projetos concretos de tipo agrícola, artesanal e também na parte jurídica e de assistência técnica em vários campos. Esta organização mantém contato com a regional de Centro-América, chamada CORPI (Coordenadora Regional de los Pueblos Indígenas). Eu fui secretário geral durante quatro anos, de 1977 a 1981, quando fui nomeado coordenador geral, permanecendo no posto um só mês, porque em seguida participei da Terceira Assembléia Mundial dos Povos Indígenas, realizada em Camberra, Austrália, em maio de 1981, e fui eleito presidente. Acho que a função que exerço me deu uma experiência muito valiosa e que não posso encontrar em nenhuma universidade, e uma das coisas que posso constatar é que os movimentos indígenas no mundo são irreversíveis, não se detêm, cada dia são mais fortes, mais beligerantes, mais combativos na busca e no respeito de seus próprios direitos. Há comunidades que num ano conseguiram uma mudança de cento e oitenta graus, porque há todo um despertar de consciência, pelo menos onde a gente pode estar em contato. Há comunidades que ainda vivem num isolamento total, onde a sociedade dominante impõe até padrões de vida sociais, que eles consideram o melhor. Porém, quando alguns povos se conscientizam, se dão conta de que, no fundo, estes programas são uma política de dominação e extermínio, reagem muito forte, o que muito nos satisfaz.

Sobre o Conselho, direi que não pensamos que esta seja a única solução, mas que é uma alternativa entre outras e, até o presente, é a única organização a nível mundial. Existem outras organizações menores que trabalham com outros fins, mais preocupadas com problemas de tipo nacional, como é o caso de algumas organizações índias americanas, mas que não têm uma projeção mundial ou continental.

AS FRONTEIRAS FORAM IMPOSTAS ARBITRARIAMENTE

Mas o Conselho reconhece só uma organização para cada país?

Sim, mais ou menos se há decidido assim, mas temos alguns conflitos de importância, porque em realidade nosso movimento não é um movimento que se encaixe ou acople nas estruturas ocidentais. Nós estamos tentando mudar isso, porque em todos os países do mundo onde há populações indígenas, aborígenes ou grupos étnicos, pode-se constatar que as fronteiras foram impostas arbitrariamente, obedecendo a interesses de tipo econômico e de hegemonia de forças, e não obedecendo à existência de povos que ali estavam há milhares de anos. Para facilitar o trabalho, começamos usando um pouco as formas ocidentais, po-

rém, estamos estudando a possibilidade de acabar com este tipo de estrutura, porque veja, por exemplo, o povo Xuar, que está numa área que os grupos dominantes do Equador e Peru dividiram, sem se interessar pela existência desse povo que é um povo; ou os Jaquis, entre o México e os EE.UU., onde temos famílias em que o pai está nos EE.UU. e o filho, morando a dez metros, está no México. Essas coisas não podem ser assim, temos que obedecer aos interesses dos povos. Aqui no Brasil, por exemplo, temos muitos povos que foram divididos arbitrariamente. Talvez ainda não o sentiram por causa do isolamento em que vivem, mas, conforme pressionados pela sociedade em que estão, irão dando-se conta do enorme problema que significa essa fronteira arbitrária, que os conquistadores e colonizadores impuseram. Então, nossa meta é ter uma *representação por povos*, mas estamos funcionando, por enquanto, com organizações a nível de país, porque há estruturas que não permitem sair rapidamente desta forma, há organizações nacionais muito combativas e beligerantes dentro de seus próprios países e devemos respeitar isso também, porque são povos indígenas que conseguiram unificar-se dentro do país ou de uma região ou país, para lutar pelos seus direitos, e lutam contra estruturas impostas dentro desse mesmo país. Baseados nisso, então, enfatizamos por enquanto as organizações nacionais, mas chegará o momento em que serão organizações de povos, não importando se este está dividido em dois países. Já se apresentou este problema com o Iroqueses, por exemplo. São seis nações que foram divididas entre EE.UU. e Canadá, que foram participar do Conselho como povo, não obedecendo a estruturas ocidentais. Houve um impasse e estão participando do Conselho como observadores, mas bem-vindos sejam sempre porque estamos buscando isso.

Há todo um conflito jurídico no mundo, mas chegará um momento em que tudo isso poderá se ajustar adequadamente. Agora, onde não há organizações nacionais, mas comunitárias, devemos estimular a que se chegue a consolidar uma organização nacional, mas partindo dos próprios povos, porque já tivemos a experiência em alguns países, onde há uma organização de elite, de pessoas de cidade, estudantes, profissionais, muito bem intencionadas, mas que, faz muito tempo, se desconectaram de suas bases, havendo então uma defasagem e, quando se olham as coisas internacionalmente, a gente vê que não está refletindo a realidade dos povos. Por isso queremos que se combine as bases com essas elites, que estão nos centros urbanos, que participem de uma forma amalgamada, para melhor funcionalidade da organização. Mas isto é todo um processo, não podemos exigir ou impedir um país de entrar ou não e, deste ponto de vista, alguns países chegam a algumas reuniões na qualidade de observadores simplesmente. Outras vezes, a assembléia em plenário outorga a representação definitiva. Isto fica a critério das maiorias já reunidas. Mais ou menos assim temos trabalhado até agora, e isto estimula de certa maneira. Quando chegam delegados de um país que não têm essa conexão com as bases, isto os estimula, estimula os indígenas participantes a trabalhar mais em seus países. Não vamos deixar de dizer, porém, que não chegam exceções, às vezes tremendamente negativas, e a gente vê que um indivíduo dessa natureza está fazendo um mal direto a seu próprio povo e a seu próprio país, mas tudo é um processo.

Eu gostaria que você falasse um pouco mais da representatividade dos líderes indígenas, porque isso é um problema muito complexo e você disse que estão sendo muito criticados pelas pessoas porque não entendem que as organizações não nascem terminadas, que têm problemas, etc. Então, como você vê a coisa da representatividade atualmente na parte do Sul, do CISA (Consejo Indígena de Sul América), etc. Como você a qualifica de um modo geral e, principalmente, a parte das Américas, porque, como disse, é muito complexo e gostaria de ouvir mais um pouco.

Em termos de América do Sul, há três países que muito avançaram a nível das bases e agora suas cúpulas as representam, mas devemos levar em consideração que são organizações de muitos anos. Uma delas é a de Colômbia. Foi organizada a ONIC (Organización Nacional Indígena de Colômbia) há um ano, mas, para chegar a constituir-la, passaram-se quase doze anos de organização de base. Outra é a CONAQUIC, no Equador, que tem vinte anos de luta. Começou com a organização Xuar, chegando agora a conformar a organização nacional. O terceiro país é o Chile, que é um caso muito especial. São quase um milhão de Mapuches, que têm a mesma língua e não estão muito divididos. Foram muito reprimidos pelos governos militares e até pelos civis, o que também ajudou a que conseguissem maior solidez.

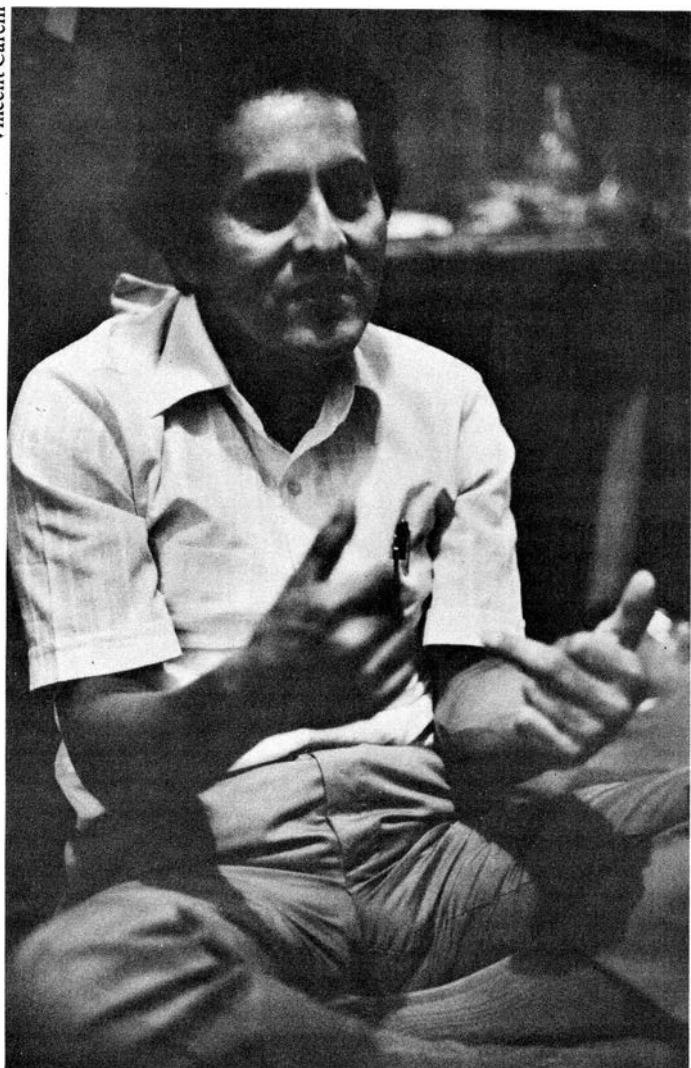
No caso do Peru, a organização está começando, muito dividida, há muitas organizações indígenas, mas não se juntam. Na Bolívia prevalece a força ocidentalista a um extremo tal, que estão politizando à ocidental, principalmente o setor urbano, porque, quando se conversa com os setores rurais e os povos mais afastados, se vê que têm uma visão clara do que precisam e do que vão fazer, sabem que devem trabalhar a partir das bases, mas têm que lutar contra duas coisas, os companheiros bolivianos: primeiro, devem lutar conscientizando suas comunidades — em muitos lugares é um processo que já está em andamento — e têm que romper uma estrutura imposta, que são os políticos baratos dentro dos irmãos indígenas da Bolívia. Se chegou a tal ponto, que os companheiros de Bolívia e Peru acreditavam que CISA era uma organização deles, primeiro de pessoas e depois do país, quando o CISA é uma organização de toda América do Sul. Isso é o que se persegue, que seja representativa de todos. Durante a Segunda Assembleia, se chegou a tal ponto, que a representação da Bolívia teve de ser expulsa de maneira irrevogável e começar novamente o contato, mas com elementos da base, elementos que não estão politizados à ocidental, ou seja, aqui se vê até onde o fenômeno político-ideológico imposto pela cultura ocidental destruiu também a capacidade de organização e de politização entre os indígenas. No Peru, estamos fazendo contatos com outras organizações; na Bolívia vamos começar; na Venezuela há um setor, o dos Guajiros, que está trabalhando muito duro. O setor dos Guajiros, na parte de Maracaibo principalmente, obedece justamente ao deslocamento e às pressões que sofreram nos últimos anos pelas explorações de petróleo; há forças que geram a união e trabalham também para conseguir a unidade nacional. Vai levar tempo, mas estão nessa linha.

O caso do Paraguai é um pouco complicado, porque o próprio regime político imperante evita uma abertura para que se forme uma verdadeira organização representativa.

Existe a *Associação de Parcialidades Indígenas de Paraguai*, mas devemos conversar mais com eles, explicar mais a coisa. Eles têm bastante clara a questão indígena, mas também a pressão militar.

Finalmente, queria falar da Argentina, um país que constitucionalmente eliminou a presença do índio já há muito tempo, mas que, curiosamente, tem mais de um milhão e meio de índios Coyas, Mapuche, Tobas e tantos outros que agora estão se reunindo, reconhecendo-se, e existe agora o Centro Coya, em Buenos Aires (seu coordenador geral foi eleito agora Coordenador do CISA e creio que fará um bom trabalho), e de um caso já muito extremo e do qual não estou muito convencido, como representante do Conselho Mundial, que é o do Uruguai. Toda a história que se lê, oficial, diz que ali não há indígenas e para mim isso não é verdade, tem que haver, e um dia nós vamos esclarecer isso.

E agora, Brasil. Brasil é um caso muito complexo. Como vocês dizem, Brasil é um país continental, e o trabalho a se realizar aqui, para conseguir uma unificação, é um trabalho de titãs. Para realizá-lo, tem que haver muitas pessoas dispostas ao trabalho, que tem de ser, principalmente, em dois sentidos: com as bases, conectando-as entre si, e na procura de recursos financeiros, que deverão ser grandes, pois o país é muito grande. No meu relatório vou fazer uma sugestão: creio que os companheiros do Brasil, para conseguirem uma organização efetiva, mais representativa, como deve ser, terão que se organizar por regiões. Não importa o nome da organização que já iniciaram, a UNI, esse nome pode continuar, mas a organização para tocar as bases deve ser por regiões ou por Estados, não sei, mas acho que é a única forma. Cada Estado brasileiro é quase do tamanho do México, há portanto que buscar mecânicas que facilitem o trabalho, porque não é possível que um companheiro da UNI consiga visitar todos os povos indígenas, para isso precisaria viver quinhentos anos... eu espero que se consiga, a curto prazo, uma organização por setores, mesmo que não seja cem por cento representativa no início. Eu desejo que a organização do Brasil tenha êxito, e terá, e espero que não se curvem às pressões, porque vão ter enormes pressões, pois os países pensam, quando vêem um movimento desta natureza, que são revolucionários e que vão transtornar a tranquilidade do país. Nosso caso não é esse; não temos dinheiro para nos encontrarmos entre nós, e muito menos para comprar armas! Portanto, o governo não tem com que se preocupar, pelo contrário, deveria estimular esse tipo de organização autêntica, autóctone, porque seria uma instância para trabalhar conjuntamente e nós vamos ajudar internacionalmente, pelo menos pressionando. Alguma coisa será feita para ajudar a que se organizem e estabeleçam, de uma vez por todas, numa relação permanente com a CISA e com o Conselho Mundial.



Carlos Morales

A TERRA NUNCA FOI OBJETO DE COMÉRCIO PARA O ÍNDIO

Desejaria perguntar-lhe, ainda dentro do panorama da América do Sul, sobre a questão da relação dos grupos étnicos, como por exemplo, entre os “campesinos” e os “indígenas de selva”, como é? Porque, para mim, parece uma fonte de conflito muito grande, o preconceito contra os grupos de selva por parte dos “campesinos”, os indígenas das montanhas, como o Vedmas e Aymaras.

Nós temos isso muito claro. Nossa experiência é de que, a nível dos centros urbanos, o racismo não se dá ou se dá muito pouco, muito dissimulado. Agora, a nível de camponês indígena, aí sim, é declarado. Eu tenho estado em lugares indígenas, onde a filha do branco não pode falr com os índios.

Agora, entre camponês e indígena há uma diferença enquanto à terra. O índio possui a terra comunitariamente, desde sempre. A terra nunca foi um objeto de mercadoria para o índio, enquanto que para o camponês sim. Um camponês recebe um lote hoje e, se amanhã lhe oferecerem

dinheiro, vende-o para ter dinheiro no bolso e ir morar na cidade ou na beira de um rio. Ou seja, ele vê a terra do ponto de vista econômico; o índio a vê comunitariamente, para sua própria vida, sua cultura; a economia está dentro dessa forma de concepção da terra, a terra comunitária, mas não é a economia o principal objetivo da terra. Para o camponês é o dinheiro; ele pode ter passado vinte e cinco anos procurando terra e, se a conseguir, dificilmente a verá como uma coisa para o resto da vida. Se amanhã lhe oferecerem bom dinheiro, vende-a; é um objeto de comércio.

A pergunta era mais sobre a diferença entre os indígenas da montanha, ali no Peru da zona andina, e os indígenas de selva. Como é a coisa? porque ali há problemas...

Sim, mas eu sei muito pouco sobre isso e não posso lhe dar uma resposta clara. Só sei que neste momento os campos da selva estão sendo invadidos pelos Aymaras da serra e, praticamente, este é já um conflito inter-étnico. As terras de uns não são boas, enquanto as dos outros são; está-se procurando uma solução pacífica, os dirigentes Campas e Aymaras estão tentando dialogar, porque a invasão é de mais ou menos dez mil pessoas e se não se resolve no diálogo, os Campas estão resolvidos a estabelecer a guerra. Mas a pergunta é, por que os Aymaras estão chegando ali? Porque eles já foram tirados de suas terras também; eles foram empurrados e, em resumo, o culpado número um de tudo são os grandes interesses do país.

Uma coisa ainda sobre o Brasil, inclusive nessa mesma linha de representatividade, porque, como você sabe, há aqui uns cento e cinquenta povos distintos em diferentes situações. Há muitas pessoas que dizem para o pessoal da UNI (que justamente são os indígenas que agora estão mais na cidade, são estudantes, etc.) que a UNI não está na hora porque a organização tem que vir das bases, etc. Então, como você vê uma organização nacional que teria de preceder a unidade? Porque há países, e eu não sabia, onde a organização nacional nasce depois de uma quantidade de organizações por povos, locais, regionais, etc., e isso é magnífico, mas eu sei que inclusive na federação Xuar há uma quantidade de líderes da primeira geração que tentou organizar a coisa, que eram indígenas com formação universitária. Ou seja, esta contradição é uma constante...

O caso do Brasil é interessante, porque eu recebi críticas das bases, de pessoas que nunca tinha visto. Eles me disseram: “Olhe, poderão ter muito boas intenções os estudantes e todos, mas quando chegam aqui na comunidade e trazem a água filtrada para beber e não comem a comida que nós comemos, para nós isso significa um rompimento total entre o nosso sistema de vida e o que eles adotaram. Nós queremos gente que entenda como vivemos, como comemos, como fazemos para poder sobreviver. Temos dirigentes que chegam e não aceitam um copo de água, porque só bebem água filtrada ou mineral”. Então, eu penso que há boas intenções, e principalmente quem vai à cidade tem possibilidade de ver outro mundo, outra dimensão, mas não pode deixar de entender os povos e como eles vivem para não cair nessa contradição, e isso pode acontecer com qualquer um. Aconteceu comigo, eu não sou uma exceção.

Houve momentos em que, quando retornava à minha comunidade... bem, eu estive vinculado o tempo todo, mas a gente vai adquirindo certos costumes, costumes de cidade, e quando volta está meio desentranhado. Mas há lugares e países onde existiu uma auto-análise dos dirigentes e das pessoas preocupadas que vivem nas cidades, e quando essa auto-análise se faz, percebe-se que certas coisas devem ser mudadas. Não há, por outro lado, um distanciamento definitivo, é questão de mentalidade, não? Porque os que vivem em grandes centros, principalmente nas capitais onde se tomam as decisões que repercutirão na vida da nação e também na vida das comunidades indígenas, têm um compromisso com o povo; eles devem estar estudando, analisando o que está acontecendo na assembléia legislativa e outros lugares, o que significa o decreto tal, que quer dizer o projeto de determinada represa, a construção de uma estrada. É na capital onde primeiro se sabem todas essas coisas e as comunidades se dão conta só quando chega o trator e já não têm como tirá-lo. Esses indivíduos então, que estão nas cidades, têm um enorme compromisso com as bases, mas, antes de tudo, creio que devem fazer uma auto-análise e chegar a um acoplamento, a um entendimento, e o trabalho de quem está na cidade é útil, útil e respeitável e também o trabalho do dirigente da comunidade, e isso deve ser acoplado, porque, se não acontecer, haverá sempre mal-entendidos. Nós conhecemos organizações que quase rejeitam totalmente os que vêm da cidade, que também são indígenas, e essa rejeição acontece porque não se procura o acoplamento. Não sei se vocês me entendem. Penso que o Brasil não é uma exceção, e já tenho dito aos companheiros e dirigentes com que falei, tanto da base, como estudantes e outros: "sentem e reflatam, primeiro devem ajustar idéias, interesses, mas nunca do ponto de vista personalista, porque quando os interesses de uma organização são vistos do ponto de vista político-partidário e de interesses personalistas, o indivíduo que está pensando assim é melhor que saia, porque trará para a comunidade mais dano do que benefício". Essa é a experiência, e o Brasil não está livre, portanto, é uma recomendação que faço e acho que os companheiros devem aceitar pelo seu próprio bem e pelo bem de seus povos.

QUEM ESTÁ SOFREDO NA GUATEMALA SÃO AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Não, não vamos acabar sobre o Brasil, só quero falar de América Central e depois continuar com o Brasil, com calma, porque gostaria de ouvir toda a história de Terena e tudo isso com calma. Mas quero ouvir também sobre América Central e a opinião do Conselho sobre todos os conflitos.

O Conselho Mundial e a Coordenadoria Regional dos Povos Indígenas de Centro América estão passando por uma hora decisiva, histórica. Começamos pelo próprio México. México é um país com duas caras: a cara democrática, revolucionária, imposta pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional), que tem uma aceitação mundial como modelo de revolução, e a outra, que é a vivência do camponês mexicano e do indígena — que são dezessete milhões —, onde há uma situação social, política e econômica que é como uma bomba de tempo, perigosíssima, e dentro dessa tensão, os indígenas não estão a salvo. Há muitas formas

de oprimir os povos indígenas ali. Eu vivi isso num povo, Puxmetacan, no estado de Guayaca, onde pistoleiros pagos pelos fazendeiros, mataram quatorze pessoas numa noite, massacraram. Mataram o prefeito do município indígena, seu secretário e todas as lideranças da comunidade, e tudo por causa da terra. Os fazendeiros querem se apropriar de tudo. Meses depois estávamos reunidos ali e se vivia uma tensão de guerra total e estivemos, durante uma manhã inteira da reunião, totalmente sitiados por militares mexicanos, sob as pontas das baionetas. Eu estava presente, estávamos sob a mira das armas, mas finalmente dialogamos e se chegou a um entendimento e eles foram embora. Isto é só para dar um exemplo do que acontece lá. Agora mesmo, faz uma semana mais ou menos, há um conflito de morte, acho que já morreram alguns companheiros da tribo Lostrics (?), e poderia citar outros casos.

Guatemala é outro fenômeno. Ali se vive uma guerra civil, embora o governo não aceite nem estimule a expressão "guerra civil", essa é a verdade e quem está sofrendo lá são as populações indígenas. Sabemos que Guatemala tem sete e meio milhões de habitantes, dos quais cinco milhões são indígenas que nunca estiveram em postos de poder político ou econômico. Mesmo sendo a maioria da população, foram marginalizados e agora o camponês guatemalteco, marginalizado, faminto, está advogando por mudança nas estruturas e no governo, para ver se as condições sociais, políticas e econômicas mudam. E dentro desse jogo, dessa situação, também estão os indígenas; muitos milhares de irmãos indígenas já morreram. Nos centros urbanos há uma paz relativa, não acontece muita coisa a não ser pela noite: assaltos, alguma batida de carro proposital, alguns seqüestros de professores, estudantes e dirigentes. Quando as forças guerrilheiras se trasladaram ao campo, à selva, o indígena compartilhou esse desejo de mudança e, então, as forças militares do governo foram à selva para controlar as forças revolucionárias e, quando encontram uma comunidade indígena que não aceita as suas ordens, massacram totalmente durante a noite. Há um dado bastante real de que estão morrendo duzentos indígenas por dia nessa luta. A situação é tão convulsiva lá, que provocou uma migração dos indígenas para o México, havendo, no momento, mais de duzentos mil refugiados no Sul.

Dizem que alguns grupos indígenas são assassinados não pelo governo, mas pela própria guerrilha, que encontra resistência nas populações indígenas.

Não, isso não é verdade. Toda a imprensa internacional está controlada e nunca atacará, principalmente a americana, o governo da Guatemala, porque eles dormem juntos, são casados, e portanto nunca podem dizer que a guerrilha avançou e matou um militar. Não podem dizer que o exército é mau, nunca, no exército são todos santos. A realidade, porém, é outra. A realidade é que as forças militares e paramilitares estão massacrando os povos e quando sai nos jornais que morreram vinte, pode ter certeza de que foram pelo menos duzentos, entre mulheres, crianças e velhos. A Guatemala chegou ao extremo da paranóia, estabeleceram a pena de morte e, em setembro, fuzilaram quatro, três meses atrás, seis, porque são terroristas, revolucionários. Outro problema gerado pela guerra, além da migração para o sul do México, é a condição

de mais de um milhão e meio de pessoas que estão refugiadas em seu próprio país. Eles estão hoje aqui, amanhã acolá, na selva, fugindo das bombas de napalm e das forças militares que os perseguem. Há um milhão e meio de pessoas vivendo nas condições mais infra-humanas que a gente possa imaginar. É um problema muito sério. Em El Salvador, os indígenas reconhecidos, que falam sua própria língua, que têm sua própria cultura, são mais ou menos setenta e cinco mil e já morreram várias centenas pelos enfrentamentos e pela participação dentro do movimento revolucionário que tenta a mudança ali. Mas os EE.UU. estão injetando dinheiro, milhões e milhões de dólares em Centro América, principalmente na Guatemala, El Salvador e Honduras, para massacrar os povos. Muitos milhões, e Reagan pede mais para continuar a guerra. Ele diz que é para combater o comunismo mas, na realidade, não é comunismo, é um povo que vive há quinhentos anos com fome e que, de alguma maneira, tem que fazer a revolução para mudar isso. E isso não é comunismo. Com comunismo ou sem comunismo há direito à vida e por isso os povos lutam e estão morrendo muitos, também em El Salvador. Em Centro-América temos mais de seiscentos mil refugiados entre guatemaltecos, salvadorenhos e nicaraguenses. Um problema muito sério para todos os países. Na Costa Rica há uns vinte e cinco mil deles. No caso de Honduras, definitivamente, não se pode visitar a Costa Atlântica que está totalmente controlada pelo exército americano e pelo hondurenho. Ali a situação é totalmente militarizada, porque é a região que serve para o assentamento das forças contra-revolucionárias que lutam contra o governo da Nicarágua. Agora, na Nicarágua, também ocorreram outros problemas com os indígenas. Eles não participaram plenamente da revolução, ficaram um tanto isolados porque a Costa Atlântica da Nicarágua é outro mundo, outra parte do país. Fala-se inglês, miskito, sumurama (?) e o espanhol é a terceira língua. Então, quando as forças revolucionárias terminam a revolução e começam a governar, impõem medidas gerais para o país, que muitas vezes se opõem aos interesses dos próprios indígenas, por exemplo, as medidas sobre a terra. Historicamente, o indígena possui a terra comunitariamente e o governo impôs o parcelamento, o que, evidentemente, trouxe conflitos. O governo trabalhou com muito boa intenção, realizou programas de saúde, de alfabetização — finalmente em língua miskito —, construiu estradas...

NA NICARÁGUA, OS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS TOMAM OS MISKITOS COMO CARNE DE CANHÃO

Inclusive essa região não era ligada a Manágua...

Não estavam totalmente isolados. Essa região foi ocupada pelos ingleses e chegou a haver um rei miskito, aí pelo ano de 1800. Tudo isso fez com que se conformasse uma sociedade totalmente diferente dentro da Nicarágua. Agora os Miskitos se converteram. Praticamente houve uma ruptura de confiança entre os povos indígenas e o governo, chegando a uma situação muito séria, até o extremo de que muitos indígenas morreram nas mãos do governo sandinista, mas, na realidade, este governo está passando por uma conjuntura muito difícil; tem que se defender a qualquer preço, tem que defender a integridade nacional e, principalmente, tem que se defender das hordas contra-revolu-



cionárias que estão em Honduras e que atacam sistematicamente o governo na Costa Atlântica. Estes contra-revolucionários tomam os Miskitos como carne de canhão. Irremediavelmente alguém tem que morrer, e quem morre são os Miskitos. Quando eles não querem se integrar no exército contra-revolucionário, os somozistas os fuzilam. Em um mês, o ex-dirigente Estelmam Falgot (?) mandou fuzilar sessenta e sete jovens miskitos, de dezessete a vinte e seis anos, porque não quiseram aceitar suas ordens contra-revolucionárias. Há, pois, uma situação realmente conflitiva e decisiva para os Miskitos, os índios da Costa Atlântica da Nicarágua. Nós estamos dialogando com a junta de governo buscando uma solução dialogada, pacífica, e precisamente eu tenho que voltar à Costa Rica, porque chega uma comissão dos irmãos índios de Manitoa, Canadá, para organizar um programa de evacuação de refugiados. É uma ação de irmandade.

Você vê alguma possibilidade de solução? Há uma plataforma concreta dos Miskitos para negociar com o governo? Como é a coisa?

Bem, o Conselho Mundial constituiu uma comissão internacional que está trabalhando na elaboração de um relatório para levar a conhecimento de todos a situação dos Miskitos. Dentro das conclusões haverá recomendações de futuros passos para buscar a solução, a plataforma negociável. O governo sandinista está aberto, mas a plataforma não é muito fácil, principalmente porque existe uma conjuntura perigosíssima de guerra sistemática e internacional em Centro-América e, frente a uma situação dessas, é quase impossível fazer alguma coisa dentro de Nicarágua, porque o exército americano está diretamente na região centro-americana, faltando, neste momento, só uma declaração de guerra para que estoure a nível regional e continental. É uma situação que vocês não podem imaginar, mas que jogará em todo o continente, e, nesta conjuntura, a questão nacional tem prioridade frente a um setor. Embora sejam os índios os que estão dentro do jogo, não podemos nos meter porque acabaremos todos; portanto, continuaremos o diálogo com o governo para que uma vez que passem todas essas tensões — esperamos que não chegue a declarar-se a guerra internacional — possamos começar o trabalho concreto de negociação.

Qual é a posição do Conselho em relação a episódios como aquele, por exemplo, em que o governo sandinista decidiu transferir parte da população indígena da região em conflito para um campo mais seguro? O que a imprensa disse aqui foi que aquilo não foi aceito, que os índios foram

transferidos contra a vontade e tal. O Conselho Mundial estava a par?

Sim, foi a transferência dos povos Tucanos. Todos moravam à margem do rio Coco, fronteira entre Honduras e Nicarágua, onde os contra-revolucionários estavam atacando e onde morria gente. Então o governo tinha que declarar uma zona de guerra, de segurança nacional, que era essa faixa da beira do rio, para que as forças militares do governo pudessem combater as forças contra-revolucionárias. Isso é guerra, há somente balas, e se os povos Miskitos ficassem ali, morreriam, automaticamente. Foi feito então o deslocamento para cem quilômetros ao sul da fronteira com Honduras, numa ação muito rápida e de emergência e, quando há uma ação de emergência, muitos princípios fundamentais do homem se vêem afetados.

Mas deve ser negociado...

Não há tempo de negociar, essa faixa devia ser evacuada para segurança de todos, não só dos Miskitos, mas do país. Os indígenas, que viveram a vida toda ali não podem entender o que está acontecendo. Se tiram o pai do lugar em que viveu sessenta anos, não entende e vai querer voltar. Então, o que o exército sandinista fez, foi tirar todo mundo dali, levá-los a novos centros de emergência, com barracas e tudo mais e queimar as casas, porque se as deixavam, os índios voltavam e quando chegasse a defesa do governo, morreriam. Essas ações foram qualificadas pelo governo dos EE.UU. e as forças contra-revolucionárias como violação dos direitos humanos...

TODA A IMPRENSA MANIPULA DE FORMA PARCIAL PARA ATACAR A NICARÁGUA

... Extermínio dos povos...

... extermínio dos povos, sim, tudo isso foi colocado, mas não é assim. Foi realmente uma ação de emergência. Nos primeiros trinta dias foram transferidas sete mil pessoas e regressaram mil, mas agora esses centros têm quase dez mil pessoas. Quando compreenderam o que acontecia, aceitaram. Claro que ainda têm muitos problemas; é diferente morar numa barraca, quando estavam acostumados a morar em cabanas, por exemplo. São problemas de cultura, mas não havia tempo; essa medida devia ser tomada. Provavelmente Honduras também deslocou gente da fronteira, mas como está ajudando os EE.UU., não se publica. Como vemos então, toda a imprensa é manipulada de forma parcial para atacar a Nicarágua. Não sabemos o que pode acontecer, gerou-se uma situação muito difícil; esperamos que não chegue a uma guerra. Vai morrer muita gente se isso se transformar numa guerra total. É muito perigoso. O governo de Nicarágua não tem recursos, porque quando Somoza foi embora deixou os bancos sem dinheiro, saqueou tudo e agora o governo tem que pedir dinheiro a outros países para poder atender a problemas de saúde, de educação. Tem ajudado muito aos índios da Costa Atlântica com escolas, etc., sem ter recursos, fez um grande esforço, mas há uma conjuntura geopolítica na região que não sabemos onde vai acabar. É isso o que posso contar da Nicarágua. Um aspecto muito interessante que a TV divul-

gou mundialmente foi o que aconteceu durante a visita do Papa. Disseram que o povo nicaraguense era ateu e não sei mais quanta coisa, quando não é verdade, é tudo o contrário. A TV manipula a notícia como quer. O Papa chegou lá e não quis atender a nada, chegou totalmente frio. Tinha morrido dezesete jovens na fronteira, uns dias antes, e as mães estavam com as fotografias, pedindo uma oração por esses filhos que morreram defendendo a pátria; mas, como morreram do lado sandinista, o Papa não atendeu, ficou totalmente frio e por isso houve o problema dos microfones e tudo isso. O Papa foi tão desonesto com o povo da Nicarágua que deve ser criticado.

Defende interesses que não são do povo...

...exatamente. Mas se vemos que quinze dias antes de sua vinda, o vice-presidente americano esteve no Vaticano e uma semana antes do Papa sair para Manágua, o secretário de Estado também esteve lá... grandes interesses estão ali. Assim que a burla ao Papa que a TV apresenta internacionalmente não foi tal, foi a reação de um povo que viu que ele não aceitava ouvir sua espiritualidade e catolicismo. Para nós a atitude do Papa na Nicarágua foi uma falha política, religiosa, humana e tudo o que vocês quiserem, bíblica, histórica.

Sim, mas quando você falava da perda de confiança dos Miskitos nos sandinistas, isso foi numa época cronologicamente anterior ao conflito atual. Ou seja, a coisa das fazendas coletivas, do parcelamento da terra dos índios, a campanha de alfabetização e tudo isso; a tentativa de organizar a Misurasata (?), como uma forma de cooptar a organização indígena pelo Estado sandinista. Eu queria perguntar concretamente, se a coisa dos movimentos indígenas, dos movimentos das minorias com os Estados nacionais, não é uma fonte de conflito permanente, qualquer que seja o tipo de Estado.

Praticamente sim, é um conflito permanente, porque os interesses dos povos indígenas não obedecem às forças ocidentais que impuseram o sistema e, não obedecendo ao sistema, sempre haverá conflito, em qualquer parte, até que apareçam pessoas, autoridades, líderes indígenas capazes de negociar em igualdade de condições. No caso da Nicarágua, nós vemos que o governo aceita o diálogo e a assessoria no campo indígena e, por isso, pensamos que, no futuro, uma vez elaborado o relatório e colocadas as possibilidades alternativas, continuaremos o diálogo. Isso não é fácil, uma solução desse tipo frente a uma conjuntura difícil não se consegue em um dia. Tudo deve ser muito bem calculado. Agora, o governo já manifestou que é necessário ter uma organização indígena dentro de Nicarágua, e nós trabalharemos com os que estão lá; os que estão fora, andam gritando em nome da CIA e de todo o mundo os seus interesses, mas a nós interessa o povo que está dentro do país e a organização é um passo que devemos dar. Nestes momentos não há possibilidade de organização, porque a confiança está quebrada ainda, todos estão nervosos, pensam que podem morrer se entram numa organização, mas o governo está disposto a fortalecê-la, e assim que ela exista, os povos indígenas da Costa Atlântica ocuparão seu lugar no Conselho de Estado, lugar que neste momento está vago.

NICARÁGUA EL SALVADOR

um relatório
das Igrejas suecas

No outono de 1982, o Arcebispo de El Salvador e seu secretariado social e legal, bem como a organização ecumênica nicaragüense CEPAD, convidaram a Igreja da Suécia e o Conselho das Igrejas Livres da Suécia a enviarem uma delegação a seus países, a fim de estudarem o trabalho das igrejas com relação à situação política da região.

A pedido do Conselho das Igrejas Livres da Suécia e da Igreja da Missão da Suécia, o vice-presidente do Conselho, moderador da Igreja da Aliança Sueca, Rev. Eskie Albertsson, o secretário geral em exercício do Conselho, Rev. Karl-Axel Elmquist, e o professor universitário Bo Nylund, da Igreja da Suécia, visitaram a Nicarágua e El Salvador de 20 a 27 de fevereiro de 1983.

Em nosso relatório, tratamos principalmente da questão dos direitos humanos e da forma pela qual as igrejas trabalham atualmente nesses dois países. Propositamente, evitamos descrever e analisar a situação política mais detalhadamente. Isso acarretaria um relatório muito mais abrangente. Em termos mais gerais, porém, apresentamos uma descrição política que acreditamos ser realista, como "background" para nossos julgamentos e propostas.

Creemos ser necessário que as igrejas suecas se envolvam ativamente para apoiar os projetos humanitários e democráticos na Nicarágua e em El Salvador. Também achamos necessário que as igrejas pensem em reforçar sua presença na América Central.

Através de contatos com outras denominações, igrejas locais e órgãos ecumênicos, que trabalham em situações de sofrimento e opressão, efetivaremos o apoio moral e a segurança externa que tal presença pode significar.

Alvsjö e Uppsala, março de 1983.
Eskil Albertsson
Karl-Axel Elmquist
Bo Nylund

NICARÁGUA

A Nicarágua, um país que sofre mudanças radicais apoiadas pela maioria de seu povo, está hoje em busca de um novo futuro, sob difíceis condições.

A desumana opressão econômica e política, durante o regime do ditador Somoza e da guerra civil subsequente, provocou uma séria crise econômica no país. O terremoto de 1972, que destruiu grande parte da cidade de Manágua, capital do país, agravou a situação.

A política dos E.U.A. de isolamento e boicote econômico à Nicarágua tem efeitos desastrosos para a recuperação e o desenvolvimento do país. As ameaças militares que a Nicarágua enfrenta, como resultado dos milhões que os E.U.A. investem em bases militares na América Central e nos exércitos de El Salvador, Honduras e Guatemala, levam a Nicarágua a construir uma força militar demasiado dispendiosa. Faltam recursos para objetivos mais importantes.

Considerar um país pequeno e devastado como a Nicarágua como uma ameaça militar que justifique tal armamento é nada menos que um absurdo.

As mudanças sociais atuais da Nicarágua e as metas estabelecidas pelo governo sandinista gozam de forte apoio popular. Os objetivos básicos do governo sandinista são: pluralismo político, economia mista, um sistema de liberdade civil, eleições livres e democráticas (1985), não-alinhamento em política externa. As grandes organizações — o movimento de camponeses (ATC), as organizações femininas (AMNLAE), os sindicatos (CST) e o movimento de jovens — são movimentos populares na real acepção da palavra. Têm participado decisivamente para estabelecer os rumos do trabalho em prol da sociedade. Isso se aplica, em extensão ainda maior, às igrejas do país.

No momento, apenas três anos após a libertação e a despeito da escassez de recursos, certas reformas já apresentaram um efeito positivo e inesperadamente amplo. É o caso, por exemplo, das campanhas de alfabetização, das medidas de saúde, do treinamento de agricultores e da estabilização das unidades familiares. Esse progresso teria sido impossível sem um trabalho popular maciço, comprometido e bem-organizado.

A opressão brutal durante o regime de Somoza era tão extensa e planejada tão minuciosamente que cada habitante era por ela afetado de alguma forma. Isso significa que o envolvimento popular nas mudanças é muito forte. Significa também que as pessoas são extremamente vigilantes com relação a qualquer nova tendência à opressão. De acordo com o secretário-geral da FACS, órgão coordenador dos movimentos populares, a cooperação com o governo está condicionada à influência real que esses movimentos exerçam.

A campanha de alfabetização, liderada pelo padre Fernando Cardenal, tem tido grande sucesso entre os camponeses e atraído muita atenção internacionalmente.

O trabalho de saúde, com campanhas de vacinação e esforços contra a malária e o sarampo, tem contribuído para uma significativa redução da mortalidade infantil e melhoria da proteção à saúde. Isso acontece principalmente na costa atlântica, que era anteriormente uma zona desfavorecida. As decisões de que toda campanha agrícola deve ter um médico e que os trabalhadores rurais devem receber boa alimentação, como parte de seus salários, têm causado grande melhora nas condições de saúde.

A Nicarágua sofre de subdesenvolvimento econômico e industrial. A guerra contra o governo de Somoza minou uma economia estável. A dependência de uns poucos produtos agrícolas como principais artigos de exportação torna a economia suscetível às inundações e secas, que atingiram a Nicarágua em 1982. A drástica redução do apoio internacional e do crédito externo — especialmente dos E.U.A. e certas agências multinacionais de desenvolvimento — torna a economia extremamente vulnerável numa época de crise econômica mundial generalizada. A agressão militar contra a Nicarágua, na fronteira com Honduras, também aumenta as dificuldades de se atingir a recuperação econômica. Em nossas conversas com Tomas Borge, Ministro do Interior, disse ele: “Numa troca comercial brutal, somos obrigados a vender barato e a comprar caro” — uma descrição radical, mas exata, das condições de comércio com as quais a Nicarágua tem que conviver.

Direitos humanos

Durante o tempo de Somoza, a Nicarágua era um dos países mais opressivos do mundo. Torturas, prisões arbitrárias, seqüestros, execuções, ameaças e perseguições eram aspectos diários do trabalho do exército, da polícia e de grupos paramilitares. Não havia crime contra os direitos humanos que não fosse cometido no exercício do poder. Durante a guerra civil, a ação das autoridades militares tornou-se ainda mais brutal.

“Generosos na vitória” foi um dos “slogans” dos sandinistas, quando chegaram ao poder. Isso foi observado na abolição da pena de morte. A política dos direitos humanos delineou-se em primeiro lugar e principalmente através de discussões com grupos cristãos e com os cinco padres do governo como figuras-chave.

Isso não significa que não ocorra uma certa dureza na maneira dos sandinistas agirem, de vez em quando. Embora o número de presos políticos tenha diminuído drasticamente, eles ainda existem — e entre eles alguns pastores protestantes. Há uma certa censura na imprensa, mas ela não impede que haja jornais de oposição, com reportagens fortemente críticas sobre as diferentes questões sociais.

A ameaça militar externa, acrescida à difícil situação econômica, é obviamente uma tentação para que o governo aumente o controle policial e introduza leis e regulamentos repressivos. Nós insistimos com o governo da Nicarágua para que evite todas as formas de opressão e respeite a diversidade e a participação democrática, que são necessárias, se se desejar que a influência da população comum aumente e que as raízes da nova política permaneçam firmemente fincadas na massa.

Os índios misquitos

Como as igrejas não-oficiais da Suécia, através do Auxílio da Igreja Sueca Livre, contribuem para o trabalho de desenvolvimento entre os índios misquitos, que atraíram muita atenção internacional, quando foram deslocados de suas aldeias de origem, era essencial para nós obtermos informações claras sobre esse deslocamento. O secretário missionário Walter Persson visitou recentemente as novas aldeias de índios misquitos, em nome do Conselho da Igreja Livre da Suécia.

Em janeiro de 1982, famílias índias de quarenta e duas comunidades foram forçadas a mudar-se para locais mais distantes da costa. De acordo com o governo sandinista, elas foram deslocadas em virtude da falta de segurança na área em que viviam, na costa atlântica, próximo à fronteira hondurenha. A região havia sido atacada várias vezes por grupos contra-revolucionários de Honduras. Sessenta índios foram mortos e médicos e enfermeiras, seqüestrados.

De acordo com o porta-voz dos índios — pastor Fernando Colomer — a transferência foi penosa e mal planejada. O grupo de cerca de dez mil índios teve de andar durante cinco dias, depois que suas casas foram queimadas, para se estabelecer uma zona militarizada na fronteira. Quinze mil índios haviam fugido — a maior parte para Honduras, onde foram colocados em campos de refugiados.

A cultura dos índios misquitos está intimamente ligada àquela área geográfica, especialmente seus rios e lagoas, e isso tornou o deslocamento extremamente difícil.

O pastor Colomer e os líderes da Igreja Morávia, cujos membros são índios, numa proporção de 70%, são de opinião que o julgamento do governo em assuntos de segurança era importante e que as medidas tomadas, embora um tanto afetadas pelo pânico, eram justificadas. Nas aldeias que haviam sido atacadas, as pessoas queriam mudar-se, como também nas que haviam sido ameaçadas abertamente.

Entretanto havia muitas dúvidas sobre a mudança nas aldeias que não haviam sido afetadas pela luta.

A situação na nova zona reservada aos índios, que é uma área recentemente desmatada, é relativamente boa. Têm

sido feitos grandes esforços com relação a fornecimento de alimentos, habitação, cuidados médicos, educação, cultura e atividades religiosas. Os comentários internacionais sobre o tratamento brutal dispensado aos índios pelas tropas e o pessoal do governo não foram confirmados por nenhum dos grupos que visitaram a nova aldeia.

Em conexão com a luta na costa atlântica, que se seguiu aos ataques partidos do território hondurenho, seis pastores da Igreja Morávia foram presos e condenados a trinta anos de prisão por colaborarem com grupos contra-revolucionários em Honduras. Suas sentenças foram modificadas e a mais longa delas é agora de dez anos. Temos esperança de que os pastores sejam libertados.

Cinco por cento dos membros da Igreja Morávia pertencem ao grupo que fugiu para Honduras. Alguns deles são pastores que se envolveram em atividades políticas contra a Nicarágua. Os líderes atuais estão ansiosos para demonstrar que “pastores não devem abandonar seus fiéis, aconteça o que acontecer. Nosso lugar é aqui”.

As igrejas

“Somos um povo cristão”, disse Tomas Borge, Ministro do Interior, quando falou conosco. Esta é uma outra forma de expressar o que ouvimos dizer muitas vezes. Desse modo, indica-se que é impossível eliminar a dimensão cristã das mudanças sociais da Nicarágua e da antiga oposição à ditadura.

“A revolução da Nicarágua é uma revolução com a Igreja e não contra ela. Isso aqui não é Cuba, mas um acontecimento puramente nicaraguense”, esta foi a interpretação que encontramos, expressa de várias maneiras. Embora haja um conflito claramente explícito entre o regime e o arcebispo e a hierarquia da igreja católica, a grande maioria da igreja apóia firmemente os novos objetivos nacionais.

O arcebispo afirma que a atitude pró-religião é apenas uma tática do governo. Muitos padres admitem que o arcebispo foi corajoso e desempenhou um papel profético contra o regime de Somoza, mas, ao mesmo tempo, acham que ele tem uma evidente dificuldade de ver como a Igreja deve agir na atual situação política. Durante os últimos três anos, ele não convocou uma única reunião da Igreja para discutir seus problemas na Nicarágua de hoje.

Em numerosos órgãos ecumênicos está sendo realizado um amplo estudo teológico sobre o papel das igrejas e dos cristãos nas mudanças sociais. Essa reflexão teológica é de extrema importância para a cristandade, de modo geral, já que se está passando num processo revolucionário diferente de todos os outros.

A instrução teológica, visando principalmente aos leigos, às pessoas nas comunidades de base e aos pastores em zona rural, é um elemento de renovação.

Os protestantes, 14% da população, estão grandemente enfraquecidos por suas trágicas divisões em cerca de oitenta denominações. Muitos cristãos protestantes e pastores desempenharam um papel ativo e enfrentaram muitos perigos em ações contra o regime de Somoza.

Trinta e sete denominações reuniram-se na organização ecumênica, CEPAD (Comitê Evangélico para Assistência ao Desenvolvimento). Outras 26 denominações têm relações formais com o CEPAD, que é a única organização ecumênica assistencial do país. Através de suas extensas atividades, o CEPAD participa do trabalho de reconstrução nacional. Isso se aplica, por exemplo, às regras justas na sociedade, à habitação, à organização das aldeias, ao desenvolvimento agrícola, água e esgotos, assistência médica, atividades culturais, atendimento pastoral, estudos bíblicos e relações entre igrejas locais e autoridades.

Cerca de 60% dos protestantes apóiam ativamente os objetivos do governo sandinista; 20% são partidários silenciosos e os restantes 20% são cristãos que se opõem à nova política.

Em 1982, quinhentos pastores protestantes de quase todas as denominações assinaram uma carta ao Presidente Reagan protestando contra a política militar e econômica dos EUA na América Central — uma política que atinge duramente a Nicarágua.

Algumas poucas das muitas igrejas pentecostais participam de um trabalho ecumênico de desenvolvimento. Durante a ditadura de Somoza, sessenta pentecostais das Assembléias de Deus foram queimados vivos por membros da Guarda Nacional. Esse incidente tornou-se o ponto de partida para uma ação social mais vigorosa dentro da denominação.

É objetivo de muitos teólogos, pastores, leigos e comunidades de base cristãs ser a igreja do povo e dos pobres. É através dessa solidariedade com os oprimidos, os sofredores e os pobres que a igreja poderá tornar-se uma força conciliadora e radical para o desenvolvimento. Com esta idéia em mente, os líderes religiosos afirmam que “é possível apoiar o atual processo político do ponto de vista do amor cristão. A inspiração não vem da revolução, mas de 1900 anos atrás — da pregação e do exemplo de Jesus”.

No difícil e delicado estágio de desenvolvimento político em que a Nicarágua se encontra, muitos acham que a cooperação ecumênica é uma necessidade cristã. Diante do infortúnio humano e das tarefas de garantir a segurança, tornam-se necessários atos de amor que unifiquem. Em tal situação, muitos crêem que seja um pecado persistir nas divisões.

Em nossos contatos com pessoas de diversas igrejas, ficamos impressionados e inspirados pela importância atribuída ao estudo da Bíblia, aos cultos nas igrejas, à reflexão teológica, à cooperação ecumênica, à aproximação com os

mais pobres, em combinação com ações concretas para satisfazer as necessidades básicas dos mais necessitados.

Sumário

A política do governo sandinista para reconstituir a Nicarágua, após um longo período de ditadura fascista, emana de concepções socialistas definidas. Não é, entretanto, doutrinária, legalista ou militante. É baseada em amplas ligações com o povo e busca apoio através dos movimentos populares.

Nas igrejas, muitos acham importante contribuir de forma bem organizada e com uma base teológica para a realização dos objetivos gerais do novo governo em prol da sociedade. Tendo tomado parte ativa na luta contra uma ditadura brutal, as pessoas sentem-se obrigadas a continuar assumindo uma responsabilidade positiva pela renovação do país. "Se lutamos *contra*, precisamos continuar a lutar *a favor*."

O papel das igrejas na formulação de regras para o tratamento de prisioneiros, na elaboração da legislação, no assessoramento relativo a questões práticas de desenvolvimento, foi e continua a ser de grande importância. Há casos isolados de cristãos presos em virtude de medidas tomadas com relação a grupos contra-revolucionários. É lamentável. O distanciamento entre o arcebispo católico e o governo sandinista é muito evidente. Entretanto, essas circunstâncias de modo algum significam uma perseguição sancionada ou oficializada de cristãos ou denominações cristãs. Isso não existe na Nicarágua.

É, pois, importante para nós que a Nicarágua receba amplo apoio internacional a fim de atingir a estabilidade social, econômica e política. O boicote comercial dos E.U.A. força a Nicarágua a uma dependência unilateral, que pode ameaçar a abertura e o pluralismo que hoje em dia provocam um entusiasmo tão grande no povo para empenhar-se na reconstrução.

Eskil Albertsson
Karl-Axel Elmquist
Bo Nylund

EL SALVADOR

El Salvador é o menor país da América Central, mas o que tem a maior densidade demográfica.

Durante mais de um século, um pequeno grupo de proprietários de terras desfrutou do poder econômico, protegido por uma força militar repressiva e grupos paramilitares.

Muitos lavradores foram privados de suas terras, forçados a aceitar trabalho temporário nas propriedades maiores, em troca de salários abaixo do nível de subsistência ou a emigrar para as regiões mais longínquas do país ou para Honduras. Hoje em dia, 92% de uma população de quatro milhões e oitocentos mil habitantes possuem 22% da terra, enquanto os 2% mais ricos possuem 60%.

Há muito tempo, no governo da atual junta militar democrata-cristã, as populações rurais são vítimas de desemprego (entre 50 e 80% nas zonas rurais), desnutrição, torturas e massacres indiscriminados por parte do exército. Desde o começo de 1980, isso tem levado a uma guerra civil sangrenta e destruidora. Só em 1982, cinco mil trezentos e noventa e nove civis foram mortos por soldados e forças paramilitares, enquanto apenas noventa e nove soldados foram mortos por guerrilheiros.

Os muitos anos de opressão e o comportamento desumano do exército nas diversas zonas rurais fizeram com que um terço da população abandonasse seus lares.

Em fins de 1981, o UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) registrou duzentos e trinta e quatro mil e quinhentos refugiados, que haviam deixado o país. As pessoas que trabalham com refugiados católicos e direitos humanos calculam que esse número se tenha elevado para quinhentos mil no começo de 1983. Além destes, aproximadamente quinhentos mil salvadorenhos entram nos EUA ilegalmente.

Em consequência das lutas, grandes grupos foram obrigados a fugir dentro do país. Cerca de duzentos mil recebem assistência da organização CONADES, em grupos de refugiados do governo. Outros trezentos mil são chamados de "pessoas deslocadas" dentro do país. As organizações religiosas tentam, de várias maneiras, prestar assistência a esse grupo, que é muito vulnerável, fornecendo alimentos e cuidados médicos. Os grupos refugiados também estabeleceram vários campos de refugiados.

A maioria dos refugiados nos campos é constituída de mulheres e crianças. Em regra geral, não têm documento de identidade e as crianças se encontram muitas vezes no segundo ou terceiro grau de subnutrição, o que significa que muitas morrem. Apesar disso, há grande necessidade de outros campos.

Economia

Durante a década de 60, El Salvador iniciou um processo de industrialização, com base no recém-formado Mercado Comum da América Central (MCAC). O objetivo do MCAC era criar produção para o mercado da pequena, mas forte elite consumidora das cinco repúblicas da América Central. Muitos camponeses sem terra mudaram-se para as cidades, em busca de trabalho. A maioria conseguiu apenas empregos temporários e provocou o rápido crescimento de favelas, em condições subumanas, nos arredores das cidades.

A despeito de sua riqueza potencial e do investimento industrial durante os anos 60, El Salvador foi colocado na lista dos países assolados pela fome, elaborada pela O.N.U. na década de 70. Setenta e três por cento de todas as crianças abaixo de cinco anos são subnutridas e a mortalidade infantil é alta.

Com a industrialização e a insegurança dos trabalhadores rurais, a classe dominante conseguiu traçar os rumos da política até o fim dos anos 60. No começo da década de 70, quatro por cento da população haviam sido exterminados em massacres locais de índios, camponeses e líderes rurais.

A industrialização trouxe consigo o crescimento de um novo grupo social. Surgiu uma pequena classe operária que, juntamente com uma pequena classe média, começou a desafiar a elite econômica, através de novos partidos políticos. Exigências de reformas econômicas, reforma agrária e participação política criaram inquietação entre os militares e a oligarquia.

As autoridades e o exército reagiram, intensificando a opressão, especialmente contra as organizações de camponeses. Uma organização paramilitar especial, a ORDEN, foi formada para aterrorizar os diferentes grupos de oposição.

Quando se verificou que era impossível realizar eleições gerais, começaram a surgir movimentos radicais e vários grupos de guerrilha foram organizados. Alguns desses grupos reuniram-se num movimento comum, a FMLN. As autoridades reagiram com mais opressão ainda, exercida, por exemplo, através dos chamados esquadrões da morte.

Com o golpe militar, apoiado pelos EUA, em 1979, a opressão aumentou, após uma tentativa infrutífera de se criar uma liderança multipartidária. O exército continuou no poder. Treze mil pessoas foram mortas pelo exército e os esquadrões da morte durante o ano de 1980 e dez mil durante a primeira metade de 1981.

Em março de 1980, o governo resolveu introduzir uma reforma agrária. Na maioria dos casos, isso significou que o exército conseguiu entrar nas aldeias, em nome da refor-

ma, e matar abertamente as pessoas suspeitas de apoiar os movimentos de guerrilha.

Isso está documentado num relatório do Congresso Americano, na seguinte descrição:

“As tropas chegaram e disseram que a terra agora pertencia aos trabalhadores. Eles poderiam eleger seus próprios líderes e realizar o trabalho por si mesmos. Os camponeses mal podiam acreditar no que ouviam, mas organizaram eleições na mesma noite. Na manhã seguinte, as tropas voltaram e mataram todos os líderes que haviam sido eleitos.” (Mulheres na América Latina. Vol. CIV nº 4, p. 17.)

A guerra civil e o extenso serviço de segurança minaram a economia e continuam a miná-la. Atualmente, ela só pode ser descrita como “artificial” e completamente dependente dos EUA e de companhias transnacionais influenciadas, em grande parte, pelos EUA. Pode-se dizer que o orçamento foi completamente militarizado. Isso significa que cada ministério tem uma função diretamente relacionada com a guerra, através da administração de seus fundos.

O departamento de agricultura, por exemplo, teve seu subsídio drasticamente reduzido, o que indica que a reforma agrária não é considerada importante. Em lugar disso, a política agrícola visa a favorecer as forças de segurança, com alimentação e habitação. Quase todas as medidas políticas tomadas hoje em dia relacionam-se com as reformas de segurança, em conexão com a guerra. Criou-se um imposto especial de guerra, sob a forma de taxas sobre o consumidor e os artigos de consumo.

Todas essas medidas resultam numa falta quase total de capital para investimentos, com o qual o país possa contar. As companhias retiram suas máquinas. A atividade das guerrilhas afeta a infra-estrutura do país. Tanto a produção como a capacidade produtiva estão esfaceladas. O dinheiro desapareceu do país e a economia tradicional, válida até 1980, está agora arruinada. As atividades econômicas desenvolvidas hoje em dia estão quase todas concentradas no lucro e não na produção e no emprego. Os EUA devem ser considerados responsáveis pelo fato de que, a despeito de tudo, a situação financeira ainda permita que haja guerra e outras atividades. Cerca de 50% do orçamento nacional de El Salvador são constituídos principalmente pelo apoio militar dos EUA (quinhentos milhões de dólares).

Direitos humanos

El Salvador é um país de caos social com uma liderança militar totalmente destituída de princípios elementares de moral e humanidade, no exercício do poder.

A falta de direitos humanos é inacreditável. Os testemunhos e a documentação que nos foram apresentados, bem como as conversas que tivemos com indivíduos e grupos

que são vítimas da opressão, fornecem provas convincentes de uma assustadora insensibilidade com relação à dignidade humana. Em El Salvador a desumanidade foi institucionalizada.

Já descrevemos a situação dos refugiados e o número de mortos em 1982. O número atual de presos políticos é de setecentos, duzentos dos quais são mulheres. Muitas dessas mulheres têm filhos pequenos consigo em prisões desumanas. Há muitos meninos entre os presos políticos. A tortura é comum e o assassinato de prisioneiros, inclusive mulheres grávidas, é também freqüente. Três mil pessoas foram seqüestradas por grupos paramilitares e desapareceram desde então, de acordo com a documentação da Igreja Católica. Membros da comissão salvadorenha para os direitos humanos fazem visitas matutinas, quase todo dia, às zonas pobres e recusam gorjetas, em busca de pessoas que foram mortas durante a noite pelas forças de segurança.

De acordo com um decreto (nº 507) de 1980, a polícia e as forças de segurança têm o direito de manter as pessoas presas sem julgamento. Esse decreto é a base de quase toda intervenção e de todo tipo de tratamento dado aos indivíduos.

Através de nossas conversas, ficou claro para nós que as famílias camponesas da zona rural estão expostas à opressão mais brutal. A política do governo parece deslocar os habitantes de certas zonas, para evitar que eles apoiem as guerrilhas. Essas operações são realizadas com grande violência pelos esquadrões da morte, sob o comando de oficiais do exército regional ou local.

Quando o Presidente Reagan declara que tem havido melhoras com relação aos direitos humanos, motivando assim a continuação e a ampliação do apoio militar a El Salvador, ele não faz apenas uma declaração incorreta, mas profundamente cínica. A questão dos direitos humanos torna-se em primeiro lugar uma questão de julgamento político e não de proteção à vida ou à integridade física. Testemunhos de diferentes fontes são unânimes em afirmar que a opressão tornou-se mais intensa e brutal durante os últimos anos. Isso vem confirmar as impressões recebidas pelas delegações religiosas de outros países. A ausência de direitos humanos, a matança generalizada, a pobreza crescente e as centenas de milhares de refugiados são frutos diretos e indiretos do amplo rearmamento do exército de El Salvador, promovido pelos EUA, e da presença de instrutores militares americanos. Soluções negociadas, que são imperativas para evitar a destruição total de El Salvador, dependem, em grande parte, de uma mudança na política dos EUA para a América Latina — uma política que não seja primordialmente de força militar, provocando e mantendo uma opressão desumana.

As Igrejas

Nos últimos anos, a Igreja Católica centralizou as críticas à opressão do regime militar e a coordenação dos trabalhos em prol dos direitos humanos. O amplo trabalho em favor dos refugiados, dos desaparecidos, dos presos políticos e suas famílias também tem suas raízes na Igreja. Através do arcebispo Oscar Romero (assassinado em março de 1980), o desafio da Igreja ao regime era expresso com coragem, justificado teologicamente e observado internacionalmente. Ao mesmo tempo, a perseguição à Igreja tornou-se mais intensa. Entre 1971 e 1982, o exército matou trinta e quatro padres e funcionários da Igreja, vinte e dois dos quais depois de março de 1980.

Há uma tendência a classificar a oposição, os partidos opositores e o movimento de guerrilhas em categorias simplificadas e portanto errôneas. Os que defendem e lutam por uma mudança radical em El Salvador têm suas raízes mais profundas na Igreja, na fé cristã, no nacionalismo e na comunidade camponesa — mas ultimamente também surgiram influências do marxismo, da social democracia e das formas democráticas cristãs de pensar.

Além do trabalho generalizado em prol das vítimas da opressão e a favor dos direitos humanos, a Igreja Católica está também empenhada numa pesquisa teológica importante, para esclarecer os fundamentos da igreja e os motivos mais profundos de sua luta contra a violência, em favor dos pobres e dos aflitos.

A luta da igreja contra a ditadura militar é também ecumênica. Individualmente ou em grupos, — como as igrejas batistas locais — os protestantes participam do perigoso trabalho de assistência e de divulgação internacional do desumano exercício do poder que se faz em El Salvador. As comunidades cristãs de base das diferentes denominações têm importância crescente no trabalho das igrejas locais.

Como em outros pontos da América Latina, entretanto, há muitas divisões entre as igrejas. A propaganda tenta, às vezes, apresentar os esforços ecumênicos como expressão do comunismo. As influências dos grupos fundamentalistas tentam enfraquecer o trabalho político indireto das igrejas. Também há forças reacionárias dentro da Igreja Católica, mas um número cada vez maior de cristãos não vê defesa para o silêncio e a passividade em face da guerra do regime militar contra o seu próprio povo.

Os esforços das igrejas, além das atividades humanitárias, visam principalmente a estabelecer o diálogo entre as partes em conflito. O Arcebispo Romero pedia insistentemente aos EUA que não enviassem armas que fossem os instrumentos da destruição de um povo inteiro.

Com relação ao brutal assassinato de cinco pessoas que trabalhavam para igrejas, as igrejas cristãs de San Salvador declararam que “a opressão contra as igrejas e em especial

contra os que trabalham para elas aumentou ultimamente”. É portanto dever das igrejas locais “falar e condenar a cruel perseguição às igrejas, às vezes através do assassinato” (15 de setembro de 1982).

Testemunhos que recebemos de diversas fontes apontaram na mesma direção. Pelo que pudemos observar nos diferentes setores das igrejas, eis os pontos que desejam alcançar:

1. Tornar conhecida no mundo inteiro a terrível situação em que se encontra o país e o brutal emprego da força militar.
2. Influir em todos os governos, principalmente o americano, para abrir negociações. Atualmente os salvadorenhos estão sendo exterminados como povo.
3. Opor-se a uma maior militarização do país, condenando todo tipo de apoio militar. Uma vitória militar de qualquer dos lados será uma perda para todos. Os que a conseguirem terão que arcar com um país arrasado e um povo profundamente marcado.
4. Continuar a receber auxílio financeiro e de outros tipos. Em virtude da guerra e da ditadura, três quartos da população do país estão condenados a uma vida de permanente miséria material e espiritual.
5. Apoiar as igrejas dos EUA que querem mudar a política do governo Reagan com relação a El Salvador. Encorajar as igrejas irmãs nos EUA a trabalhar ativamente contra a forma pela qual o governo americano mantém no poder um regime moralmente corrupto.

Estamos convencidos de que são as forças dentro das igrejas de El Salvador, que exigem negociações e o fim do rearmamento militar do país e da América Central pelos EUA, que devem receber o apoio dos cristãos da Suécia, bem como do parlamento e do governo.

Eskil Albertsson
Karl-Axel Elmquist
No Bylund

Com base neste relatório, o Conselho da Igreja Livre da Suécia tomou as seguintes deliberações:

A. Nicarágua

1. Apoiar a organização ecumênica CEPAD em seus esforços para envolver e estimular denominações e igrejas a participar de ações, visando ao desenvolvimento, à justiça e à paz na Nicarágua.
2. Acompanhar continuamente e divulgar informações relativas ao trabalho teológico abrangente, realizado pela Igreja Católica e os órgãos ecumênicos, visando a dar à participação das igrejas no desenvolvimento um sólido

fundamento bíblico. Devem ser examinadas as possibilidades de teólogos suecos estudarem esse trabalho na Nicarágua.

3. Encontrar meios para apoiar as críticas feitas pelo Conselho das Igrejas Cristãs da Nicarágua à política militar e econômica do governo Reagan para a América Latina, com o boicote comercial e o apoio às operações militares contra a Nicarágua.

4. Apresentar uma proposta ao governo da Suécia para aumentar o auxílio à Nicarágua, especialmente com relação às questões de desenvolvimento industrial, alfabetização e trabalho da mulher.

5. Continuar e incrementar o auxílio às populações indígenas, removidas de seus lares.

6. Solicitar ao governo da Nicarágua que liberte os presos políticos e respeite os direitos humanos, especialmente quando a situação econômica leva as autoridades a empregar meios repressivos.

7. Estimular o governo sueco a trabalhar em nível internacional pela abolição de sanções econômicas e de qualquer outra natureza contra a Nicarágua.

B. El Salvador

1. Propor ao governo sueco que o chamado fundo humanitário para trabalhos na América Latina seja aumentado, em vista do tipo de opressão existente em El Salvador e na Guatemala.

2. Aumentar esforços para auxiliar o secretariado social e legal do arcebispo católico, o comitê para as famílias dos presos políticos e das pessoas desaparecidas, a comissão de direitos humanos, a Igreja Luterana e a Igreja Batista em seu difícil e perigoso trabalho em favor dos refugiados e das vítimas da opressão.

3. Encontrar meios de ampliar a divulgação da situação em El Salvador e do extenso trabalho de assistência e de oposição política, desenvolvido pelas igrejas.

4. Estimular o governo sueco a aumentar seus esforços para obter uma solução negociada para a guerra civil em El Salvador.

5. Cooperar com as igrejas e os órgãos ecumênicos nos EUA, para apoiar os que visam a uma mudança na política armamentista dos EUA para a América Central, especialmente em El Salvador e na Guatemala.

6. Acompanhar de perto e divulgar informações sobre o trabalho teológico que está sendo realizado em El Salvador, como resultado da situação de guerra desumana em que o país se encontra.

Estocolmo, maio de 1983.